Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Programa de Pós-Graduação em História – PGHST

Mauricio da Silva Selau

A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio

Florianópolis, 2006.

Mauricio da Silva Selau

A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio

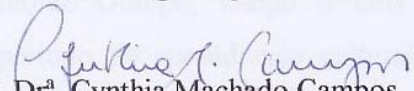
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Drª. Eunice Sueli Nodari.

Florianópolis, 2006.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO XOKLENG PELOS IMIGRANTES ITALIANOS NO SUL CATARINENSE (1875-1925): RESISTÊNCIA E EXTERMÍNIO

MAURÍCIO DA SILVA SELAU

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Profª. Drª. Eunice Sueli Nodari – orientadora - UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - UFSC

Prof. Dr. João Batista Bitencourt - UNESC

Prof. Dr. João Klug – suplente –UFSC

Profª. Drª. Cynthia Machado Campos
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2006.

Agradecimentos

Ao concluir uma pesquisa muitas são as pessoas as quais devemos agradecer. Sempre corro o risco de ser injusto, ao esquecer um nome, alguém que numa simples conversa lembrou de um detalhe ou informação relevante para a pesquisa, peço antecipadamente desculpas se por caso esqueci de citar alguém, mas saiba que sua contribuição foi decisiva para a construção desta pesquisa e deste texto.

Agradeço a força divina, que acompanhou meus passos, me amparou nas dificuldades e me impulsionou nos momentos em que foi necessário, da mesma forma que me confortou nos momentos de alegria. Ao CNPq que me concedeu uma bolsa de pesquisa que foi crucial para que eu pudesse cursar os créditos das disciplinas e desenvolver as minhas pesquisas em Florianópolis e mesmo em cidades do Sul Catarinense.

Aos professores do programa de pós-graduação em história da UFSC, em especial a profa. Dra. Eunice Sueli Nodari, que aceitou orientar esta pesquisa e escrita, e principalmente, teve a paciência e compreensão necessária para que conseguíssemos atingir nosso objetivo. Muitíssimo obrigado. Também agradeço aos membros da banca, prof. Dr. Paulo Prinheiro Machado, prof. Dr. João Batista Bitencout e prof. Dr. João Klug.

A minha família, em especial minha mãe, que em todos os momentos deu constante incentivo para que pudesse concluir esta pesquisa. À Deise, que entrou em minha vida quando eu estava por terminar este trabalho e representou estímulo freqüente para que eu o concluí-se, compreendendo as horas em que mesmo próximo precisei estar distante.

Aos amigos do monte Olimpo, Diogo e Luis Fernando, que tornaram a permanência em Floripa um período de aprendizado cultural interessante. Aos amigos e colegas de toda a região Sul Catarinense que incentivaram e contribuíram para este trabalho, em especial: Rodrigo G. da Rosa, Roseli Bernardo, Darcy G. Ferreira, Luiz Fernando Martins, Fabiana D. Novakoski, Jonathan Prim, Luciano Maciel, Cristine S. Crispim, Haidee Moreira, Di Paula Minotto, Marilene Zingler, Dorval do Nascimento, Nivaldo Goulart, Antônio Luiz Miranda e João Henrique Zanelatto.

A todos que contribuíram com fontes particulares, de forma especial ao Sr. Venicius Búrigo e a profa. Dra. Roselys Isabel C. dos Santos. Por fim, agradeço todos os meus colegas de trabalho, professores e diretores, e principalmente meus alunos, que a cada dia ajudam tornar-me um ser humano melhor.

Resumo

O presente trabalho analisa os conflitos envolvendo os Xokleng e os imigrantes italianos no Sul Catarinense nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, no contexto da grande imigração européia para o Brasil e na expansão das áreas coloniais como forma de expansão da fronteira agrícola em locais considerados “vazios demográficos” pelo governo brasileiro.

Entretanto, o “vazio demográfico” era uma ficção, pois no Sul Catarinense, nas áreas de mata atlântica e mata e araucária vivia o grupo indígena Xokleng sem contato com a sociedade nacional – entendida aqui como o conjunto da população que vivia sob as esferas administrativas da sociedade brasileira e a ela sentindo-se pertencentes. Vivendo com base em um nomadismo estacional, este grupo fazia da caça e da coleta nestas florestas as atividades principais para obter os alimentos suficientes para o seu sustento.

A decisão do governo imperial de implantar colônias em locais onde havia uma população indígena contribuiu para que um clima de conflito se estabelecesse na região, pois duas populações com culturas distintas colocadas em um mesmo espaço levariam a uma disputa pelo controle do território e dos recursos nele disponíveis para a sobrevivência de ambos os grupos. O presente trabalho analisa estes conflitos envolvendo os Xokleng e os imigrantes, demonstrando que as representações construídas pelos últimos sobre os primeiros foram importantes para justificar a morte imposta a estes.

Entendendo representação como as construções que um determinado grupo humano elabora para explicar a si próprio suas escolhas e condutas mediante uma determinada realidade, um grupo humano localiza outro grupo dentro de seu esquema de referências para classificá-lo de acordo com suas crenças e práticas culturais, justificando as ações empreendidas em relação aos mesmos. Trabalhamos representação como meio para atingir o conhecimento sobre o conflito pela posse do território entre imigrantes europeus e os Xokleng no final do século XIX e início do século XX no Sul Catarinense.

Trabalhamos a idéia de representação associada ao conceito de invenção da etnicidade, pois compreendemos que os conflitos entre os Xokleng e os imigrantes também se inserem na esfera da etnicidade, que foi por vezes mobilizada entre os imigrantes para justificar suas posições, marcando a diferença entre seu grupo e o grupo indígena e colocando entre os dois uma fronteira que acabou por tornar-se intransponível. Assim, demonstramos

como a luta pela posse do território, mediante a implantação de colônias com imigrantes, associada à ação dos bugreiros contribuiu para a desintegração do modo de vida Xokleng no Sul Catarinense.

O trabalho discute a exploração do território Sul Catarinense visando a implantação de colônias por parte do governo imperial e como esta exploração preparou as bases para a espoliação das terras indígenas na região, com base na legislação da época. Nesta perspectiva, a fundação de colônias representou uma modificação na paisagem do Sul Catarinense, uma vez que o modo de vida dos imigrantes levou a uma contínua diminuição da floresta reduzindo as condições de sobrevivência do grupo Xokleng, desarticulando seu modo de vida.

Demonstra-se que o extermínio do grupo Xokleng no Sul Catarinense e a conseqüente espoliação de suas terras foi possível devido à política indigenista do século XIX que previa "guerra" aos botocudos, entre os quais estão incluídos os Xokleng. Esta "guerra" serviu de terreno para a construção de representações sobre este grupo indígena que será apropriada pelos imigrantes e externado por meio do termo "bugre", que classificava os indígenas como incapazes de convívio com a sociedade da qual os imigrantes faziam parte. Surge, portanto, as justificativas para as ações que foram desenvolvidas visando a garantia de segurança nas colônias, ou seja, o trabalho dos bugreiros, que consistia no extermínio dos Xokleng, com aval das autoridades constituídas.

Palavras chave: representação; etnicidade; extermínio.

Abstract

The present work analyses the conflicts involving the Xokleng and the Italian immigrants in the south of Santa Catarina in the last decades of the 19th century and in the first decades of the 20th century in the context of the great European immigration to Brazil and in the expansion of the colonization areas as a way of expansion of the agricultural frontier in places considerate “demographical empties” by the Brazilian government.

However, the “demographical empties” was a fiction, because in the south of Santa Catarina, in the areas of Atlântica and Araucária forests, there was the indigenous group Xokleng without contact with the national society - which is understood here as the conjunct of population who lived under the administrative sphere of the Brazilian society and who felt pertaining to it. Living based in a stationary nomadism, this group used the hunting and the levy in these forests as their main activities to get the sufficient food for their maintenance.

The decision of the imperial government of establishing colonies in places where there were indigenous population contributed to create a conflict climate in the region, because two populations with distinct cultures placed in the same space would lean to fight for the control of the territory and for the available resources for survival of both of the groups found in it. The present work analysis these conflicts between the Xokleng and the immigrants and it shows that the representations made by the last over the first ones were important to justify the death enforced to them.

Understanding representation as the constructions that a determinate human group creates to explain its choices and conducts in front of determined reality, a human group places another group in its reference schemes to classify it according to its beliefs and cultural usages, justifying the actions attempted to this other one. We use the representation as a way to reach the knowledge about the conflict for the ownership of the territory between the European immigrants and the Xokleng by the end of the 19th century and beginning of the 20th century in the South of Santa Catarina.

We use the idea of representation associated with the concept of the ethnical approach invention, since we understand that the conflicts between the Xokleng and the immigrants are also inserted in the sphere of the etnicidade, which was used many times by the immigrants to justify their positions, marking the difference between their group and the indigenous group and putting between the two ones a frontier that became insurmountable.

That way, we show how the fight for the ownership of the territory when there is the implantation of colonies with immigrants, associated with the action of the bugreiros, contributed for the disintegration of the Xokleng way of life in the south of Santa Catarina.

The work discusses the explorations of the south of Santa Catarina territory aiming the implantation of colonies by the imperial government and how this exploration prepared the bases for the spoliation of the indigenous lands in the region based on the epoch legislation. In this perspective, the colony foundation represented a modification in the south of Santa Catarina landscape, since the way of life of the immigrants caused a continuing decrease of the forest, decreasing the survival conditions of the Xokleng and disarticulating their way of life.

It is shown that the Xokleng group extermination in the south of Santa Catarina and the consequent spoliation of its lands were possible due to the indigenista politics of the 19th century which foresaw "war" against the botocudos, among them the Xokleng. This "war" supplied the creation of representations against this indigenous group that was appropriated by the immigrants and uttered by the term "bugre", which classifies the Indians as incapables of cohabiting in the society of the immigrants. So it comes the justifying for the actions that were developed to guarantee the security in the colonies, in other words, the work of the bugreiros, which was the Xokleng extermination, with the surety of the constituted authorities.

Key words: representation, etnicidade, extermination

Lista de Mapas

Lista de fotografias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX a Europa passou por inúmeras transformações decorrentes da expansão da revolução industrial para todo este continente e para áreas consideradas remotas do globo terrestre. Dentro da Europa o avanço das novas tecnologias industriais associadas a uma política de concentração de terras colocava uma quantidade expressiva de trabalhadores urbanos e camponeses na miséria, suscitando em muitos o desejo de migrar para outras regiões em busca da reprodução de seu modo de vida. No plano externo o continente europeu promovia por meio do imperialismo uma espécie de neo-colonialismo, procurando áreas que pudessem ao mesmo tempo fornecer matéria-prima para a indústria européia e tornarem-se consumidoras dos produtos desta indústria.

Neste período, o nacionalismo ganha força e vários povos passam a utilizar-se do mesmo para justificar seus projetos de emancipação ou de unificação política. Na maioria dos casos, estas lutas pelas emancipações ou unificações levavam a conflitos bélicos entre nações que tornavam a vida dos mais pobres ainda pior, pois além de enfrentar as dificuldades de um tempo de guerra, os homens em idade militar eram convocados para lutar no front de batalha[1]. Ainda neste século, o mundo vai conhecer uma popularização de idéias racistas que visavam justificar uma pretensa superioridade do homem branco europeu sobre os demais homens do planeta.

Tais idéias foram absorvidas por um bom número de intelectuais da América Latina, que em meio às independências recém proclamadas também visavam construir o seu projeto de nação. Estes projetos buscavam aproximar a construção identitária destes países aos padrões europeus, seja nas formas institucionais ou mesmo populacional. Assim, houve o interesse por parte de muitos países do continente americano em receber imigrantes europeus para colonizar áreas ainda não integradas à economia destes países. O trabalho do homem europeu passou a ser considerado como o mais avançado e, portanto a vinda deste contingente populacional representava, para os dirigentes políticos de então, dar um passo rumo ao progresso e a civilização[2].

---

[1] POSSAMAI, Paulo César. **"Dall'Italia siamo partiti": a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945).** Passo Fundo: UPF, 2005.
[2] DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

O Brasil estava incluído neste contexto e buscou atrair uma corrente migratória oriunda da Europa como forma de ocupar o que era chamado de "vazio demográfico" do império. O governo pretendia garantir a posse destas terras via expansão da fronteira agrícola, integrando deste modo estas áreas à economia do império e consolidando as fronteiras com outros países, que em algumas regiões estavam em discussão nesta época. Outra questão considerada importante por estes intelectuais, estava associada às idéias racistas que mencionamos anteriormente. Acreditava-se que a vinda de europeus ajudaria no processo de desenvolvimento do povo brasileiro, pois os nossos intelectuais pregavam a necessidade de um branqueamento da população, já que o sistema de mão de obra escrava, colocava o Brasil como um país que contava com um número expressivo de africanos e seus descendentes[3].

De acordo com estas concepções racistas, os africanos eram considerados sem iniciativas para o trabalho assalariado e o indígena um ser indolente e sem disposição, como preconizado pela sociedade capitalista. Portanto acreditava-se que a vinda dos imigrantes resolveria por um lado à questão da livre iniciativa, concedendo por meio das colônias pequenas propriedades de terras para que os colonos as cultivassem, ou mesmo oportunizando a instalação destes nas terras dos fazendeiros de café, para que com seu exemplo inspirassem os demais a trabalhar de modo semelhante, visando a produção de riquezas e sua conseqüente acumulação.

Porém, para que este projeto do governo imperial alcançasse o sucesso almejado, era preciso que uma grande quantidade de terras fosse disponibilizada. Logo os chamados "vazios demográficos" passam a ser sondados e estudados para que neles sejam implantados os núcleos coloniais que receberiam os imigrantes europeus voltados para a pequena propriedade. O sul de Santa Catarina foi incluído dentro destas áreas e ainda na primeira metade do século XIX, foi alvo de sondagens por parte do governo imperial que a partir de 1867, por meio da constituição de uma comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Cunha Sampaio dava início a exploração destes terrenos para que neles se pudessem estabelecer imigrantes europeus.

No Entanto, o "vazio demográfico" era uma ficção, pois no Sul Catarinense, nas áreas de mata atlântica e mata de araucária vivia o grupo indígena Xokleng[4] sem contato com

---

[3] DE LUCA, 1999.

[4] Existem algumas denominações que são utilizadas para identificar este grupo indígena. As mais conhecidas são Xokleng, Botocudo e Bugre, todos são termos consagrados pelos brancos, por conseguinte apresentam problemas por tratar-se de uma denominação exógena e não uma auto denominação do grupo. Xokleng é o termo pelo qual este grupo indígena aparece sistematicamente na literatura antropológica, razão pela qual decidimos adotá-lo neste trabalho. Botocudo é uma designação pós-contato que é aceito pelos indígenas. E bugre como poderemos acompanhar ao longo do trabalho, é um termo pejorativo utilizado em várias regiões brasileiras e que

a sociedade nacional - entendida aqui como o conjunto da população que vivia sob as esferas administrativas da sociedade brasileira e a ela sentindo-se pertencentes[5]. Vivendo com base em um nomadismo estacional, este grupo fazia da caça e coleta nestas florestas as atividades principais para obter os alimentos suficientes para o seu sustento.

A presença dos Xokleng nesta região vai ser mencionada em documentos oficiais como correspondência das câmaras municipais de vereadores ao presidente da província, relatórios dos engenheiros responsáveis pelas medições dos territórios necessários à implantação das colônias, ofícios de delegados e subdelegados ao presidente da província, entre outros. Deste modo, fica patente que o governo imperial e provincial tinham conhecimento de que o vazio demográfico se referia a áreas não habitadas por membros da sociedade nacional, pois era notável a presença de um outro grupo nestas florestas, justamente nos locais em que se projetava a instalação das colônias.

Em que pese o conhecimento da presença dos Xokleng, o governo imperial ordenou a implantação de colônias com imigrantes estrangeiros na região a partir de 1876. Torna-se perceptível que um conflito estava iminente. Havendo um grupo habitando determinado território e outro se instalando nele ao mesmo tempo, levaria os dois grupos a uma situação de conflito pela posse do mesmo. Porém, o governo não demonstrava maiores preocupações com o destino dos povos indígenas, uma vez que a política indigenista do século XIX determinava que os grupos teriam reservadas áreas de terras para que ali compusessem um aldeamento. Mas, nem todos os grupos indígenas eram considerados passíveis de serem aldeados, entre os quais os botocudos, incluídos aí os grupos Xokleng. Na prática, a política indigenista preconizava uma verdadeira “guerra” aos botocudos, que foi sistematicamente levada a efeito como forma de liberar as terras ocupadas por estes grupos para fixação de imigrantes integrados a sociedade nacional[6].

A implantação de colônias e o combate aos botocudos eram feitos de modo concomitante no império brasileiro. No Sul Catarinense, mesmo sabendo-se que os Xokleng habitavam as florestas, o governo imperial decidiu dar início à implantação de colônias e dentro de 15 anos uma grande área de florestas fora derrubada para dar lugar às colônias de Azambuja, Grão Pará e Nova Veneza. A chegada dos imigrantes contribuiu para uma

---

foi no Sul Catarinense apropriado pelos imigrantes para se referir aos Xokleng. Cf. SANTOS, Silvio Coelho dos. Encontro de Estranhos além do “Mar Oceano”. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História.** Florianópolis: UFSC, n. 8, 2000, p. 38-9.

[5] Conceito elaborado com base em RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

[6] CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil 2ªed.** São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 133-54.

mudança na paisagem e as florestas densas de mata atlântica foram aos poucos sendo derrubadas para o aumento da área de plantio dos colonos. A cada nova geração ou leva de imigrantes, maiores porções destas eram derrubadas. Os Xokleng que da floresta retiravam o necessário à sobrevivência do grupo, procuraram reagir a invasão no seu território.

A reação dos Xokleng se fez por meio de ataques que tinham como alvo os núcleos urbanos das colônias, as propriedades dos colonos e os trabalhadores responsáveis pelas medições de terras para implantação e expansão das colônias. Estes ataques foram vistos pelos imigrantes como um sinal de guerra e desde então se desenvolve nas áreas coloniais e nos núcleos urbanos do Sul Catarinense, uma idéia preconceituosa em relação aos indígenas procurando justificar uma ação violenta contra os mesmos. Deste modo foram mobilizados pelos imigrantes as informações necessárias para enquadrar dentro de sua visão de mundo os Xokleng. O termo “bugre”, já utilizado no Brasil para designar os indígenas, foi apropriado pelos imigrantes para denominar os Xokleng, remetendo a idéia de um ser inferior e bárbaro, saqueador de propriedades e matador de colonos. O “bugre” é considerado incapaz de conviver com a civilização, seja como integrante ou como grupo vivendo em regiões fronteiriças à mesma, o que vai justificar para os imigrantes, uma ação violenta contra os Xokleng.

No processo de construção desta representação sobre os indígenas, uma ação violenta foi desenvolvida em relação aos mesmos. Entrou em cena o bugreiro, geralmente eram luso-brasileiros ou mesmo colonos com fama de destemidos e corajosos que entravam na mata em perseguição aos indígenas, até encontrá-los em seus acampamentos e promoverem verdadeiras chacinas. Esta ação era justificada pela necessidade que os colonos sentiam de terem garantida a posse de sua propriedade e da segurança que pretendiam para sua família. Assim, o bugreiro tornou-se um herói das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, por garantir não só a posse da propriedade aos colonos, mas também a segurança nas áreas coloniais e nas sedes urbanas em relação aos ataques promovidos pelos Xokleng.

Entretanto, ao longo da realização desta pesquisa, algumas dificuldades se impuseram para que pudéssemos dar conta de toda a problemática proposta. Entre elas o acesso à documentação da diretoria de terras e colonização da província de Santa Catarina, relativa aos anos de 1880 a 1886, acervo do arquivo público do Estado de Santa Catarina – APESC, que não estava disponível para consulta por estar em tratamento técnico no período em que pude dispor para pesquisar tal acervo.

Outra dificuldade encontrada em todas as instituições que visitei para consultar acervos, relaciona-se ao fato de que a documentação referente ao indígena é marcada por silêncios, por vezes séries documentais apresentam longos períodos sem que se encontre uma menção aos Xokleng. Estes silêncios demonstram que o trato da questão indígena no século XIX aos povos considerados não aldeáveis era mesmo o de um inimigo a ser vencido, uma vez que quando mencionados na documentação quase sempre era no sentido de informar sua presença próxima aos núcleos urbanos das colônias, ataques promovidos pelos mesmos aos colonos e às expedições de bugreiros com a finalidade de promover a morte dos Xokleng.

Há casos de correspondências de câmaras municipais solicitando providências do governo provincial após um ataque dos Xokleng e orientações de como proceder nestes casos, no qual não encontramos na documentação nenhuma resposta oficial, ainda que se saiba por outras fontes que comumente havia a perseguição dos indígenas até os mesmos serem encontrados e mortos. Encontramos também, documentos que negligenciavam a presença dos Xokleng no sul catarinense, como é o caso de uma correspondência da câmara de Laguna a presidência da província em 1869[7]. Em que pese esta dificuldade, procuramos desenvolver nossa pesquisa com o que foi possível encontrar de referências sobre a presença dos Xokleng e as relações conflituosas que se estabeleceram entre eles e os imigrantes europeus no sul catarinense no período estudado.

Ao longo do trabalho vamos analisar estes conflitos envolvendo os Xokleng e os imigrantes, procurando demonstrar que as representações construídas pelos últimos sobre os primeiros foram importantes para justificar a morte imposta a estes. Utilizaremos representação neste trabalho, entendendo-a como as construções que um determinado grupo humano elabora para explicar a si próprio suas escolhas e condutas mediante uma determinada realidade[8]. Portanto, representação seria a elaboração que um grupo humano desenvolve sobre outro, procurando localizá-lo dentro de seu esquema de referências para classificá-lo de acordo com suas crenças e práticas culturais, justificando as ações empreendidas em relação aos mesmos. Trabalharemos representação como meio para atingir o conhecimento sobre o conflito pela posse do território entre imigrantes europeus e os Xokleng no final do século XIX e início do século XX no sul catarinense. Assim, não estamos interessados em utilizar a idéia de representação como algo a ser estudado por si, mas como

---

[7] Oficio da Câmara Municipal de Laguna ao Vice-Prezidente da Província de Santa Catharina Coronel Joaquim Xavier Neves em 25 de setembro de 1869. In: **Correspondencia das Camaras Municipaes com a Presidencia da Provincia 1869**. p.129. APESC.

[8] CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

meio para atingir o conhecimento da problemática por nós elaborada no recorte temporal e espacial escolhido.

Desenvolveremos a idéia de representação associada ao conceito de invenção da etnicidade, pois compreendemos que os conflitos entre os Xokleng e os imigrantes também se inserem na esfera da etnicidade, que foi por vezes mobilizada entre os imigrantes para justificar suas posições, marcando a diferença entre seu grupo e o grupo indígena e colocando entre os dois uma fronteira que acabou por tornar-se intransponível, na medida em que não se registrou no Sul Catarinense uma experiência de "pacificação" como se implementou no norte de Santa Catarina após 1910 com a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio. Assim, procuramos demonstrar como a luta pela posse do território, mediante a implantação de colônias com imigrantes, associada à ação dos bugreiros contribuíram para a desintegração do modo de vida Xokleng no Sul Catarinense.

No primeiro capítulo, apresentaremos a forma como o Sul Catarinense foi explorado visando à implantação de colônias. Desenvolvemos uma abordagem sobre as sondagens e estudos feitos na região, evidenciando o modo como o governo imperial projetou a colonização com imigrantes europeus nestas terras, com base na legislação da época. Ainda com base na legislação, veremos como o governo preparou as bases para a espoliação das terras indígenas na região. Acompanharemos o trabalho dos engenheiros responsáveis por estes estudos e medições e a discussão envolvendo o melhor local para dar início à colonização, o vale do rio Tubarão ou o vale do rio Araranguá. Ao final destas discussões, a região Sul Catarinense chegou à década de 1870 devidamente estudada e preparada para atender a intenção do governo imperial na implantação de colônias. Nos documentos produzidos acerca destes estudos e projetos para colonização, aparecem referências aos Xokleng, adjetivando-os de "bugre", termo utilizado com freqüência no Brasil para designar os grupos que não possuíam contatos amistosos com a sociedade nacional. Nesta documentação já é possível perceber uma formulação sobre o "bugre", remetendo a um ser considerado inferior e incapaz de conviver com a sociedade nacional.

No segundo capítulo, procuramos discutir a fundação das colônias com imigrantes europeus na área em estudo e como o projeto de colonização organizado pelo governo imperial foi implementado no Sul Catarinense, mostrando a colonização promovida pelo Estado e a colonização promovida pelas empresas privadas. Também analisamos as divergências entre as condições dos imigrantes nas colônias privadas em comparação com as públicas e como esta população foi povoando a região transformando-a de acordo com suas práticas culturais e as possibilidades de sobrevivência econômica oferecidas pela sociedade

brasileira. Observamos neste capítulo que o modo de vida dos imigrantes levaria a uma diminuição contínua da floresta, o que reduziu as condições de sobrevivência do grupo Xokleng.

No terceiro e último capítulo, analisaremos como a presença dos imigrantes na região contribuiu para a desintegração do modo de vida Xokleng. Abordaremos a política indigenista do século XIX que previa “guerra” aos botocudos, e como isso foi articulado no Sul Catarinense. Além de, como a presença indígena foi registrada nos relatórios dos engenheiros e agrimensores que atuaram na região. Procuramos demonstrar as representações desenvolvidas pelos imigrantes sobre os Xokleng desde sua chegada ao Brasil, e por meio das entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes, dar visibilidade aos confrontos e a prática de extermínio desenvolvida pelos bugreiros com aval das autoridades constituídas. Por intermédio do termo “bugre” os imigrantes classificaram os indígenas como incapazes de convívio com a sociedade da qual faziam parte. Surge, portanto as justificativas para as ações que foram desenvolvidas visando à garantia de segurança nas colônias, ou seja, o trabalho dos bugreiros foi desenvolvido sem que houvesse a princípio um transtorno de consciência.

Aos Xokleng, restou, além da luta pela defesa do território que por longo tempo foi por eles controlado, a condenação por parte do grupo que ocupou suas terras como ser inferior, bárbaro, matador de colonos, praticante de furtos, quer de alimentos quer de ferramentas, enfim, um ser incapaz de conviver com a civilização, portanto digno de morte, para garantir a segurança aos que na civilização viviam. Procuramos, neste trabalho, demonstrar que esta visão preconceituosa dos imigrantes, juntamente com a determinação do governo imperial, de expandir a área de povoamento do solo brasileiro com indivíduos que faziam ou estavam dispostos a fazer parte da sociedade nacional, patrocinando inclusive a ação de homens armados para a destruição dos grupos Xokleng, sendo responsáveis pela desintegração deste, que lutou e resistiu até o dia em que foi impossível continuar a viver como grupo autônomo na região Sul Catarinense.

2 CAPÍTULO I – A EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL CATARINENSE PARA IMPLANTAÇÃO DE COLÔNIAS

O Sul de Santa Catarina, no decorrer do século XIX, era coberto em grande parte pela mata atlântica e habitado por um grupo indígena que ficou conhecido pelo nome de Xokleng. Havia também um razoável número de pessoas de ascendência européia (de maioria lusa) e escravos de origem africana na faixa litorânea e nos vales dos rios navegáveis, principalmente na microrregião do Extremo Sul Catarinense e vale do rio Tubarão. Os Xokleng eram nômades e sua alimentação era garantida pela caça e pela coleta. Deslocavam-se pela região, ocupando determinada parte dela conforme a estação. No inverno, por exemplo, costumavam estar próximos as bordas do planalto catarinense, onde aproveitavam o pinhão e as caças para alimento. Já na primavera, procuravam estar onde era possível conseguir caça e os frutos típicos da estação. “Este nomadismo é bastante citado nos documentos históricos, que registram mesmo um ‘movimento pendular’ entre o litoral e o planalto, com nítidas características estacionais”.[1] Os Xokleng ocupavam habitações feitas para pouco tempo de acampamento. Viviam nas florestas, de onde retiravam o que precisavam para o sustento do grupo.

Do outro lado do atlântico, no final do século XIX, a Europa passava por grandes transformações. A revolução industrial expandia-se e aos poucos alcançava todo o continente europeu. Havia problemas de fronteira, estimulados pelas fortes lutas de emancipação e unificação nacional, principalmente as da Itália e Alemanha. As condições de vida das populações européias, em função destas transformações, tornaram-se muito difíceis em várias regiões. O governo da Itália recém unificada optou por concentrar investimentos na industrialização, prejudicando principalmente os camponeses do norte do país, que passavam dificuldades em função das condições climáticas que provocaram perdas das lavouras e altos impostos que recaíam sobre a posse da terra, e outros gêneros de necessidade para os camponeses. Outro agravante era o tamanho da propriedade, que era de pequeno porte e nem sempre conseguia suprir as necessidades das numerosas famílias. Os membros das famílias camponesas que buscavam uma colocação na indústria italiana ou mesmo em outras funções como diaristas nem sempre conseguiam, piorando ainda mais as condições de vida. Diante

deste quadro, muitos europeus decidiam buscar um novo lugar para viver e construir seu futuro.

A imigração foi vista como uma opção para aqueles que viam poucas possibilidades de sobrevivência em seus países de origem, haja vista que o ato de migrar sazonalmente era comum para muitas pessoas do norte da Itália que migravam para outros locais na época de ociosidade da produção agrícola, com o objetivo de obter trabalho temporário em obras públicas e serviços diversos, complementando a renda e reduzindo as despesas da família, enquanto estavam em outro local[2]. Havia interesse por parte de muitos países da América Latina, entre eles o Brasil, de estimular a vinda de imigrantes europeus para este continente. No caso do Brasil, além do debate em torno da construção do ideal de povo para o país, havia também a preocupação da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em função de uma política que considerava os cidadãos nacionais inaptos ao trabalho, buscou-se através da presença de imigrantes, que fossem "sadios" e "laboriosos", resolver os problemas de mão-de-obra para a lavoura cafeeira e do abastecimento de gêneros alimentícios para os centros urbanos, por meio da formação de uma camada social composta por pequenos proprietários[3].

A região Sul Catarinense, no final do século XIX, fazia parte das áreas destinadas à colonização, constituída para receber imigrantes europeus que tinham a tarefa de transformar estas áreas em lugares produtivos e integrá-las ao território nacional, com sua ocupação efetiva. A região recebeu grande número destes imigrantes, provenientes de um mundo onde a propriedade privada era encarada com naturalidade e a acumulação de riquezas era estimulada. Esta mentalidade será reproduzida nas áreas de colonização quando da instalação destes imigrantes que eram também marcados pela construção de uma imagem em que se destacava sua força e bravura para vencer os obstáculos representados pela floresta. Como destaca Litlle,

> as fronteiras, além de serem espaços geográficos com pouca densidade demográfica, são também construções ideológicas, onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários

---

[1] LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos.** São Leopoldo, 1994. Dissertação de Mestrado em História - UNISINOS.

[2] MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização no Império.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

[3] NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920.** São Paulo: Annablume, 1998. e DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

> da região (nas Américas quase exclusivamente os povos indígenas), que, juntamente com as práticas culturais, são negadas[4].

Este espírito pioneiro dos imigrantes somados aos interesses do Governo Imperial de promover a colonização e integração desta área à sociedade nacional[5], encontrou do outro lado o grupo Xokleng, que vivia neste ambiente em contato intermitente com a sociedade nacional e à medida que a colonização estendeu-se, iniciaram lutas pela posse deste território.

Desde a metade da década de 1820, a região Sul Catarinense foi pensada como possível espaço para implantação de colônias. Nesta época, a política de colonização desenvolvida pelo governo imperial era ainda incipiente, mas de qualquer modo buscava fixar imigrantes em núcleos coloniais e também organizar batalhões de estrangeiros (mercenários) no exército em formação, visando garantir a segurança interna e a política expansionista na Província Cisplatina. O principal agenciador de colonos e soldados deste período, na Europa, foi o major Jorge Antônio Schaeffer, este prometeu aos imigrantes, o que o governo imperial definiu como incentivos à imigração: gratuidade no transporte, doação de um lote rural, instrumentos de trabalho, sementes, ajuda em dinheiro para os primeiros anos, assistência médica, religiosa e outras vantagens[6].

Em Santa Catarina a primeira experiência de colonização com imigrantes europeus não ibéricos aconteceu nas margens do caminho de São José a Lages, onde foi fundada em primeiro de março de 1829 a colônia São Pedro de Alcântara, com 635 pessoas, sendo 523 imigrantes de Bremem e as outras 112, eram mercenários dispensados da chamada "Legião Alemã", que fora dissolvida no Rio de Janeiro[7].

A formação desta colônia atendia a política de ocupação dos "vazios demográficos" da província, que pretendia torná-las áreas produtivas economicamente e representariam mais uma povoação que poderia servir de base para qualquer operação militar a ser desenvolvida no Sul do país, refletindo as intenções da política de colonização do governo imperial, que eram: ocupar com núcleos coloniais regiões ainda não integradas economicamente ao império, garantindo a posse sobre os mesmos, e utilizá-los como base de apoio para campanhas militares se necessário.

---

[4] LITLLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. In: **Textos de História**. Brasília, v. 2, nº 4, 1994. p. 13.

[5] Conceito já definido na introdução na pág. 14.

[6] MACHADO, p. 19-20 e LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e Ideologia. Reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. 1850-1875.** Porto Alegre: EST/UCS, 1980. p. 32.

[7] PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina. 3ª ed.** Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 93.

A partir desta iniciativa, o Conselho Provincial de Santa Catarina procura conhecer a viabilidade de estabelecer núcleos coloniais em outras áreas da província, entre elas o Sul do Estado. Em ofício enviado pela câmara de Laguna para o Secretário do Conselho da Província de Santa Catarina, Sr. Joaquim Almeida Coelho, os membros da mesma respondem às informações solicitadas pelo ofício de 03 de julho de 1829[8] sobre as possibilidades de estabelecer núcleos coloniais nesta região. Os mesmos destacam que "...será muito interessante de toda colonização, empregando aos colonos em cultura pela abundância de terrenos, que aqui há devolutos, em que se podem acomodar muitos casais, cujo numero senão pode arbitrar, enquanto senão averiguar exatamente; a quantidade de terras devolutas, e senão o número de braças, que se deve dar a cada um deles"[9].

O documento faz um levantamento preliminar e, um tanto superficial, das terras devolutas existentes no distrito da Vila de Laguna. Na época, pertenciam a este distrito os rios Araranguá, Tubarão, Capivary e Guaratengauba, cujas margens estavam povoadas, mas que acima das terras povoadas, nas cabeceiras destes rios e seus afluentes, havia informação de muitas terras devolutas. A apresentação dos resultados deste levantamento foi feita com base no respectivo vale de cada rio citado, descrevendo a navegabilidade dos mesmos e as condições das terras devolutas adjacentes a cada um.

Com relação às terras do Araranguá, após chegar ao local denominado "A Pedra", que se constituía em uma grande várzea, os responsáveis pelo levantamento apontavam que,

> ...toda ela está devoluta, há no princípio da dita várzea, muitas terras concedidas, que ainda não estão cultivadas, esta grande várzea pensamos ter para mais de 8 léguas além das terras que há no Rio da Forquilha, e outros braços que deságuam no mesmo Rio por um deles denominado e da Mãe Luzia se navegam 3 dias em pequenas canoas. As terras das margens de todos esses braços contamos serem agradáveis e produtivos isentas de morros, e pedrarias, e muito próprias para todo o gênero de cultura[10].

Pela descrição da comissão, é provável que a mesma tenha utilizado o chamado caminho dos conventos, que ligava o litoral a serra para trânsito de animais, partindo da foz do Rio Araranguá até a Serra da Pedra, no atual município de Jacinto Machado, para realizar

[8] O Oficio remete a um Avizo do Ministério do Império de 03 de junho de 1829.
[9] Ofício da Câmara Municipal de Laguna para o Secretário do Conselho Provincial de Santa Catarina de 03 de outubro de 1829. In: **Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889**. p.2 APESC. Para facilitar o entendimento dos leitores optamos por atualizar a grafia dos documentos citados ao longo do trabalho.
[10] Ofício da Câmara Municipal de Laguna para o Secretário do Conselho Provincial de Santa Catarina de 03 de outubro de 1829. In: **Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889**. p.2 APESC.

o seu levantamento[11]. Este parece ser um procedimento comum na época, qual seja utilizar os caminhos conhecidos e chegar até um ponto em que exista algum habitante em contato com a sociedade nacional. A partir daí se observa o que está pretendendo e retorna-se ao litoral, quase sempre, sem avançar além dos chamados "postos avançados" em meio às florestas. O local visitado pela comissão é em alguma área do atual município de Jacinto Machado e a grande várzea citada no documento, que na época pertencia ao município de Laguna, remete a uma grande área de terras compreendidas entre este município e o rio Mãe Luzia, que abrange hoje partes dos atuais municípios de Jacinto Machado, Turvo, Ermo, Meleiro, Santa Rosa do Sul, Timbé do Sul, Morro Grande, Maracajá, Nova Veneza e Forquilhinha, áreas que receberam posteriormente os filhos e netos dos imigrantes das primeiras colônias estabelecidas no Sul Catarinense.

No rio Tubarão, aponta-se que até o local denominado "Guarda" há povoação em ambas as margens, entretanto, acima destas terras até aproximadamente 10 léguas, estão concedidas, mas não cultivadas. Situação idêntica é observada no rio Capivary que também tem terras concedidas e não cultivadas, restando terras devolutas "próprias para todo o gênero de cultura e muito interessantes"[12]. Por fim, trata do rio Guaratengauba[13], afirmando que uma légua acima da foz do mesmo (na lagoa da Vila de Laguna), "tudo é um dilatado sertão"[14], onde encontravam-se muitas terras concedidas e não cultivadas, e que acima destas "...todas estão devolutas, nas quais se podem fazer belíssimos estabelecimentos, cujas terras prometem grandes vantagens na agricultura, e são muito fertilizadas de águas. Tanto estas como todas as mais retrocontlempladas, são sujeitas a Bugres, de que estão infestadas, e quase todos os anos fazem consideráveis estragos"[15].

Situação comum às quatro áreas apontadas pelo levantamento é a concessão de terras que ainda não estavam sendo cultivadas pelos respectivos concessionários, o que poderia representar, pelas leis da época, perda das respectivas concessões, as quais poderiam, em tese, ser reaproveitadas pela política de colonização. Ao apontar a existência de grandes

---

[11] SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX.** Florianópolis: 2003. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 32

[12] Ofício da Câmara Municipal de Laguna para o Secretário do Conselho Provincial de Santa Catarina de 03 de outubro de 1829. IN: **Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889**. p.3 APESC.

[13] Atualmente o rio chama-se Aratingaúba. As terras citadas pelo levantamento da comissão compreendem uma área que fica em uma latitude muito próxima da sede do atual município de São Martinho.

[14] Ofício da Câmara Municipal de Laguna para o Secretário do Conselho Provincial de Santa Catarina de 03 de outubro de 1829. IN: **Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889**. p.3 APESC.

[15] Ofício da Câmara Municipal de Laguna para o Secretário do Conselho Provincial de Santa Catarina de 03 de outubro de 1829. IN: **Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889.** p.3 APESC.

áreas devolutas sem, no entanto precisá-las, dava-se destaque a abundância dos terrenos e das vantagens para agricultura em função da grande fertilidade dos mesmos, discurso que por vezes não refletia a realidade. Não que as terras fossem estéreis, mas havia enorme valorização de sua fertilidade, em função da vontade expressa de muitos ocupantes de cargos públicos em ver suas regiões recebendo colônias formadas por imigrantes europeus.

Um dos aspectos que nos chama a atenção, e que vai tornar-se, posteriormente, um motivo de tensões nas futuras colônias, é a menção à presença do grupo Xokleng na área avaliada, denominados como bugres pelos autores do levantamento e apontados como responsáveis por realizar estragos sazonalmente. O governo já possuía nesta época informações sobre a existência desta população no Sul Catarinense e contribuiu para a consolidação de uma idéia sobre este grupo por meio do termo bugre, que era um termo utilizado de maneira generalizada no Brasil para designar pejorativamente os grupos indígenas que não mantinham contato com a sociedade nacional. Ao longo do século XIX, é possível perceber na documentação oficial diversas referências ao grupo Xokleng e a perspectiva da possibilidade de trazê-los a civilização ou afugentá-los para que as terras pudessem ser colonizadas.

Em 1837, por exemplo, a Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina procurava uma brecha na legislação em vigor para poder novamente conceder sesmarias gratuitamente, já que esta prática estava suspensa desde 1823, por decreto de Dom Pedro I. Em correspondência à Câmara dos Deputados, a Assembléia ponderava que na Província de Santa Catarina a maior parte da população vivia dos trabalhos rurais e estava concentrada no litoral do continente e na Ilha, onde o solo estava esgotado. A tendência desta população seria buscar novas terras no interior. Entretanto, a suspensão das concessões de sesmarias impedia este movimento da população, exceto se o pretendente estivesse disposto a tomar uma posse, o que o deixaria sujeito à possibilidade de no futuro perder a terra em que estava instalado. Protestando contra esta decisão a assembléia argumentava que:

> ... os verdadeiros interesses do País ditam que cumpre dar impulso a esta tendência [da interiorização], não só em beneficio da agricultura, do comércio, e da indústria, mas também como o meio mais eficaz, e por ventura o mais adequado, e menos ofensivo, ou de se afugentar, ou de trazer-se ao grêmio da associação Brasileira o gentio indômito, (...) que infesta os sertões da Província, e ataca amiúdo habitações isoladas, cometendo toda sorte de depredações...[16]

---

[16] Carta da Assembléia Provincial de Santa Catarina a Câmara dos Deputados em 29/03/1837, remetida em 12/04/1837. In: **Pareceres das Commissões 1835-43** Doc. 23 Centro de Memória da ALESC. A observação entre parênteses é nossa.

Os representantes da Assembléia Legislativa de Santa Catarina ponderavam que se o governo imperial autorizasse a concessão de sesmarias, possibilitaria a interiorização da população na província e cita como um dos motivos para esta tomada de posição a questão da presença dos Xokleng. Argumentavam que povoando o interior com sesmarias seria possível afugentar ou trazer ao convívio da “civilização” esta população que de acordo com o documento citado promovia grandes estragos. Nota-se que no documento, em primeiro lugar está a idéia de que se deve afugentar, ou seja, espantar para longe os que são diferentes e que impedem, na visão oficial, o avanço da civilização.

Esta discussão sobre a impossibilidade de se conviver pacificamente com os indígenas do interior, entre os quais os Xokleng, irá permanecer durante todo o período imperial, sobretudo na elaboração das leis que procuravam regulamentar o acesso às terras e as condições para a importação de imigrantes europeus para trabalharem como mão-de-obra livre no país, seja nas grandes propriedades ou na forma de pequenos proprietários rurais. Na formulação desta legislação, aos indígenas do interior, com destaque para os botocudos, era reservado um tratamento hostil, que não respeitava suas práticas culturais e que procurou gradativamente espoliar suas terras para ocupá-las na expansão da lavoura cafeeira no oeste paulista e com a colonização com estrangeiros nas províncias do Sul[17].

2.1 A legislação sobre a terra e a imigração: espoliação das terras indígenas

A lei de terras de 1850 ao definir a compra como única forma de acesso à terra a partir daquele momento e que somente teriam direito sobre as antigas posses e sesmarias quem possuísse os respectivos títulos de propriedade colocaram as populações indígenas em situação delicada, uma vez que as mesmas ocupavam historicamente diversos territórios, mas não possuíam os títulos que passavam a ser exigidos a qualquer pessoa que quisesse tomar posse de uma área de terras.

---

[17] SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 e CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil 2ªed.** São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 133-54.

O contexto no qual a lei de terras foi elaborada e posta em prática era o da pressão externa, principalmente da Inglaterra, para a extinção do tráfico de escravos e a conseqüente substituição desta mão-de-obra nas lavouras de café por imigrantes europeus. As características fundamentais eram a regulamentação da propriedade da terra e a imigração, unificando as soluções pensadas para estes dois “problemas” em um único projeto. A lei também apontava o papel primordial que o governo deveria assumir na importação de imigrantes para trabalharem de modo livre no Brasil. Deve-se ter em mente que se a lei de terras ensaiava uma solução para o chamado problema da mão-de-obra e esta passava pela importação de imigrantes europeus para ocuparem no Brasil o status de trabalhadores livres, a mesma lei também visava à solução de um outro problema: o ordenamento jurídico da propriedade da terra[18].

A partir da década de 1840, com a maioridade de D. Pedro II e a política de reforçamento do quadro institucional do Estado brasileiro, obtido em grande parte pela geração de divisas provenientes da exportação do café, levou o governo a pensar na necessidade de regularizar o acesso a propriedade da terra, pois a questão da apropriação da mesma estava ocorrendo à margem da autoridade estabelecida, e era marcada pelo não cumprimento das condições expostas nas cartas de sesmarias e pelas posses sem título legítimo de grandes e pequenas extensões, sendo estas últimas geralmente feitas por pessoas pobres que não possuíam os recursos necessários para legitimar as terras que ocuparam, e eram forçados a constantes migrações, sempre que alguém com mais recursos requeria ao governo por compra a área em que estes estavam instalados, ou mesmo os expulsava a força para ampliar os já grande domínios que possuíam. Uma das intenções da lei era, por este prisma, conhecer as terras devolutas ainda não ocupadas ilegalmente e normatizar, daquela data em diante, o acesso à mesma no país.

No tocante a substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores livres, a lei de terras procurou estabelecer as condições pelas quais esta imigração seria organizada. A idéia expressa na lei era que o trabalho escravo fosse substituído gradativamente, de acordo com a lei Euzébio e outras posteriores que deram sempre um caráter protelatório, a questão da abolição do trabalho escravo. As idéias em relação a imigração não eram objeto de consenso na elite do império e a lei precisou conciliar interesses, em certa medida conflitantes. De um lado, havia os cafeicultores interessados que a imigração de europeus fosse direcionada para

[18] SILVA, 1996.

as lavouras de café, sendo o governo responsável pelos custos da viagem destes imigrantes, que teriam por perfil a condição de assalariados e, após estabelecidos nas fazendas seriam responsabilidade dos fazendeiros. Esta idéia representava a manutenção da experiência de imigração e colonização conhecida principalmente pelos cafeicultores paulistas. Por outro lado, ainda que em minoria, havia uma outra forma de defender a imigração, a que sustentava que o governo deveria canalizar esforços, para atrair imigrantes agricultores que viessem ao país para se instalar na condição de pequenos proprietários, que tivessem condições de pagar os seus lotes e desenvolver a agricultura do país, além da defesa da teoria do branqueamento da população brasileira, apoiada nas idéias do darwinismo social[19].

Para agradar as duas correntes e também para resolver um problema prático, o dos recursos para financiar a imigração, a lei estabeleceu com relação à imigração que haveria duas formas de introdução de imigrantes. Uma que passou a ser conhecida como colonização oficial, previa a venda de lotes para imigrantes com alguns recursos em núcleos coloniais organizados em terras devolutas do Estado. A outra conhecida como regular, procurava importar imigrantes sem recursos, subvencionando sua viagem, para que os mesmos fossem empregados nas lavouras de café, substituindo gradativamente o trabalhador escravizado. Os recursos adquiridos por meio da colonização oficial deveriam ser direcionados para a colonização subvencionada, ou regular, que atendia o interesse dos fazendeiros do café.

Entretanto, era necessário segundo a visão do governo imperial, discriminar as terras devolutas, pertencentes à Coroa, das terras ocupadas por particulares. Com base na lei de terras de 1850, foi aprovado em 1854 o regulamento da mesma que criava a Repartição Geral das Terras Públicas e dava as normatizações para o funcionamento da mesma e a forma de proceder às medições, divisões e descrições das terras devolutas, fiscalizar a venda destas e promover a colonização[20].

O entendimento do governo imperial era de que para se conhecer as terras devolutas, era preciso primeiro que se soubesse quais estavam ocupadas e em mãos de particulares. Assim, o governo ao invés de principiar a medição pelas terras devolutas, as quais lhe pertenciam, preferiu o caminho inverso, ou seja, primeiro saber quais eram possuídas por particulares, pois logo, todas as outras, seriam de propriedade do governo, podendo o mesmo dar os fins que a lei de terras estabelecia. O regulamento de 1854 previa

[19] SILVA, 1996. NAXARA, 1998. DE LUCA, 1999.
[20] SILVA, p. 143.

em seu capítulo III as condições para revalidação e legitimação das terras possuídas e o modo prático de extremar o domínio público do particular[21].

A estrutura para execução das medições das terras particulares colocava os presidentes de província e os juizes comissários como as peças centrais desta engrenagem. Ao presidente da província cabia dar início ao processo solicitando as autoridades informações sobre as posses, sesmarias e outras concessões sujeitas a legitimação e a revalidação. Obtida esta informação, nomeava o juiz comissário nos municípios onde houvesse posses e sesmarias nas condições expostas acima. Se um dos objetivos da lei de terras era o ordenamento jurídico da propriedade de terras e o Brasil neste sentido era um verdadeiro caos, é de supor que não houvesse município em que não fosse necessária a presença do juiz comissário, haja vista a grande quantidade de propriedades em situação ilegal. Entretanto, o juiz comissário nem sempre era pessoa prática em medições ou mesmo possuía autoridade suficiente (reconhecida pelos proprietários) para fazer cumprir as determinações do regulamento. Por fim, o juiz comissário só procederia às medições após receber o requerimento da parte interessada, ou seja, do sesmeiro ou posseiro, indicando o local e os confrontantes.

Como uma das condições a serem observadas era a morada habitual e o cultivo efetivo[22], muitos "proprietários" por pretender que seu domínio de terras fosse maior que sua capacidade de cultivo, não procediam ao requerimento para se resguardar do risco de perder parte da área que reputavam como suas. Se apoiavam na perspectiva que se efetivou na prática, da prorrogação dos prazos e de ir levando a situação irregular até quando possível. Outra questão a ser levantada é o preço das medições, que sendo alto, poderia dificultar o acesso a elas por parte dos ocupantes de menor poder aquisitivo, que poderiam evitar assim o requerimento da medição das terras que ocupavam, geralmente com roça de subsistência.

Deste modo a medição de terras possuídas por particulares estendeu-se por longo tempo e não chegou a ser concluída até o fim do império. Entretanto, nos casos em que as medições eram requeridas, após serem feitas, os autos eram enviados ao presidente da província que procurava saber o parecer do delegado do diretor geral das terras públicas e do respectivo fiscal, dando posteriormente sua decisão. Aprovadas as medições, seriam encaminhados os títulos de propriedade conforme previa o Regulamento: "Art. 51. Se o julgamento do Presidente aprovar a medição, serão os autos remetidos ao Delegado do Diretor

---

[21] Conforme Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 16-7.

[22] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 17. Art. 37.

Geral das Terras Públicas para fazer passar em favor do posseiro, sesmeiro, ou concessionário o respectivo título de sua possessão, sesmaria, ou concessão, depois de pagos na Tesouraria os direitos de Chancelaria, segundo a taxa do Art. 11 da Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850. Os títulos serão assinados pelo Presidente"[23].

A passagem dos títulos aos respectivos possuidores de terras, transformando-os em legítimos proprietários era a última etapa deste processo. Segundo a estratégia do governo imperial, a passagem dos títulos deveria representar o término das medições e, por conseguinte o conhecimento das terras que estavam no domínio particular. Esta informação possibilitaria a confecção de um mapa que demostraria a extrema entre as terras possuídas (em mãos de particulares) e as devolutas, de propriedade do Estado. Com este mapa se poderia determinar com maior certeza as terras que seriam destinadas à colonização por serem devolutas. Esta informação seria dada pelo presidente da província.

No entanto, as medições das terras em mãos de particulares nunca andou em ritmo que permitisse a distinção clara entre as terras possuídas e as terras devolutas, e as sucessivas prorrogações de prazos para medições provam que o governo imperial teve muita dificuldade para regularizar o acesso a terra e é possível afirmar que até o fim do império não conseguiu com que o ordenamento jurídico da propriedade fosse estabelecido plenamente. Isto dificultou em certa medida a demarcação das terras que deveriam abrigar as colônias com estrangeiros. De acordo com Lígia Osório Silva, "se considerarmos os dois processos em conjunto – a medição das terras particulares e a medição das terras devolutas – notamos que a medição das terras devolutas seria feita após a medição das terras particulares, exceto nos lugares em que houvesse terras notoriamente devolutas. Essa informação quem daria eram os presidentes de província"[24].

Havia deste modo um espaço por onde a demarcação das terras devolutas poderia começar que eram os locais onde se acreditava havê-las em grande quantidade. Para tanto, o capítulo II do regulamento de 1854 previa a estrutura de pessoal necessário e o modo de proceder a medição, tendo destaque a necessidade de publicar-se em editais as medições que seriam procedidas[25]. Isto permitiria aos posseiros e sesmeiros que se julgassem prejudicados, recorrer ao juiz comissário e solicitar a regularização de seus domínios ou solicitar a devida

---

[23] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 20. Art. 51.
[24] SILVA, p. 170.
[25] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 14. Art. 17.

indenização, geralmente a concessão de igual área de terras em outro local. A esse propósito, Lígia Osório Silva pondera que

> a regularização da propriedade da terra poderia ter começado a partir dos núcleos, se o governo imperial garantisse aos colonos o título de propriedade e a posse da terra. Isso provavelmente teria estimulado o senhoriato rural a legalizar também a sua situação. Mas a estratégia (...) consistia exatamente no contrário disso (...). Partiu-se do princípio que a regularização da situação do senhoriato rural era a condição fundamental para a implementação da política de imigração espontânea[26].

Deste modo a política de medições e o processo para legitimação das propriedades, com a conseqüente definição das terras em mãos de particulares e os devolutos, que seriam demarcados e divididos em lotes, formando núcleos de colonização com imigrantes estrangeiros de origem camponesa, revertendo o produto líquido da venda destas terras para a importação de imigrantes pobres para trabalhar nas lavouras de café substituindo o braço escravo, mostrava a sua principal fragilidade, qual seja, o fato de que o requerimento do posseiro ou sesmeiro para medir e demarcar suas terras era o que desencadearia todo o processo. Portanto, a iniciativa para que a política de colonização pudesse ser implementada, estava nas mãos dos particulares.

O processo de medição das terras devolutas não era levado adiante e o sucesso esperado pelo governo imperial na implantação de núcleos coloniais com pequenos proprietários estrangeiros de origem camponesa não seria realizada com a facilidade que previram os mentores da lei. Nas províncias em que os dirigentes eram favoráveis a colonização oficial com estrangeiros, concentrou-se esforços na medição e demarcação em áreas que se tinha conhecimento da existência de terras devolutas. Entretanto, esta determinação, associada a indefinição das terras devolutas das particulares, fez com que os territórios coloniais fossem, em grande número, demarcados em locais distantes dos centros consumidores, para onde o excesso de sua produção deveria ser destinado e na maioria dos casos desprovidos de vias de comunicação que permitissem o escoamento desta produção de forma rentável. Deve-se deixar claro que esta situação não era exclusiva das colônias, pois mesmo povoados antigos e já integrados nas estruturas administrativas do império sofriam com esta política de preços devido a precariedade das suas vias de comunicação.

Outra questão que a lei suscitava era o interesse, por parte do governo, em colonizar extensões de terras ocupadas por populações indígenas. Diante disto, passou-se a

---

[26] SILVA, p. 133.

organizar toda uma sistemática para disponibilizar estas terras para a colonização, deslocando estas populações para outras áreas. O regulamento da lei de terras previa que uma parte das terras devolutas disponíveis seriam reservadas para a colonização indígena:

> Art. 72. Serão reservadas terras devolutas para colonização, e aldeamento de indígenas nos distritos, onde existirem hordas selvagens.
> Art. 73. Os Inspetores, e Agrimensores, tendo noticia da existência de tais hordas nas terras devolutas, que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênio e índole, do número provável de almas, que elas contêm, e da facilidade, ou dificuldade, que houver para o seu aldeamento; e de tudo informarão o Diretor Geral das Terras Públicas, por intermedio dos Delegados, indicando o lugar mais azado para o estabelecimento do aldeamento, e os meios de o obter; bem como a extensão de terra para isso necessária.
> Art. 74. À vista de tais informações, o Diretor Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e todas as providências para que este se obtenha.
> Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu usufruto; e não poderão ser alienadas, enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes conceder o pleno gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização.[27]

A lei dava ao Estado a prerrogativa de reservar terras para o aldeamento de povos indígenas onde existissem as chamadas hordas selvagens, logo, os grupos que não possuíam contato com a sociedade nacional. Entretanto, a sistemática da lei não consistia em garantir aos indígenas as terras historicamente ocupadas pelos respectivos grupos, mas determinar a revelia o espaço para o aldeamento dos mesmos, obrigando-os a viver de modo sedentário como estágio de um processo aonde chegariam a viver como “civilizados”. Tanto que o artigo 75 do regulamento deixa evidente esta intenção ao afirmar que os indígenas aldeados teriam direito ao usufruto das terras do aldeamento, mas o título de propriedade só seria concedido pelo governo imperial quando este julgasse que uma determinada população indígena houvesse atingido um nível de civilização suficiente para tal.

Na prática, nada ou muito pouco se fez no sentido de organizar aldeamentos. Na região em estudo eles não chegaram a existir, quer porque os contatos entre os Xokleng e os membros da sociedade nacional eram na maioria nada amistosos, ou mesmo por negligência por parte dos responsáveis. Em 1869, a Presidência da Província de Santa Catarina envia uma circular as câmaras municipais questionando sobre a existência de aldeamentos nos respectivos municípios.

---

[27] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 22.

> Palácio de Governo da Província de Santa Catarina, 10 de Setembro de 1869.
> Para que esta Presidência possa satisfazer a exigência contida em Aviso datado de 24 de Agosto findo, do Ministério dos Negócios da Agricultura, convêm que essa Câmara preste, com urgência, informações a respeito dos seguintes quesitos: 1º Quantos aldeiamentos existem nesse município, data de sua fundação e numero de almas que os compõe: 2º Desenvolvimento moral e intelectual de que são susceptíveis, suas inclinações e costumes: 3º Quais as relações dos aldeiamentos com as povoações circunvizinhas: 4º Quais as tendas das aldeias: 5º Quantos Missionários Catequistas existem em efetivo exercício e como tem procedido: 6º Quantas tribos existem em estado selvagem e em que distritos, quais os meios empregados para eleva-as a Civilização. 7º **Se os Índios podem dispensar o Diretor para se lhes distribuir lotes de terras e vender-se o restante**: 8º finalmente Que noticia há dos Índios que abandonaram os Aldeiamentos[28].

Por sua vez a Câmara de Laguna envia a resposta a Presidência da Província nos seguintes termos: “Ilmo. e Ex.mo. Sr. = A Câmara Municipal desta cidade acusa recebido o Ofício Circular de V.Ex.ª datado de 10 do corrente mês; inteirado do assunto, participa a V.Ex.ª que não existe aldeamentos neste Município. É o quanto cumpre informar a V.Exª. Deus Guarde a V.Ex.ª”[29]

Em que pese à presença dos Xokleng ser conhecida de longa data na região, a câmara de Laguna limita-se a dizer que não há aldeamentos, o que está correto, mas por sua vez não menciona que há grupos sem contato, ou em contato intermitente com a sociedade nacional nas florestas do município, mesmo que outras fontes oficiais já tenham notificado o fato. É possível perceber a negligência dos responsáveis pelas medições de distritos para implantação de colônias com relação à política de aldeiamentos, pois conforme o art. 73 do regulamento de 1854 deveria informar-se sobre as características dos respectivos grupos, a possibilidade de formar-se um aldeamento e local mais apropriado para o mesmo e dar ciência de todas estas informações a Diretoria Geral das Terras Públicas[30]. No entanto, a atuação dos engenheiros e demais membros das comissões de medições limitou-se a informar a presença ou não de grupos sem contato, ou em contato intermitente com a sociedade nacional, ou nos termos oficiais da época, das “hordas selvagens”.

Se os membros das comissões falharam no cumprimento deste ponto do regulamento de 1854, também falharam os demais membros da Repartição Geral das Terras

---

[28] Circular as Camaras Muncipaes de 10 de setembro de 1869. In: **Livro 8º Registtro com as Camaras Municipais de 1867 a 1873.** p. 54v e 55. APESC. **Grifo nosso**.
[29] Oficio da Câmara Municipal de Laguna ao Vice-Prezidente da Província de Santa Catharina Coronel Joaquim Xavier Neves em 25 de setembro de 1869. In: **Correspondencia das Camaras Municipaes com a Presidencia da Provincia 1869**. p.129. APESC.
[30] Conforme Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. Art. 73. p. 22.

Públicas[31] que não exigiam maiores informações a respeito da presença destes grupos, consagrando uma tendência já antiga da ocupação do solo: disponibilizar as terras ocupadas historicamente por grupos indígenas para imigrantes estrangeiros ou membros da sociedade nacional em detrimento da permanência dos primeiros, como fica exposto na correspondência enviada pela presidência da província em que questiona "Se os Índios podem dispensar o Diretor para se lhes distribuir lotes de terras e vender-se o restante".

No contexto de um aldeamento, a lógica era tornar os grupos sedentários e disponibilizar as terras que deixariam de ser necessárias como território de caça e coleta para a venda, além das terras dos indígenas que abandonavam os lotes que recebiam e perdiam o direito de propriedade sobre os mesmos, ou de membros de grupos indígenas que, vivendo em aldeiamentos, tiveram seus direitos questionados porque não eram mais considerados como índios pelo fato de assimilarem o modo de vida da sociedade nacional, como ocorreu na então Província do Espírito Santo[32].

No caso de não organizar-se o aldeamento, a tônica foi ocupar paulatinamente os territórios, historicamente, utilizados pelos indígenas com colônias compostas por imigrantes e aos poucos expandi-las, derrubando a floresta e reduzindo as possibilidades de sobrevivência dos grupos nômades. À medida que ocorriam conflitos entre os colonos e os indígenas, a atitude do governo foi, na maioria das vezes, fazer vistas grossas ao problema e abonar a prática de perseguir os grupos indígenas até expulsá-los de suas terras ou promover a morte de parte ou mesmo de grupos inteiros, fornecendo em muitas ocasiões as munições e até mesmo os armamentos utilizados nestas "atividades".

Após as sondagens que o governo mandou fazer sobre as condições dos terrenos para implantação de colônias no Sul de Santa Catarina, não houve por algum tempo ações concretas neste sentido. O período regencial, principalmente após o ato adicional de 1834, passou às províncias a responsabilidade de fundar e organizar estabelecimentos coloniais e providenciar o transporte e manutenção dos imigrantes e ajudá-los no seu início na agricultura[33]. Na Província de Santa Catarina foram publicadas, neste período, algumas leis que dispunham sobre colonização e imigração[34]. Em 1840, a Lei n.º 142 estabelece que: "Art.

---

[31] Extinta em 1861, permanecendo entretanto, as Repartições Especiais das Terras Públicas nas Províncias.
[32] MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.22, n.º 43, p. 153-69. 2000. e CUNHA, 1998.
[33] PIAZZA, p. 100.
[34] Lei N.º 11 de 1835; Lei N.º 49 de 15/06/1836 que dispõe sobre a colonização por empresas e regulamenta o papel que o Governo Provincial teria neste processo, a Lei N.º 79 de 02/05/1837 que apresenta novas medidas com relação as terras onde serão estabelecidas colônias e a Lei N.º 142 de 29/04/1840 que determina como

1º. Nos Pontos em que os Rios, que descem da Serra Geral, forem cruzados pela linha de defesa mandada medir pelo Decreto Provincial N.º 120, fará o Presidente da Província designar em ambas as margens, Distritos de Colônias, na forma, e para os fins declara dos nos artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei N.º 49”[35].

De acordo com os artigos citados da Lei n.º 49 de 1836, o presidente da província tinha autorização para designar distritos de colônias e neles marcar o local para a povoação, ou seja, a praça onde ficaria o templo religioso e as demais funções administrativas da época. Seriam aceitos nestes distritos colonos nacionais e estrangeiros residentes ou não na província e os mesmos deveriam tirar os títulos de confirmação da propriedade de terras em um ou dois anos sob pena de perda das terras em que estava estabelecido[36].

A região Sul Catarinense possuía então rios que se enquadravam nas condições desta lei, mas não foram encontrados indícios de que os distritos mencionados tenham sido mandados demarcar nesta região. Em 1860, o Sul Catarinense voltou a ser pensado como espaço para estabelecer colônias, aproveitando-se parte das terras concedidas pela Lei n.º 514 de 1848, que em seu artigo 16 estabelecia que:

> Art. 16º. A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas á colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos.
> Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos em quanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição[37].

Para tanto, as províncias deveriam definir os locais que pretendiam as terras e requerê-las ao governo imperial. Em 1860, a Província de Santa Catarina obtém a resposta de seu requerimento:

> Ilmo. e Exmo. Sr. = S. M. O Imperador deferindo o requerimento que lhe dirigiu a Assembléia Legislativa à essa Província Houve por bem Autorizar essa Presidência a mandar medir e demarcar por conta das seis léguas em quadra concedidas a cada Província pela Lei N.º 514 de 28 de Outubro de 1848 as terras devolutas no mesmo requerimento.

---

distritos coloniais as terras de ambas as margens dos rios que descem da Serra Geral. In: **Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1835 a 1840**. Centro de Memória da ALESC.

[35] Lei N.142 de 29 de abril de 1840 In: **Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1835 a 1840**. Centro de Memória da ALESC.

[36] Lei N.º 49 de 15 de Junho de 1836. In: **Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1835 a 1840**. Centro de Memória da ALESC. Art. 12, 13, 14 e 15.

[37] Lei N.º 514 de 28 de Outubro de 1848. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1848.** Tomo 10, Parte 1ª, Secção 15ª. p. 35-6. Art. 16.

> Uma légua em quadro na margem direita do Rio Araranguá, acima do lugar denominado = Itaipava =, no Município da Laguna. Uma dita em quadro nas margens do Rio do Braço, no mesmo Município. Uma dita em quadro na Várzea das Navalhas e Taquaras, aquém da Boa Vista, no Município de S. José, ficando a concessão das duas léguas pedidas sobre o Rio Itapocú, adiada até o Governo Imperial resolver sobre o destino, que convém dar a algumas daquelas terras. (...)
> Igualmente recomendo a V. Excia. que antes de dar principio à medição regular mande proceder a um ligeiro reconhecimento, a fim de ver se são realmente devolutas as terras, e que dê ao Governo Imperial conhecimento do modo porque pretende coloniza-las, convindo guardar quanto for possível a uniformidade no sistema da Lei de 1850, sobre tudo sua formação de núcleos Coloniais[38].

Com relação a recomendação da uniformidade com o sistema da lei de terras de 1850, o governo provincial já havia promulgado a Lei n.º 482 de cinco de maio de 1860, que previa as medidas a serem observadas na demarcação e venda das terras em questão. A Lei nº 482 consistia em um misto das recomendações da Lei n.º 514 e das considerações da lei de terras e procurava seguir os dispositivos já apresentados na Lei Provincial n.º 49 para medição dos lotes e estabelecimento dos colonos. Como novidade, estabeleceu que os recursos provenientes das vendas destes lotes deveriam ser destinados unicamente aos serviços de colonização da província e encurtou o prazo para o cultivo dos lotes de um ou dois anos para seis meses, sob pena de rescisão do contrato de compra e venda[39].

No Sul Catarinense, duas áreas de uma légua quadrada cada uma, foram requeridas, uma em rio do Braço, que acreditamos tratar-se de Braço do Norte, atual município de mesmo nome e outra em Itoupava, hoje localidade do município de Araranguá. Não há indício de que estas áreas foram colonizadas nesta ocasião, tão pouco de que as medições foram levadas a efeito. É possível que um dos pontos mandados observar pelo governo imperial tenha dificultado a execução do plano, qual seja, a de proceder um reconhecimento para saber se as terras requeridas eram realmente devolutas.

O rio Braço do Norte já possuía, entre posseiros e sesmeiros, moradores pelo menos desde 1839, inviabilizando as pretensões do governo imperial pelo fato de estar a área pretendida encravada por posses[40]. A localidade de Itoupava fica a aproximadamente seis quilômetros acima da sede de Araranguá, seguindo pelo rio, e pelas informações disponíveis é habitada desde época semelhante à sede do município de Araranguá[41]. As duas então

---

[38] Ofício da Repartição Geral das Terras Públicas ao Presidente da Província de Santa Catharina em 18 de junho de 1860. In: **Ofícios Recebidos 1861/1862** Doc. 15 p. 90 Centro de Memória da ALESC.
[39] Lei Provincial n.º 482 de cinco de maio de 1860 In: **Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1860 a 1862.** Centro de Memória ALESC.
[40] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos Condes. História de Orleans I**. Orleans: Editora do Autor, 1971. p. 37.
[41] DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá : Gráfica Orion Editora, 1997.

localidades, estavam estabelecidas no caminho dos conventos e tiveram sua formação em função do mesmo como ponto de apoio para as tropas de gado que passavam por ali, formando um pouso de tropa, depois um núcleo comercial, e sua conseqüente afirmação como centro de uma localidade agrícola.

Em função da ocupação destes espaços serem anterior a data da Lei Provincial n. 482 e da recomendação dada pelo governo imperial, é possível que a área pretendida não tenha sido medida e colonizada em função de também estar encravada por posses. Outra possibilidade que pode ser elencada é a falta de recursos no orçamento da província para estabelecer novos núcleos coloniais, refletindo um problema sempre destacado ao longo do período imperial, qual seja, por um lado se propunha a "necessidade" de importar imigrantes, de outro, destinava-se poucos recursos para esta finalidade.

Somente em 1867, como reflexo do Decreto n.º 3748 de 19 de janeiro que estabelecia o Regulamento para as Colônias do Estado é que a intenção de estabelecer colônias no Sul Catarinense começou a dar os primeiros passos. De acordo com o artigo 1º as colônias do Estado seriam criadas por decreto do governo imperial com o respectivo nome em distrito colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro do governo[42]. Portanto, para que pudessem ser estabelecidas colônias, primeiro era necessário que se medissem os territórios necessários para tal. Assim, no mesmo ano, é criada uma comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Cunha Sampaio[43]. Ainda de acordo com o regulamento de 1867 em seu artigo 45, os engenheiros responsáveis tanto pelas medições como pela direção das colônias receberiam instruções especiais para a execução do regulamento, expedidas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Como não tivemos acesso as instruções dos engenheiros que trabalharam na região em estudo, analisaremos a atuação das comissões de medição com base na legislação vigente na época.

2.2 A medição da comissão Sampaio: os territórios do Sul passam a ser explorados

[42] Decreto n.º 3748 de 19 de janeiro de 1867. In: MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1985. p. 192-200.

[43] O documento mais antigo que dispomos desta comissão é um Ofício de Manoel da Cunha Sampaio ao Vice-Presidente da Provincia de Santa Catairna de 13 de junho de 1867. Em relatório escrito em setembro de 1867, Manoel da Cunha Sampaio menciona que recebeu as instruções para o trabalho em 31 de maio de 1867.

A comissão do engenheiro Sampaio deu início aos trabalhos de campo em 13 de julho de 1867, com o objetivo de organizar o levantamento de uma planta topográfica determinando posição dos terrenos devolutos em relação à cidade de Laguna. Foram realizadas explorações nos terrenos adjacentes a Laguna, no vale do rio Tubarão e vale do Araranguá, que na época faziam parte do município de Laguna.

De acordo com o Regulamento de 1854, a medição das terras públicas deveria começar pelas terras que fossem consideradas devolutas e que não estivessem encravadas por posses, onde seriam traçados territórios que formariam quadrados de seis mil braças de lado (pouco mais de 13 quilômetros quadrados) que seriam subdivididos em lotes[44]. Com relação ao vale do Tubarão o chefe da comissão afirma,

> subi o rio até o confluente a margem esquerda "Braço do Norte", onde, constava-me, existiam terras devolutas; considerando porem a perigosa navegabilidade do rio totalmente correndo por entre grandes rochas e além disso a pequena quantidade de terras devolutas, tornavam imprópria aquela localidade para preferi-la à outras, ai traçando o primeiro território, deixei logo de explora-lo, indo examinar os terrenos sobre o rio das "Pedras Grandes". Feita neles a necessária exploração, retirei-me satisfeito, entretanto ordenei ao agrimensor Pinto Pacca que continuasse o levantamento da planta do Tubarão, terminando-o no lugar denominado "Raposa"[45].

A navegabilidade perigosa do rio Braço do Norte que corria entre grandes rochas e a pequena quantidade de terras devolutas foram as justificativas usadas pelo chefe da comissão para não medir um território e deixar de realizar novas explorações argumentando que seria imprópria aquela localidade em relação a outras. O território que deixou de ser medido pela comissão (de acordo com o tamanho dos territórios estipulado por lei) abrangeria uma área que faria parte do patrimônio dotal da princesa Isabel e da futura colônia de Braço do Norte. A área de terras devolutas neste local foi considerada pequena, o que pode ser um equívoco do responsável pela medição ou uma reserva de terras previamente planejada, pois entre o vale deste rio e a serra geral foram posteriormente medidas 24 léguas quadradas, em terras devolutas, para compor parte do patrimônio dotal da princesa Isabel, aonde veio a constituir-se a colônia Grão-Pará[46].

---

[44] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 14. Art. 12 e 17.

[45] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 210v. APESC.

[46] LOCH, Cenilde. **Ação Colonizadora de Joaquim Caetano Pinto Júnior e a Colônia Grão-Pará.** Porto Alegre, 1978. Dissertação de Mestrado em História – PUC-RS. e DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...**

Em parte, esta análise pode ser creditada à presença de sesmeiros na foz do rio Braço do Norte com o rio Tubarão desde 1839, formando a famosa sesmaria dos Mirandas e estremando com esta a dos Rabello, e de posseiros localizados no vale do mesmo rio, como os seguidores de Tomás Pinto que em 1862, fugindo a ação da justiça, vieram da capital da província, Desterro, para fixarem-se neste local, que já havia sido ocupado, tempos antes por um refugiado de Lages da época da revolução farroupilha, conhecido como Manoel Guerrilha, que ali se estabeleceu por volta de 1839 com venda e estalagem, por estar morando no caminho que ia a Lages pela serra do Imaruí[47].

Raposa era a região compreendida entre um ponto pouco abaixo da foz do rio Palmeiras e outro ponto na proximidade da foz do rio Oratório, ambos tributários do rio Tubarão[48]. Esta denominação existe pelo menos desde 1807 quando fora concedida uma sesmaria a José de Souza Pacheco “na margem do Rio Tubarão, na parte do Sul, no lugar denominado Rapoza”[49]. Na parte inicial, abaixo da foz do rio Palmeiras havia uma venda, possivelmente a última, antes da subida da serra pelo Oratório, antigo caminho de tropas. A localidade de Raposa também estava muito próxima das terras do patrimônio da princesa Isabel.

As referências a esta localidade na bibliografia não são precisas e por vezes controversas. Não há indício do início de sua ocupação por membros da sociedade nacional e pouco há sobre sua expansão e desenvolvimento. Dall’Alba sustenta que é “interessante notar que em 1882, os terrenos até os limites dos Miranda, o Rio Belo, já estavam ocupados. Quando se dera esta ocupação? Facilmente logo ao se saber da passagem da estrada de ferro, não antes, pois ainda em 1881 não havia morador algum aquém da Rapoza”[50]. No entanto, o Sr. Luiz Martins Collaço, em documento citado pelo próprio Dall’Alba aponta que “nas vizinhanças das terras de SS AA há na Rapoza, 10 engenhos de fabricar açúcar e outros tantos para fabricar farinha”[51].

É verdade que o Sr. Luiz Martins Collaço era o representante de suas altezas imperiais na região e, portanto interessado na colonização das terras do patrimônio dotal o mais rápido possível, principalmente na área próxima ao rio Tubarão, o que traria maior movimento comercial a então vila de Tubarão onde este era um dos chefes políticos à época.

---

[47] DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 37-9.
[48] Afirmação com base nos dados de ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1987. p. 48-50 e 52.
[49] Carta de Sesmaria concedida a José de Souza Pacheco a primeiro de agosto de 1807, citada por DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 11.
[50] DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 155.

Porém, não parece lícito pensar que cometeria tamanho exagero, pois a própria comissão de 1867 afirmava que os terrenos eram bons para cultura a ponto de existir lavradores não proprietários que pagavam arrendamentos e até trabalhavam de parceria. Se considerarmos que a região compreendida com o nome de Raposa, acima descrita, se estendia por aproximadamente 14 quilômetros acompanhando as margens do Tubarão, é factível a informação do Sr. Collaço sobre a presença dos engenhos e da respectiva produção, apontando para uma ocupação anterior a data de 1881. Em viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858, em junho, Avé-Lallemant subiu a serra geral acompanhando a estrada que vinha de Tubarão até este ponto. Com relação à localidade de Raposa o mesmo narra que

> Já o sol se pusera quando chegamos as últimas habitações, à margem do Tubarão, reunidas sob o nome de Raposa. Bem no fim dessas moradas isoladas em ambas as margens do Tubarão, reside o Senhor Vieira, em cuja casa pernoitamos. Este pequeno sítio é o último do mundo civilizado na margem oriental da serra. E como tal aparece à primeira vista. Uma grande pastagem com altas palmeiras e plantações de mandioca penetram na floresta de onde sai o Tubarão murmurando entre pedregulhos. Uma pequena casa de residência e um celeiro com uma casa-de-farinha eram os únicos edifícios na floresta entre os cafeeiros e alguns rochedos[52].

De acordo com o relato, o senhor Vieira seria o último morador da localidade na época. Desconhece-se, se era proprietário legítimo ou posseiro. Provavelmente houve uma ocupação gradual, muitas delas por meio de posses e não títulos legítimos, e que culminou com uma ocupação regular das terras as margens do Tubarão neste ponto. Estes títulos podem ter sido requeridos por volta de 1881 ou 1882 quando a população local soube da passagem dos trilhos da estrada de ferro, como forma de garantir porções de terras onde já existiam culturas efetivas por longos períodos. De acordo com os dados já citados, com base em Zumblick, encontramos uma pessoa de sobrenome Vieira como proprietária de uma razoável faixa de terras nas extremidades da localidade de Raposa por volta dos anos de 1881 a 1883, o que pode evidenciar uma linha sucessória de herança.

Nas imediações de Raposa, constituí-se a localidade de Palmeiras, próximo a foz do rio de mesmo nome, que posteriormente passou a chamar-se Pindotiba, possivelmente após a instalação de uma parada da estrada de ferro neste local, para onde era direcionada parte da produção agrícola das localidades de Palmeira do Meio, Rio Maior, Armazém e Urussanga. Vale destacar que a época dos trabalhos da comissão de 1867, Raposa era o local mais

---

[51] Borrão do Relatório 1881. In: DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 50.

[52] AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1980. p. 44.

avançado na floresta onde havia moradores em contato com a sociedade nacional. Acima da mesma somente a sesmaria Pacheco e a concessão do Visconde de Barbacena, obtida em 1861, onde de tempos em tempos fixaram-se turmas de trabalhadores sob a orientação de engenheiros e naturalistas[53] para realizar explorações das jazidas de carvão ali descobertas. Estes acampamentos aconteciam pelo menos desde 1812 ou pouco mais, mas nunca se teve conhecimento de pessoas que fixaram residência na época.

As terras do Araranguá foram também alvo do exame pessoal do chefe da comissão, que depois de terminados os primeiros estudos argumentou: “do exame a que procedi nos terrenos a que me referi, e cujas posições estão assinaladas sobre a planta junta, concluo ser conveniente a abertura de quatro territórios contíguos sobre o rios dos “Porcos”, de modo que a dois deles sirva o dito rio de via de comunicação, enquanto que os dois outros serão banhados pelo “Mãe-Luzia”[54].

Após expor o plano de medições, a comissão preocupou-se com as vias de comunicação, para que houvesse meios de transportes que permitissem a chegada dos colonos imigrantes às terras e o escoamento de sua produção, um dos objetivos de sua instalação. Com relação ao vale do Araranguá havia um projeto de construção de um canal de navegação que ligaria, por intermédio do rio dos Porcos, as águas do Araranguá com as de Laguna, constituindo-se uma via de comunicação importante para a época, o que tornaria as terras bastante atrativas.

> Considerando eu que existe um projeto para canalizar as águas do Araranguá pelo rio dos “Porcos” com as lagoas sobre que esta edificada a cidade da laguna, o que é fácil e pouco dispendioso relativamente aos lucros que se podem obter, aproveitei os terrenos mencionados que reúnem as condições de uberdade e planura, às de sua boa posição geográfica. Se porém não for levada à efeito a construção do canal, sem dúvida é preferível o estabelecimento da colônia sobre o rio das “Pedras Grandes”; pois que logo acima se acha a rica mina de carvão de pedra, cujo privilégio de exploração foi concedido ao Visconde de Barbacena, e alem disso o núcleo ficará próximo a estrada de Lages que margeia o Tubarão; acrescendo ainda que há grande concorrência na cultura destes terrenos, tanto que os lavradores, não proprietários, pagam altos arrendamentos, e muitas vezes trabalham de parceria[55].

[53] O naturalista Selow visitou a região das minas do Tubarão em 1832, conforme DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 13.
[54] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 210v-211. APESC.
[55] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 211. APESC.

Com base nas informações do relatório é possível perceber que a ocupação desta região com colônias estava condicionado a execução de dois outros projetos: a construção do canal e a exploração da mina de carvão do Visconde de Barbacena. Para tanto, o chefe da comissão considerava a conveniência de preparar lotes nas duas regiões em discussão: o vale do Tubarão e o vale do Araranguá. "A vista do exposto julgo conveniente à divisão em lotes de dois territórios, um em terras do Araranguá, outro nos do Tubarão; afim de que o governo possa escolher livremente em qualquer época, a sede do estabelecimento a fundar: no caso de construir-se o canal e explorar-se a mina, coisas cuja realização estão em expectativa."[56].

Caso os dois projetos citados se concretizassem, havia a idéia de unificar futuramente os territórios do Araranguá e Tubarão, ocupando toda a região com colonos, de modo que o chefe da comissão ponderava que "com o plano adotado fica o território vizinho ao Tubarão, pouco distante do situado no Araranguá e dos núcleos de população das margens daquele rio"[57], o que indica a intenção de que houvesse comércio entre estas áreas, após estabelecida a colonização. Entretanto, havia ressalvas para que tal projeto pudesse ser efetivado. Ao considerar essa possibilidade o chefe da comissão ponderava que "as fileiras de territórios do Araranguá se podem reunir com as do rio das 'Pedras Grandes', apesar do alojamento de índios selvagens que se acha situado no sertão, ás cabeceiras dos rios Urussanga, Mãe-Luzia e dos Porcos, podendo assim o Governo para o futuro fundir os dois estabelecimentos a criar"[58].

O conhecimento prévio da região permitiu a comissão pensar na hipótese de medir territórios para colônias no vale do rio Tubarão e no vale do rio Araranguá. A comissão, a princípio havia pensado um projeto de ocupação que pudesse ser efetivado iniciando a colonização com imigrantes nestes dois pontos distintos que paulatinamente se encontrariam formando uma grande área colonial, a exemplo de outras regiões. Entretanto, no primeiro relatório da comissão, é feita uma ressalva, a da presença de índios selvagens que estariam alojados nas nascentes dos rios Mãe-Luzia (abrangendo terras da futura colônia Nova Veneza), Urussanga (no futuro núcleo de mesmo nome, pertencente a futura Colônia Azambuja) e dos Porcos (no núcleo Torrens, prolongamento da futura colônia Azambuja). A

[56] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 211. APESC.
[57] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/12/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 3v. APESC.
[58] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 211-211v. APESC.

presença desta população atesta mais uma vez o conhecimento oficial sobre o grupo Xokleng na região e que pelo discurso do chefe da comissão não havia uma política de aproximação com esta população, pois o mesmo afirma que “apesar do alojamento de índios selvagens” poderia o “Governo para o futuro fundir os dois estabelecimentos a criar”. Percebe-se que a estratégia era ocupar a região com colonos imigrantes, procurando integrá-la economicamente a sociedade nacional, independente de uma população anterior estar estabelecida nesta região.

Fica evidente a falta de uma política de aproximação entre os funcionários do governo encarregados das medições e os grupos indígenas do interior, conhecidos como botocudos também incluídos no grande grupo Tapuia, ao qual se atribuía a violência e a dificuldade de contatos pacíficos. Para estes grupos, não havia o interesse em formar aldeamentos, exceto, quando estes pudessem facilitar a tomada de suas terras[59]. Portanto, torna-se compreensível o fato dos membros das repartições especiais das terras públicas não interessarem-se em aplicar ao grupo indígena existente no Sul Catarinense os artigos relativos ao regulamento de 1854 no que diz respeito as terras que deveriam ser reservadas para a colonização indígena. A idéia era ocupar a região, forçando os que não se dispunham a participar da estrutura da sociedade nacional, como foi o caso dos Xokleng, a retirarem-se deste território.

2.3 Vale do Tubarão, vale do Araranguá: por onde começar a colonização?

No prosseguimento dos trabalhos da comissão do engenheiro Sampaio, nem tudo o que fora planejado teve o êxito esperado e alterações significativas começam a ser postas em prática. O projeto de dividir em lotes áreas tanto no rio Araranguá como no rio Pedras Grandes, foi iniciado, mas em novembro de 1868 a comissão apontava uma mudança nos rumos dos trabalhos devido a aspectos considerados negativos, envolvendo as terras do Araranguá:

> As terras do vale do Araranguá são em geral paludosas. Recebendo este rio diversos tributários. São aproveitáveis para a cultura quase que exclusivamente cem a duzentas braças somente de suas margens, em que o terreno é mais alto pelos depósitos sedimentários, o restante é coberto por aguaral, plano e baixo. A zona porém compreendida entre o rio Tubarão e o Armazém é seca, alta, não sujeita a

[59] CUNHA, 1998.

> inundações, com abundantes cursos d'água e tão fértil como são as outras terras da Comarca. Tendo em consideração estas circunstancias favoráveis, propus em meu relatório, datado de 30 de julho, á S.Ex.ª o Sr. Ministro, alterar o sistema de medições seguido até então, substituindo-o por outro em ordem a que somente fossem medidos prazos de ambos os lados de uma estrada de rodagem, cujo traço a partir do 1º território de Araranguá atravessasse a dita zona até chegar à margem do Tubarão, deste modo fica preparada uma extensa área adequada à fundação de um núcleo colonial[60].

A comissão alega que as terras do vale do Araranguá eram alagáveis e lodosas, condições que inviabilizavam o cultivo dos gêneros que eram comumente plantados em áreas de colonização. Entretanto, acreditamos que este não deve ter sido o motivo principal, uma vez que mais tarde, estes terrenos foram ocupados pelos descendentes dos imigrantes que se estabeleceram nas colônias próximas ao rio Tubarão e posteriormente no rio Mãe-Luzia. Entre os motivos desta não ocupação podem ser destacados outros dois: a existência de posseiros que estavam ocupando parte do espaço projetado para colônias e a não efetivação das obras do canal.

O canal de navegação ligando Laguna a Araranguá por meio dos rios e lagoas existentes na região, fazia parte de um projeto maior que interligaria Laguna a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e foi batizado em 1887 de canal de navegação Príncipe Dom Affonso. A idéia desta obra era permitir uma navegação segura entre estes pontos por via fluvial e lacustre, pois a navegação marítima costeira era considerada perigosa a ponto de o litoral sul-rio-grandense ficar conhecido como cemitério de navios. A viagem por via terrestre era dispendiosa e cansativa por ser feita em grandes extensões pela areia da praia e em trechos que não eram muito melhores que este[61].

A primeira iniciativa para implantar um canal de navegação na região, que se tem conhecimento, foi realizada em 1753 por Francisco Inácio Xavier, que procedeu aos estudos necessários para a viabilidade do empreendimento. Tal estudo foi determinado por Francisco de Souza Menezes, então presidente da província de Santa Catarina, por recomendação de Gomes Freire de Andrade que um ano antes fez a viagem por via terrestre entre Laguna e Viamão e tomou conhecimento da possibilidade de estabelecer uma ligação entre estes pontos por meio das lagoas e rios existentes[62].

---

[60] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Conselheiro João Agostinho Moreira Guimarães. Diretor Geral da Secretaria D'Agricultura da Provincia de Santa Catharinha em 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 169. APESC.
[61] HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930**. Porto Alegre: PALMARINCA/EST, 1994.
[62] HOBOLD, p. 100.

Em 1856, a discussão sobre a construção do canal volta à tona quando Jerônimo Coelho assume a presidência da província do Rio Grande do Sul. Nesta época, além de uma via de transporte menos dispendiosa, apareciam como justificativa do empreendimento a facilidade que o mesmo proporcionaria ao povoamento da região que atravessaria, ou seja, de Laguna até Porto Alegre.

Na área compreendida entre Laguna e Araranguá, foram levados a efeito os estudos para a construção do referido canal no ano de 1867, mesma época em que se realizavam os levantamentos da comissão do engenheiro Sampaio para a implantação de colônias com imigrantes estrangeiros nesta região. De acordo com um documento da comissão encarregada deste projeto:

> Tenho a honra de oficiar a V. Ex.ª, sobre o estado dos trabalhos, de que me acho encarregado por oficio de V.Ex.ª de 22 de Outubro próximo passado, que, para adiantar mais o serviço, mandei o agrimensor Alexandre Marschner com uma turma de trabalhadores ao rio de Urussanga, a fim de abrir as picadas para o canal, entre esse rio e o rio dos Porcos, e o referido agrimensor acha-se trabalhando naquele lugar desde o dia 15 de Novembro do corrente ano.
> Durante este tempo ocupei-me com uma triangulação da Barra da Laguna, foz do rio Tubarão, e lagoas de Sta. Marta e Camacho, e o resultado deste trabalho é uma planta minuciosa dos referidos lugares, que desenharei em escala grande, e remeterei breve, com as respectivas descrições a V.Ex.ª; em quanto ao mapa geral do Canal, será este desenhado em escala mais pequena, depois de concluídos os levantamentos respectivos.
> Tendo nessa data prestado contas à Tesouraria de Fazenda da Província, como é de estilo, das quantias recebidas para as despesas, peço a V.Ex.ª, que se digne, me mandar entregar mais dois contos de reis (2:000$000) a fim de poder energicamente proceder na abertura das picadas para o canal, e de concluir breve a triangulação das lagoas, e dar então começo aos nivelamentos necessários[63].

Entre Laguna e Araranguá o projeto do canal previa que o mesmo deveria partir da lagoa da cidade de Laguna pelo rio Tubarão ou da Madre e demandar o rio Urussanga[64]. Deste rio demandaria até o afluente Cocal, de onde seria ligado ao rio dos Porcos, que tem sua foz no rio Araranguá. Conforme descrição de Francisco Isidoro Rodrigues da Costa,

> Subindo-se o Rio Urussanga, da boca do canal em projeto até um afluente denominado Cocal, e passando-se por esse último, cujo curso seria necessário retificar até uma distância de 6.000 metros, chega-se ao território colonial que o Engenheiro Sampaio estava medindo. Desse lugar até o rio dos Porcos é necessário um canal de 6.500 metros de comprimento com 1,5 metros de fundo. Tem o dito rio,

---

[63] Ofício de Rodolfo Von Brause, Engenheiro encarregado do projeto do canal, ao Presidente da Província da Santa Catharina, Adolfo de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda em 16/12/1867 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 239-40. APESC.

[64] Em 1883 houve uma alteração, prevendo-se que o mesmo deveria partir da Laguna, passando pela Lagoa do Camacho para depois demandar ao rio Urussanga.

> no lugar onde deve embocar o canal e onde se acha também a mina de carvão, uma elevação de 2,50 metros acima do nível do rio Tubarão[65].

Além de diversificar os meios de transporte e facilitar a colonização das regiões que atravessaria, o canal de navegação também seria importante para a exploração de uma jazida de carvão encontrada nas proximidades do rio dos Porcos. Assim a defesa da construção deste empreendimento ganhava mais um argumento favorável:

> O Carvão do rio dos Porcos é de excelente qualidade. Experimentei este último, que me deixou 5% de resíduo enquanto que muito estrangeiro deixa 20 a mais por cento de resíduo. Porém, assim mesmo o carvão nacional do distrito do Araranguá atualmente não tem valor algum, pelo alto custo do transporte, o que não sucederá logo que se faça o canal em questão, do comprimento total de 14 quilômetros, que não só franqueará uma navegação de 65 quilômetros, como será um meio de comunicação para as colônias e desfrute das referidas minas[66].

A efetiva construção do canal permitiria integrar a região de Araranguá à Laguna, com aumento do volume comercial nesta praça, pelo movimento propiciado pelas explorações de carvão e pela colonização da região com imigrantes europeus que seriam utilizados como mão-de-obra nas minas nos períodos permitidos pela lei de imigração e colonização em vigor na época. Tanto que a construção do canal chegou a ser apontada como condicionante para o estabelecimento de colônias no vale do Araranguá.

A partir de 1870 vários decretos imperiais, leis provinciais e pareceres da assembléia legislativa apontam para algumas concessões feitas para a efetiva construção do canal[67]. As leis de concessão dispunham sobre os prazos da mesma e as condições que deveriam ser observadas como a manutenção, as linhas de navegação a serem estabelecidas e as tabelas para fretes. A partir de 1887, as concessões passaram a prever garantias de juros por parte do governo sobre os capitais empregados nas obras de construção do canal como forma

---

[65] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL’ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 40.

[66] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL’ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 40.

[67] Lei Provincial nº 636 de 28 de maio de 1870, que contatou com o Sr. M.A. Araújo Guimarães em 28/09/1870 as obras do canal por meio da Cia. Fluvial Lagunense, que perdeu a concessão por não iniciar as obras no prazo previsto. Lei Provincial nº 1012 de 07 de maio de 1883 que concedia privilegio exclusivo a Severiano de Souza e Almeida e Domingos de Souza Guedes para abrirem o referido canal. Também não houve o início das obras. Pelo Decreto Imperial nº 3741 de 09 de abril de 1887 a concessão foi feita ao Engenheiro Eduardo José de Moraes, para construir o canal de Laguna até a Lagoa dos Patos. Pela Lei Provincial n.º 1219 foi autorizada uma garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital máximo de dois mil contos de réis. (2:000:000$), mesmo assim a obra não se concretizou. A última tentativa que se tem conhecimento foi formalizada em 1907 pela Lei Estadual n.º 736 de 30 de agosto, que previa construção do canal, determinando que as obras poderiam ser feitas por administração (o próprio Estado) ou por empreitada, autorizando ainda a contratação de um empréstimo de até 500 contos de réis (500:000$) garantindo 5% de juros ao ano, resgatáveis em trinta anos.

de atrair maior interesse na execução da mesma. Apesar dessa medida, somente em 1907 a construção do mesmo passou a ter novo impulso, sob comando do próprio Estado, com novos estudos e conseqüente início das obras em 1909. Entretanto as obras não foram concluídas e o canal de navegação ficou mais uma vez no projeto.

A não efetivação das obras representava um obstáculo para o desenvolvimento do vale do Araranguá. Já em 1881, Francisco Isidoro Rodrigues da Costa destacava: "Na verdade, de que servem as riquezas do Araranguá se os seus cereais não podem ser transportados sem despesas enormes e obstáculos inúmeros, não dando nem para o trabalho do produtor nem para o frete da mercadoria? Oxalá que um dia Laguna estivesse ligada ao Araranguá pela junção de um canal nas suas três Lagoas!"[68].

A construção de um canal de navegação, interessava ao governo imperial, naturalmente, mas de modo especial à cidade de Laguna, que ao longo do século XIX se firmou como porto comercial do Sul Catarinense, que, aliás, era o seu território municipal até 1870 quando inicia a série de emancipações que a deixou com o território atual. A construção do canal colocaria o porto lagunense como passagem obrigatória a quem viajasse para o Sul, porque o projeto previa que depois de Araranguá, o mesmo passaria pelas lagoas contíguas até chegar a Lagoa dos Patos.

No sentido inverso, Laguna representava naquele momento a ligação mais rápida com o Rio de Janeiro, então capital do império, pois a via de comunicação mais utilizada era a marítima, principalmente para o escoamento da produção agrícola e posteriormente da extração de carvão e das incipientes indústrias que vieram se estabelecer nas regiões coloniais. O transporte de pessoas por terra, por vezes, acontecia entre Laguna e Desterro, mas para a produção era um meio de transporte dispendioso e nada lucrativo.

A construção do canal proporcionaria à Laguna estar integrada a uma grande extensão territorial entre o litoral e a serra, que pelos rios afluentes chegariam ao mesmo e conseqüentemente ao porto de Laguna. Este movimento comercial, devido a não construção da obra, não deixou de existir, mas foi dificultoso e impôs limites a produção, principalmente no vale do Araranguá, que em certa medida teve sua ocupação demorada por esse motivo, pois os meios de comunicação dificultavam a entrada dos imigrantes e o posterior escoamento da produção, contrariando o projeto do governo imperial de implantar o maior número

---

[68] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 41-2.

possível de colônias para transformar estas áreas em lugares produtivos e integrá-las ao território nacional, com sua ocupação efetiva.

As condições adversas de transporte contribuíram, junto com outros fatores estruturais da sociedade brasileira, para que predominasse no vale do Araranguá, um contínuo movimento de ocupação por posseiros, por meio de uma cultura de subsistência, caracterizada por pequena plantação para consumo próprio e com atividades de caça e pesca para complementar a alimentação. Em relação aos posseiros a própria comissão no início dos trabalhos no vale do Araranguá alerta que

> convindo para boa marcha dos trabalhos que o primeiro perímetro seja traçado nesta última localidade (Araranguá), tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex.ª que, por informações fidedignas, sei estarem tais terrenos, apesar de devolutos, habitados em grande parte; pedindo por isso á V.Ex.ª que, para discrimina-los, se digne ordenar ao Juiz Comissário do Distrito, o exame dos títulos dos que ali residem, afim de, aproveitando eu os bons terrenos ilegalmente ocupados, evitar que o território abranja grande porção de terras privadas[69].

Conforme exposto anteriormente, o regulamento de 1854 determinava que a medição das terras públicas devesse começar pelas terras que fossem consideradas devolutas e que não estivessem encravadas por posses. Nos locais onde fossem encontradas posses posteriores a data de publicação do regulamento, ou seja, 1854, estas não deveriam ser respeitadas[70]. Infelizmente, até o presente momento não conseguimos encontrar maiores informações sobre estes posseiros que estavam localizados na área que se pretendia estabelecer colônias no vale do Araranguá, mas o fato de serem mencionados nos leva a acreditar que deviam ser um número considerável para a época. Uma das tendências é de que foram aproveitando as margens dos rios navegáveis, ainda que somente por canoas, para se estabelecer, conseguindo assim viver da pesca, caça e pequena roça de subsistência e tendo no rio um meio de transporte para chegar as povoações do litoral. Outro indício da presença destes posseiros e sua luta para legitimação das posses aparecem em outra correspondência da comissão

> Em resposta ao ofício de V.Ex.ª datado de 18 de Março p.p. acompanhando os requerimentos de Hylario Gonçalves Padilha, e outros, com as informações prestadas á respeito pela Câmara Municipal desta Cidade e o ofício da Repartição

---

[69] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Comemdador Francisco José de Oliveira. Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharinha em 20/08/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 204-204v. APESC.

[70] Decreto N.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. In: **Collecção das Leis do Império do Brasil 1854.** Tomo 17, Parte 2ª, Secção 7ª. p. 14-5. Art. 17 e 20.

> Especial das Terras Públicas, sobre o assunto; a fim de que desse meu parecer, tendo em consideração o fim a que se destinam as terras que demarco: tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex.ª que não acho inconveniente algum na realização das vendas de terras requeridas, por quanto são pequenas porções, que apesar de encravadas talvez algumas delas nos territórios medidos e por medir, nem por isso tiram valor algum aos mesmos territórios; pelo contrário atraem novos compradores de outros lotes, por fundarem os primeiros estabelecimentos, descortinando o sertão; e como julgo ser o fim principal da comissão de que fui encarregado facilitar a venda das terras, assim opino; Entretanto V.Ex.ª mandará o que for acertado[71].

Era comum na época os engenheiros responsáveis por demarcar terras para colonização opinar sobre requerimentos de compra de terras devolutas, principalmente no que se referia a localização, se iriam avançar ou não sobre áreas destinadas a formação de colônias. Como nesta época a maioria dos requerimentos era de luso-brasileiros, relegados a segundo plano na política de colonização, nem sempre as suas pretensões eram atendidas, a não ser se tratasse de um membro da elite, pois exigia-se pagamento a vista para as terras pretendidas.

É interessante destacar que dentro da lógica da política de colonização neste período, depois que uma determinada área era projetada para receber imigrantes, dificilmente era acatado o pedido de compra das mesmas por membros da sociedade nacional. Neste sentido, o requerimento de Hylario Gonçalves Padilha e outros que pretendiam a compra de terras no Araranguá, mesmo com o parecer favorável dos engenheiros da comissão de medições, tiveram seu pedido negado, deixando clara a concentração de poder que o presidente da província detinha sobre esta matéria apoiado na legislação da época. Assim encontramos no canto superior esquerdo da correspondência uma anotação, do que se transformaria posteriormente na resposta ao requerimento, a qual define: “Indeferido, visto destinar o Governo Imperial as terras devolutas do Araranguá para serem vendidas a sociedades ou empresários de imigração e colonização, ou a imigrantes isolados; para cujo fim estão sendo descriminadas, medidas e demarcadas”[72].

Pelos apontamentos acima citados, podemos deduzir que o governo da província estava inclinado a aplicar nas terras que a comissão do engenheiro Sampaio estava demarcando, a Lei n.º 49 de 15 de junho de 1836 que regularizava a colonização por particulares na província. A perspectiva da venda a imigrantes e descendentes isolados foi

---

[71] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Dr Adolfo Barros Cavalcanti d’Albuquerque Lacerda. Presidente da Provincia de Santa Catharinha em 13/04/1868. In**: Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 56-56v. APESC.

[72] Anotações para resposta da Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Dr Adolfo Barros Cavalcanti d’Albuquerque Lacerda. Presidente da Provincia de Santa Catharinha em 13/04/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 56-56v. APESC.

acontecendo gradativamente. Esta foi reforçada pelo trabalho da comissão Sampaio que foi constituída como reflexo da aprovação, em janeiro de 1867 do regulamento para as colônias do Estado. Este previa em seus quatro capítulos as condições a serem observadas e cumpridas nas medições dos perímetros das colônias e dos lotes a serem vendidos, na fundação das colônias, na administração das mesmas, na recepção e estabelecimento dos colonos imigrantes, nas formas de auxílios e venda dos lotes aos colonos, entre outras[73]. Os três primeiros artigos referem-se aos serviços de preparação dos territórios para implantação das colônias:

> Art. 1º. – As colônias do Estado serão criadas por Decreto do Governo Imperial, com designação do respectivo nome e distrito colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro de Governo.
> Art. 2º - Cada distrito colonial deverá conter, pelo menos, em seu perímetro a área equivalente a um território de quatro léguas quadradas, ou metros 474.240.000 dividido em lotes urbanos e rurais e depois de fixada a localidade mais conveniente à sede da povoação.
> Art. 3º - Os engenheiros encarregados dos trabalhos concernentes à fundação das colônias, levantarão a sua planta geral, a qual conterá não só a designação dos lotes medidos e demarcados, o traço das estradas e pontes projetadas, rios e grandes córregos, e quaisquer disposições topográficas, como os terrenos reservados para a povoação, que, de acordo com o Diretor da colônia, houverem sido destinados para ruas, praças, logradouros públicos, igreja, escola, cemitério, casa de administração, cadeia e outros edifícios coloniais. Destas plantas se tirarão três cópias, uma para o arquivo da colônia, outra para a Secretaria da Presidência, e a terceira para a Diretoria das terras públicas e colonização[74].

Percebe-se por estas disposições do regulamento que a comissão chefiada por Sampaio tinha o claro objetivo de proceder ao levantamento topográfico da região, determinando em quais locais seriam possíveis às instalações de colônias e os trabalhos necessários para que tal projeto se concretizasse. Deste modo, o governo utilizaria a prerrogativa do art. 1º e publicaria o decreto imperial criando uma nova colônia. Assim, o referido engenheiro registrou por vezes em seus relatórios os objetivos de sua comissão, como o primeiro relatório de setembro de 1867:

> O objetivo do trabalho era o levantamento da planta topográfica para determinar a posição dos terrenos devolutos relativamente a cidade de Laguna; e pois foi o ajudante Greenhalgh encarregado da parte adjacente a dita cidade, ocupando-me eu com a do rio Tubarão, sobre cujas margens me fui por V.Ex.ª recomendado nas supracitadas instruções escolhesse um local para abertura de um território[75].

[73] Decreto n.º 3748 de 19 de janeiro de 1867. In: MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos...** p. 192-200.
[74] Decreto n.º 3748 de 19 de janeiro de 1867. In: MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos ...** p. 192.
[75] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/09/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1864 a 1867** p. 210v. APESC p. 210- 210v.

Em dezembro do mesmo ano anotava:

> No relatório de 11 de Setembro do ano corrente, dos trabalhos da comissão a meu cargo, dei conta da marcha seguida nas explorações preparatórias para determinar as diversas localidades em que existiam terrenos devolutos na comarca da Laguna; terrenos que tinham de ser medidos, demarcados e descritos sob minha direção. Aquele relatório acompanhava uma planta das explorações executadas, necessária a dar idéia exata do plano que apresentei para a divisão dos territórios, plano, que V.Ex.ª dignou-se posteriormente aprovar[76].

Em 1868, novas áreas são passíveis de observação:

> ordenei que fosse suspensa á medição dos perímetros, mandando que um dos empregados continuasse o levantamento da carta até a extrema S. da comarca da Laguna, e por conseqüência da Província, isto é, á terminar no rio Mampituba. Aí chegado, tem o mesmo empregado de internar-se pelos terrenos do sertão, afim de que possa conhecer a topografia e aproximativamente as zonas devolutas dos mesmos[77].

> Anteriormente fora feito o levantamento da planta da parte Sul do litoral desta Comarca até o limite da província com a de S. Pedro do Sul, o rio Mampituba: o que também se acha transposto na referida Carta.
> Não conheço com minuciosidade os acidentes do terreno e a linha divisória dos terrenos devolutos com os privados na área compreendida entre o Mampituba e o Araranguá. Com o pouco pessoal que sempre tive, os trabalhos de discriminação, que sem duvida constituem a parte mais importante da Comissão a meu cargo marcharam vagarosamente[78].

Pelos relatórios do engenheiro Sampaio é possível perceber que a intenção do governo imperial era preparar o maior número possível de colônias neste período. Com relação à região em estudo, a estratégia foi percorrê-la e encontrar os espaços onde houvesse terras devolutas em quantidade suficiente para a fundação de estabelecimentos coloniais. Assim, a comissão teve que observar os critérios definidos pelo governo imperial para o estabelecimento de colônias e preparar os terrenos necessários. Nos relatórios também são mencionados os trabalhos de medição, conforme citamos, e as possibilidades de sucesso de cada local para o desenvolvimento dos colonos que ali viriam estabelecer-se. A correspondência entre a comissão e a presidência da província revela por vezes conflitos de

---

[76] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 11/12/1867. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 3v. APESC.
[77] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 20/03/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 33. APESC.
[78] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 171. APESC.

interesses no processo de ocupação das terras que estavam sendo medidas, como no exemplo citado do requerimento de Hylario Gonçalves Padilha, mas também podemos entrever que, não havendo a princípio interesse de companhias de colonização particulares naquele momento pela região do Araranguá, houve por parte do governo provincial interesse em acompanhar a marcha dos trabalhos e saber das possibilidades de estabelecer núcleos coloniais sob administração do governo em todo o Sul do Estado. Ainda em março de 1868, o engenheiro Sampaio anotava: “Simultaneamente ordenei ao outro empregado que traçasse perpendiculares ao meio das linhas do primeiro território, o qual, sendo destinado para uma colônia do Estado, tem de ser subdividido em lotes”[79].

Dentro desta perspectiva, em novembro de 1868 o engenheiro Sampaio responde a algumas indagações da presidência da província, que procurava saber se as terras do rio Araranguá podiam abrigar um estabelecimento colonial, quantos lotes haviam medidos e demarcados, os meios de comunicação com os portos marítimos e cidades e povoados mais próximos e as condições para o recebimento de imigrantes[80]. Estas indagações sugerem a idéia de que, se o governo imperial até aquele momento não havia tomado uma iniciativa mais consistente no sentido de implantar uma colônia, também não é correto dizer que não estava interessado em ver a região recebendo colonos estrangeiros. Cumpre destacar que a comissão chefiada por Sampaio foi dissolvida em maio de 1869[81] e teve pouco menos de dois anos de efetivo serviço na região em estudo. Entretanto, apesar das dificuldades com relação ao número de empregados que tinha a disposição para regularizar o trabalho do qual estava encarregado, o que quase sempre aparece em seus relatórios, o referido engenheiro e seus auxiliares conseguiram realizar levantamentos primários das condições dos terrenos desde o vale do Tubarão até o rio Mampituba na divisa com a então Província de São Pedro.

É verdade que os trabalhos concentraram-se mais nos vales do Araranguá, primeiramente, e após no Tubarão e seus afluentes, de modo que ao encerrar os trabalhos da comissão haviam descritas áreas próximas ao rio Araranguá, com divisão de lotes nas

[79] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 20/03/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 33 e 33v. APESC. O primeiro território a que se refere o engenheiro Sampaio localizava-se no vale do rio Araranguá próximo a sua margem esquerda e era atravessado pelo rio Mãe-Luzia próximo da foz do mesmo no rio Araranguá.
[80] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Conselheiro João Agostinho Moreira Guimarães. Diretor Geral da Secretaria D’Agricultura da Provincia de Santa Catharinha em 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 169. APESC.
[81] Ofício de Manoel da Cunha Sampaio ao Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 10 de maio de 1869. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. 1869**. p. 63.

margens do rio dos Porcos e rio Mãe-Luzia, nas proximidades do rio Pedras Grandes, incluindo-se aí o rio Urussanga, e a área que denominamos de Estrada Criciúma, as quais retomaremos adiante.

Na década de 1870, houve novas pesquisas e medições de terras para implantação de colônias na região. Desta vez o processo de medições estava relacionado à Lei n.º 1904 de 17 de outubro de 1870, que estabelecia o patrimônio em terras devolutas da princesa Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu, como parte do dote matrimonial do mesmo. Este patrimônio seria composto por 98 léguas quadradas, sendo 49 em Santa Catarina e 49 em Sergipe. Se não houvesse terras disponíveis poderiam os mesmos ser medidos em outras províncias do império, desde que tivessem pelo menos a quantidade mínima de seis léguas quadradas. Metade destas terras poderiam ser vendidas a colonos que as cultivassem conforme a política imigrantista da época. As despesas para medição e tombamento destas correriam por conta do Tesouro Nacional e as subdivisões em lotes para posterior venda, por conta dos príncipes. O produto líquido destas vendas deveria ser investido em apólices inalienáveis da dívida pública do império[82].

Para executar as medições de parte deste patrimônio dotal foi contratado o engenheiro João Carlos Greenhalgh, que possuía um bom conhecimento da região e havia sido ajudante do engenheiro Sampaio na comissão chefiada por este último. As medições foram feitas em Araranguá e depois no vale do Tubarão. Para as medições no Araranguá, foi contratado o engenheiro Manoel da Cunha Sampaio[83], onde foram medidas em 1873 doze léguas quadradas. Entretanto, costuma aparecer na nos textos de história local que as medições foram realizadas às margens do Araranguá, quando seria mais apropriado falar em vale do Araranguá, pois a área medida compreendia porções de terra em boa parte do vale do rio Araranguá e não somente próximo as suas margens.

Entretanto, a exemplo do que aconteceu com as medições anteriores, as terras do Araranguá foram preteridas. Dall'alba descreve a opinião do procurador de SS. AA., Sr. Luis Martins Colaço: " 'Terrenos de muito inferior qualidade. Pântanos insalubres. Falta de vias de comunicação. Há duas sesmarias no meio'. O Procurador de SS. AA. rejeitou as terras de Araranguá e escolheu outras no vale do Tubarão"[84].

Neste período era comum a cada troca de governo, como foi o caso, haver troca generalizada dos ocupantes de cargos e funções públicas dependentes de nomeação.

[82] Lei n.º 1904 de 17 de outubro de 1870, anexo em LOCH, Cenilde. **Ação Colonizadora de Joaquim Caetano Pinto Júnior e a Colônia Grão-Pará.** Porto Alegre, 1978. Dissertação de Mestrado em História – PUC-RS.

[83] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 18.

[84] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 18.

Pelos argumentos utilizados pelo procurador de SS. AA., o Sr. Colaço, somos levados a inferir que as terras em questão são as mesmas (com acréscimo de uma área um pouco maior) que as medidas pela comissão do engenheiro Sampaio anos antes e que foram colocadas em segundo plano por argumentos semelhantes aos hora apresentados. Podemos também inferir que os engenheiros aproveitaram-se das medições que os mesmos haviam feito anos antes para o trabalho ser desenvolvido mais rapidamente, pois os trabalhos eram pagos por empreitada. Tanto que nos relatórios de 1867 a 1869 o engenheiro Sampaio reclamava das condições da mata que dificultavam o trabalho e nesta ocasião, em pouco tempo foram medidas e demarcadas as doze léguas em questão. Neste caso, porém, as medições do patrimônio previam apenas a medição dos limites e não a subdivisão em lotes, o que era preconizado e de fato iniciado nos trabalhos da comissão que atuou de 1867 a 1869.

Há, no entanto, outra dimensão a ser discutida neste caso. A influência política da vila de Tubarão pode ter sido responsável para que as terras do Araranguá tenham ficado em segundo plano. Dall’alba argumenta que: “Nesta decisão, um tanto precipitada, de abandonar os terrenos do Araranguá, haviam influído interesses particulares e muita falta de informação. Tanto que, muitos anos após, em 1888, os Condes queriam novamente essas terras, mas a Província já requerera seis das doze léguas medidas”[85].

Como já destacamos anteriormente, o Sr. Luiz Martins Colaço era um dos chefes políticos da vila do Tubarão, que a esta época já era município. As lideranças políticas de Tubarão, como toda a elite que quer preservar seu prestígio de município pólo de uma região, procuravam atrair os principais investimentos da época para o vale do Tubarão e benefício da vila, especialmente do comércio ali instalado. Isto não seria condenável, salvo se nesta atuação, não houvesse prejuízos a outras áreas, o que por vezes aconteceu.

Esta influência se fez sentir também na medição do patrimônio dotal e assim em 1874 iniciam-se medições na margem esquerda do rio Tubarão, acima das últimas sesmarias concedidas. Foram medidas nesta ocasião doze léguas quadradas, que se constituiu posteriormente na chamada parte meridional do patrimônio. Em 1875 o procurador de SS. AA., em nome dos mesmos, tomava posse destas terras. Esta área era limitada

> Ao sul pelos fundos da concessão dos Miranda, na margem esquerda do rio Tubarão, onde se denomina “Raposa”; pela linha lateral da mesma concessão e pelos rios Tubarão e Oratório. Pelo oeste por uma linha quebrada seguindo os rumos norte-sul, leste-oeste, a qual corre por baixo da serra, onde começa a margem esquerda do rio

[85] DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 18.

> Oratório; pelo norte seguindo a direção leste-oeste até a margem direita do rio Braço do Norte. Ao leste pelas margens do rio Pequeno e Braço do Norte. Uma parte do rio Oratório servia de extrema comum para os terrenos do Patrimônio e as terras do Visconde de Barbacena[86].

A polêmica em torno da melhor localização para o patrimônio, se em terras no Araranguá ou do Tubarão prosseguiu por longo tempo. Não pode ser afirmado que os terrenos do Tubarão não eram férteis, mas também não diferiam tanto assim dos que haviam no Araranguá. De qualquer modo esta discussão permaneceu ainda por mais alguns anos, pelo menos até a proclamação da república, quando pouco depois, o governo provisório incorporou o patrimônio dotal aos domínios do Estado pelo Decreto n.º 1050 de 21 de novembro de 1890, sob alegação de que era um apanágio dissolúvel[87].

O Sul de Santa Catarina, em meados da década de 1870, já havia sido relativamente pesquisado e analisado sobre as suas possibilidades de receber novos estabelecimentos coloniais. As medições do patrimônio dotal contribuíram para que a região compreendida entre os rios Tubarão, Oratório e Braço do Norte, conhecida depois como região de Orleans, fosse alvo de estudos semelhantes. Assim, temos como resultado destes levantamentos o prévio conhecimento de uma região que foi incluída nas áreas destinadas à colonização pelo governo imperial, com destaque ambíguo para a área do patrimônio dotal, onde se organizou uma empresa privada para dirigir a colonização.

Com relação ao início da colonização, pode-se dizer que a influência de Tubarão também se fez sentir, pois como podemos acompanhar pelos relatórios da comissão do engenheiro Sampaio, este acabou por apontar para que o início da colonização fosse feito em Pedras Grandes, rio tributário do Tubarão. No entanto, na exposição feita pelo mesmo para a tomada desta decisão estava apresentada àquela que por longo período foi a grande dificuldade de Araranguá, as vias de comunicação:

> A barra do rio Araranguá é perigosa por sua variável profundidade, mudança de canal e desabrigo, em conseqüência de não ser protegida por montanhas. Existe atualmente navegação, feita por iate, entre este porto e a Capital da província, oferecendo pouca segurança pelos prejuízos que dão as entradas e saídas, como tem acontecido, ainda no ano corrente em que perderam-se três embarcações. O trajeto por terra a Cidade de Laguna é dispendioso: o transporte dos gêneros é feito em carretas, pela praia, com a distancia de treze léguas, a partir da foz do rio . Compreende-se que podendo cada carreta transportar 80 a 100 alq. de grão, e sendo necessárias 6 juntas de bois para a condução de cada uma, o transporte por este modo é assaz dispendioso, gastando-se dias de porto a porto. A planta a que me referi, na resposta aos antecedentes quesitos, dá a posição da freguesia do Tubarão,

[86] LOCH, p. 77.
[87] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 21.

> onde existe comércio. Nessa pequena praça, aliás animada, os gêneros vendidos pelo lavrador encontram preços razoáveis, e o mercado é provido para fornecer-lhes o necessário. Feita a estrada de que falei anteriormente, é este ponto adequado para a troca de produtos, aos imigrantes que se estabelecerem mais proximamente ao rio Tubarão[88].

A barra do rio Araranguá foi durante o século XIX alvo constante de controvérsia entre os que apontavam a total ineficiência de investimentos para sua melhoria e, portanto condenavam a mesma ao abandono e os que defendiam a sua manutenção e utilização para promover o desenvolvimento comercial do vale do Araranguá.

Como se pode notar nas ponderações do engenheiro Sampaio, os principais argumentos dos que eram contrários à manutenção da barra era a profundidade variável, mudança de canal e desabrigo, por não ser protegida por montanhas. Por conta destas mencionadas dificuldades, os investimentos quase não aconteciam, e quando se empregava alguns recursos, não eram de forma constante. Os investimentos, na maioria das vezes, resumiam-se ao pagamento dos serviços de praticagem, ou seja, das pessoas que cuidavam da sinalização para a entrada da barra, orientando os navios que desejavam ingressar no rio Araranguá[89].

As mudanças que marcaram o sistema de transportes no século XIX, como decorrência da revolução industrial podem ter sido decisivas para que a barra de Araranguá não pudesse mais servir à navegação. O aumento na tonelagem dos navios com conseqüente aumento de calado fizeram com que navios à vapor não tivessem condições de transpor a barra. Deste modo vamos encontrar para a primeira metade do século XIX um movimento regular de embarcações e na segunda metade do mesmo século uma queda significativa neste movimento, permanecendo apenas algumas embarcações a vela realizando o transporte no rio Araranguá[90].

As condições de transporte da produção agrícola da região de Araranguá eram por demais caros para os que não possuíam escravos e nem as carretas para o transporte dos gêneros até Laguna. O preço oferecido pelas poucas embarcações que navegavam pelo Araranguá, como pelos donos das carretas puxadas a boi, não pagavam nem o custo do

---

[88] Carta do engenheiro Manoel da Cunha Sampaio para o Conselheiro João Agostinho Moreira Guimarães. Diretor Geral da Secretaria D'Agricultura da Provincia de Santa Catharinha em 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 169v e 170. APESC.

[89] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 37.

[90] HOBOLD, p. 157 e COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 37-9

trabalho, não oferecendo condições de desenvolver-se uma maior produção. A esse respeito Costa expõe:

> O Rio Araranguá é muito fértil e suas margens estão bastante povoadas. No entanto seus habitantes estão entregues à maior miséria. A razão é a seguinte: Para conduzir os mantimentos do Araranguá até Laguna é preciso ser em carretas, sendo o trânsito longe especialmente pela praia, e penoso, pelos maus caminhos. Tendo, além disso de atravessar o riacho Urussanga. Ainda mais, os habitantes pobres não podem ter carretas, escravos e bois para essas conduções, vendo-se assim obrigados a vender os seus mantimentos por um preço miserável aos mestres dos hiates que para ali navegam. Isto tem de tal maneira desanimado essa gente, que se tem tornado indolente e preguiçosa, vivendo a maior parte de caça. Talvez se pudesse remediar esse mal promovendo a navegação. Haveria mais compradores para seus gêneros e não se veriam obrigados a comprar alguns que lhe são preciosos, importados de Laguna, pelo quádruplo ou quíntuplo de seu valor[91].

É possível perceber nos argumentos acima, como a região do vale do Araranguá estava no final do século XIX, dependente do trabalho escravo e enquadrado nas condições econômicas gerais do império brasileiro[92]. As vias de comunicação existentes eram precárias, como eram de todo o Sul do Estado naquele momento, mas a particularidade do vale do Araranguá era de que as suas vias de comunicação eram ainda piores que de outros locais do Sul Catarinense. Somando a isto as influências para que os investimentos necessários não se efetivassem, a economia do vale só era vantajosa para quem tinha condições de possuir escravos, pois como o trabalho destes era utilizado sem a devida remuneração, a produção tinha custo mínimo e o custo do transporte não se constituía em maior entrave, pois mesmo com essas condições adversas era possível auferir lucros e acumular alguma riqueza.

Sprícigo aponta para o período compreendido entre 1840 e 1888 a existência de 202 escravos na Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araranguá, localizados em propriedades de médio e pequeno porte, voltadas a produção de cana-de-açúcar e mandioca, que processadas nos engenhos e alambiques tornavam-se farinha de mandioca, açúcar mascavo e aguardente. A farinha de mandioca constituía-se em um produto bem valorizado a partir da década de 1860, quando o governo passou a comprar esta produção para enviar ao exército em campanha na região do Prata e posteriormente na Guerra do Paraguai. Estas propriedades foram estabelecidas próximas aos grandes rios e complexo lagunar da então freguesia, como forma de facilitar o transporte dos mencionados produtos[93].

---

[91] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 38.
[92] SPRÍCIGO, 2003. p. 66
[93] SPRÍCIGO, 2003.

Em contraste com este tipo de propriedade e forma de produção, havia no vale do Araranguá uma série de agricultores pobres que, como posseiros se estabeleciam mais para o interior da freguesia, próximos as margens dos rios, cultivando uma roça de subsistência e tendo como base de sua alimentação a caça e a pesca[94]. O baixo preço pago aos produtos agrícolas pelas embarcações que freqüentavam a barra do rio Araranguá e o fato de poderem ser expulsos a qualquer momento por não possuírem os respectivos títulos de propriedade da terra, podem ser considerados como alguns dos fatores responsáveis por este modo de ocupação do solo no vale do Araranguá, por parte de um número significativo de famílias que não reuniam condições de possuir escravos.

Para que esta situação de miséria pudesse ser revertida, Costa defendia que se promovessem melhorias na entrada da barra, como a criação de um sistema de sinais para que os navios se orientassem e uma catraia pronta para ajudar as embarcações caso necessário[95]. O próprio Costa admitia as dificuldades e a inutilidade de uma intervenção no sentido de promover a retirada dos bancos de areia existentes, pois os mesmos eram resultados das próprias condições de exposição ao mar, na linguagem da época, aberta na praia. Entretanto, defendia que era possível promover o desenvolvimento comercial desta região com base na produção agrícola desde que se desse incentivo (isenções e concessões de privilégios) para que embarcações de menor porte fizessem a viagem entre Laguna e Araranguá, aumentando o número de viagens e oportunizando relações de comércio mais próximas dos preços praticados no mercado de Laguna, contribuindo para que os “abusos” cometidos até aquele momento tivessem outro rumo.

Mas havia uma dimensão que escapava do debate naquele momento, a erosão das margens e conseqüente assoreamento do rio. Este parece ser o motivo pelo qual, a barra foi tornando-se impraticável. Os debates em torno da utilização ou não da mesma não contemplaram esta variável, até porque esta não era uma preocupação efetiva naquele momento e mesmo por décadas depois. Assim, em uma reflexão contemporânea, Hobold assinala que devido à erosão proveniente do desmatamento das margens aumentou o débito sólido no leito do rio. O aumento deste assoreamento, associados às enchentes provocou a sedimentação dos detritos na foz, inviabilizando a barra. Como a tendência de acúmulo destes detritos era cada vez maior e as enchentes freqüentes se faziam sentir, as tentativas para

---

[94] RONCHI, Fanir Alexandre. **Meleiro: seu povo, seus costumes e suas histórias**. Meleiro: Ed. do Autor. 2001. p. 28.

[95] COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Descrição do Município de Laguna 1881. IN: DALL’ALBA, João Leonir. **Laguna ...** p. 38

reabrir a mesma eram cada vez mais frustrantes. Ainda entre os anos de 1896 e 1897 havia uma tentativa de um grupo de cidadãos de Araranguá, na forma de uma sociedade concessionária para abrir uma nova barra. Mas, uma grande enchente ocorrida ao final de 1897 modificou-a novamente, o que não estava nos planos, causando assoreamento maior e impossibilitando a entrada de navios de maior calado[96].

Em face destas dificuldades freqüentes de transporte no vale do Araranguá, o vale do rio Tubarão pode atrair as atenções no sentido de estabelecer colônias, pois tinha o mesmo vale condições de transporte um pouco melhores e gozava de maior influência política. O fato de estar localizado no meio de um caminho que ligava Laguna a serra, pelo rio Oratório, permitiu à vila de Tubarão um bom desenvolvimento comercial, pois tinha ligação fluvial com Laguna e firmou-se como entreposto entre este porto e a serra. Acima da vila o rio continuava navegável por uma boa extensão e por canoas podia-se ir ainda mais longe em seu leito. Margeando o rio havia o caminho de tropas já citado, o que também contribuiu para a ocupação cada vez maior das margens do mesmo. Por fim as notícias de jazidas de carvão e as discussões para a construção de uma ferrovia que ligaria as minas (hoje município de Lauro Müller) e o porto de Laguna e Imbituba, foram fatores que convergiram para que Tubarão atraísse mais as atenções, pois por meio de sua influência conseguiu que o traçado da ferrovia passasse pela vila, o que não estava previsto inicialmente. Logo, esta capacidade de influência, associada às condições de transporte um pouco melhores, (devemos lembrar que em geral os transportes tinham condições precárias) fez com que as atenções das comissões de engenheiros se voltassem para Tubarão em detrimento de outras áreas.

De qualquer forma, havia por parte dos responsáveis pelas medições a projeção da ocupação de toda região iniciando-se por Tubarão, expandindo-se pelas áreas mais próximas a essa região, alcançando por fim todo o vale do Araranguá. Assim, o Sul Catarinense, com destaque para o vale do Tubarão e parte do vale do Araranguá, foram devidamente estudados para gradativamente abrigarem estabelecimentos coloniais, tanto do Estado como particulares, que contribuíram para mudanças significativas na paisagem da região.

---

[96] HOBOLD, p. 158.

3 CAPÍTULO II – AS COLÔNIAS SÃO IMPLANTADAS: OS IMIGRANTES PASSAM A OCUPAR AS TERRAS INDÍGENAS

A distribuição de lotes com o objetivo de formar núcleos coloniais no Sul Catarinense foi iniciada pelo governo imperial que em abril de 1877 assentava os primeiros imigrantes na colônia Azambuja[1]. Esta colônia era composta pelos núcleos Azambuja (sede), fundado em 1877, Urussanga, fundado em 1878, Accioly de Vasconcellos, fundado em 1885, depois dividido nos núcleos de Criciúma e Rio Cocal[2] e o núcleo Presidente Rocha, fundado em 1887 e depois denominado Treze de Maio. A sede Azambuja situava-se nas margens do rio Pedras Grandes, no vale do rio Tubarão e foi o primeiro núcleo a ser ocupado por imigrantes, recebendo em 1877 três levas de pessoas vindas da Itália[3]. A colônia Azambuja tinha como território às áreas anteriormente pesquisadas pela comissão Sampaio e estendia-se da sede no vale do Tubarão até o vale do Araranguá. Ainda que pareça exagerado pensar em uma área desta proporção para uma única colônia, é interessante perceber que a estratégia da comissão previa a instalação de núcleos diversos, porém subordinados à sede Azambuja, e a reserva de terrenos para expansão da colônia, pois além dos imigrantes que poderiam vir em outros anos, chegaria o momento em que os descendentes destes também constituiriam família.

Esta iniciativa tinha por objetivo estabelecer colonos imigrantes na região, na forma de colonização estabelecida pelas colônias oficiais para que as mesmas servissem de atrativo para novos empreendimentos colonizadores e para que os próprios imigrantes, estabelecidos convidassem seus parentes para migrar ao Brasil, formando a corrente migratória esperada pelo governo imperial. Assim as colônias fundadas neste período davam

---

[1] FERREIRA, Desembargador Vieira. **Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939. 107p.

[2] A organização dos núcleos era realizada conforme a população e desenvolvimento de cada área da colônia. Assim, temos a organização do núcleo Accioly de Vasconcellos em 1885, apesar de o povoado de Criciúma já estar constituído desde 1880 e o de Cocal ser fundado naquele ano.

[3] A primeira leva era composta de 291 pessoas e chegou a Azambuja em 28/04/1877. A segunda leva de imigrantes chegou em 13/07/1877 e era composta de 38 pessoas, conforme Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. De Julho a Dezembro 1877** p. 34v e 35. APESC. Ainda em 1877 chegou uma terceira leva em setembro, da qual não temos o número de pessoas, conforme Carta do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira ao Presidente da Provincia de 28/09/1877 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. Julho a Dezembro 1877** p. 81.

um caráter de colônias de propaganda, onde tudo deveria funcionar com a máxima organização e conseqüente infra-estrutura para que os imigrantes pudessem atingir um determinado nível de progresso econômico que comprovaria o Brasil como um país seguro como destino de imigrantes. “Estes núcleos coloniais, além de promoverem a ocupação territorial e o desenvolvimento das lavouras de gêneros alimentícios, converteram-se em centros de atração de imigrantes”[4], refletindo os resultados de uma proposta política elaborada desde o começo da década de 1870. Na colônia Azambuja, observamos estas preocupações por parte do diretor desta, principalmente na organização dos trabalhos para o estabelecimento dos imigrantes e no incentivo para que as correspondências dos colonos chegassem aos seus parentes e amigos na Itália sem custos para o remetente, visto ser o governo imperial um dos principais interessados neste fluxo de correspondências.

O primeiro ano de trabalho da comissão chefiada pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira foi de preparar as condições para que a colônia pudesse obter êxito em seus propósitos. Assim, foram levadas a efeito explorações de rios e a preparação de caminhos para a conseqüente ocupação da área com imigrantes. A divisão das terras em lotes obedeceu ao plano dos caminhos traçados e o aproveitamento dos rios e demais cursos d’água existentes na área. Ao longo de 1877, a comissão esteve dividida entre o atendimento aos primeiros imigrantes que se estabeleciam no núcleo sede, Azambuja, e a medição dos lotes e preparação dos caminhos (picadas) para a entrada dos imigrantes que deveriam chegar nos próximos anos[5].

De acordo com o regulamento das colônias do Estado de 1867, o diretor da colônia ocupou, nos primeiros seis meses de sua respectiva chegada, os imigrantes interessados em trabalhar nos serviços oferecidos pela direção, após os mesmos terem construído suas casas provisórias e iniciado as primeiras plantações. O período entre a derrubada e a espera para que fosse possível a coivara, era também momento importante no qual os colonos dedicavam-se a outras atividades, oferecidas pela direção da colônia que os remunerava, no caso de Azambuja, conforme o merecimento, uma diária arbitrada pelo diretor. As principais atividades eram as medições de lotes, construção de casas provisórias, derrubadas para implantação da sede da colônia, e abertura de caminhos e estradas, serviço este que absorvia a maior parte da mão-de-obra nas colônias. A renda obtida por este trabalho

---

[4] MACHADO, p.75

[5] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. De Julho a Dezembro 1877.** APESC e FERREIRA, 1939.

poderia ter diversos destinos, mas o principal era garantir a subsistência da família até a primeira colheita[6].

O diretor Vieira Ferreira, atento às intenções do governo imperial, procurou ainda no primeiro ano, organizar um bom serviço de atendimento aos colonos, auxiliando-os com as sementes, procurando manter em dia a escrituração dos títulos provisórios e definitivos, os pagamentos dos auxílios e demais serviços considerados relevantes para o bom andamento da colônia e satisfação por parte dos colonos. Entretanto, uma das recomendações seguidas à risca por este engenheiro foi incentivar os colonos a escreverem aos parentes na Itália, como forma de atrair novos imigrantes. Já no seu primeiro relatório confirma esta preocupação ao expor: "Remeti à Exma. Presidência da Província 5 cartas dirigidas pelos emigrantes aos seus parentes na Itália, em que os convidam para emigrarem com destino a esta Colônia. E tenho em meu poder mais outras que me foram entregues no dia 15 do corrente, às quais darei o mesmo destino por ocasião da remessa deste relatório"[7]. A ausência de uma agência dos correios na colônia fazia com que qualquer correspondência tivesse que ser deixada a cargo da direção para posterior despacho. O fato das mesmas serem entregues ao diretor sugere algum tipo de controle, o que pode significar o não envio das correspondências que incluíam conteúdos contrários aos objetivos da política de colonização. Ao longo do segundo semestre de 1877 foram enviadas 128 cartas pelos imigrantes aos seus parentes e amigos na Itália[8].

O incentivo do diretor foi importante, pois não há registro de correspondência anterior a julho de 1877. Não foi possível, através das fontes, saber do movimento das correspondências nos anos seguintes, mas a instalação de novos imigrantes nos núcleos que foram paulatinamente fundados sugere que ao menos houve uma remessa regular de cartas. De qualquer modo o movimento de correspondências crescia, e a princípio, parece indicar que cada família escreveu mais de uma correspondência[9]. O próprio diretor parece ter ficado surpreso com este movimento, e em certo sentido intrigado com o teor das correspondências, pois em agosto de 1877 escrevia a presidência da província, "tem este por fim remeter à V.Ex.ª 19 cartas dos emigrantes estabelecidos nesta colônia; que, ao que dizem, são dirigidas

---

[6] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In**: Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** APESC.

[7] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 36v. APESC.

[8] **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** APESC.

[9] Faço a estimativa que em 1877 havia na Colônia Azambuja aproximadamente 90 famílias. No período de julho a Dezembro foram enviadas 128 cartas, o que sugere que houve famílias que escreveram mais de uma correspondência. A estimativa foi feita com base nos dados de FERREIRA, p. 48-51.

aos seus parentes com o fim de convidá-los a emigrarem para cá”[10]. Pode ser que até aquele momento as cartas não tivessem dado a resposta esperada por parte das pessoas responsáveis pelos serviços de colonização.

No entanto, o recurso às correspondências como forma de atrair imigrantes continuou por algum tempo como estratégia do governo imperial. Em 1884, a presidência da província envia ofício circular às câmaras municipais nos seguintes termos:

> Provincia de Santa Catharina
> Palácio da Presidencia, 12 de Dezembro de 1884
>
> Pelas providências ultimamente adotadas, o Governo Imperial tem demonstrado claramente que empenha todo o esforço para atrair a imigração espontânea que, dentre todas, considera a mais útil.
> O imigrante que mais nos convém é aquele que para o país vier livremente, à vista das vantagens que tem certeza de encontrar, e não o que for seduzido pelas promessas de um bom contrato.
> Para conseguir a vinda desses imigrantes não se pode ter melhores auxiliares do que aqueles que se acham no Império estabelecidos e se reputam felizes no meio em que vivem.
> Domiciliados entre nós e conhecendo os nossos hábitos e instituições, bem como a fertilidade de nosso território, onde prosperam e constituíram-se poderosos agentes da produção nacional, são eles que melhor podem convencer a seus parentes, amigos e compatriotas, mandando-lhes dizer que são felizes e que o Brasil oferece-lhes todas as garantias.
> Assim, pois, no intuito de corresponder ao pensamento do Governo Imperial, recomendo à Câmara Municipal de .... que procurando entender-se com os estrangeiros residentes nesse município, exponha-lhes que o Governo Imperial proporcionará meios que facilitem a vinda de seus parentes, amigos e patrícios, desde que lhe sejam ministradas as mais completas informações, acerca do nome, estado e residência desses indivíduos, e de tudo mais que julgarem conveniente declarar.
> Estou certo de que a Câmara Municipal de ...... tomará no maior interesse este serviço, auxiliando-me a cumprir as recomendações do Governo Imperial[11].

Poucos dias depois a presidência da província complementa as informações que julga necessárias para o bom andamento dos serviços de atração de imigrantes para a província de Santa Catarina, em nova circular as câmaras municipais.

> Em aditamento à circular de 12 do corrente recomendo à Câmara Municipal de ...., que quando tiver de enviar a esta Presidência requerimentos de imigrantes solicitando transporte para parentes seus e Compatriotas residentes na Europa, informe se os peticionários são laboriosos, morigerados e, pela cultura de seus lotes indicam firme proposito de permanecer nesta Província e com assim por este

[10] Carta do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira ao Presidente da Provincia em 15/08/1877 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. Julho a Dezembro 1877** p. 58.

[11] Circular da Presidencia da Província de Santa Catharina as Camaras Municpaes em 12/121884. In: **Correspondencias com as Camaras Municipais 1884**. p 193. APESC.

> quaisquer outros esclarecimentos que se tornem imprescindíveis e compensem o sacrificio que, com semelhantes favores resulta para o Estado[12].

No município de Tubarão a tarefa de conversar com os imigrantes para colher informações de parentes e familiares dispostos a migrar ao Brasil coube ao Pe. Cipriano Buonacure que na ocasião era vigário da paróquia de Nossa Senhora da Piedade em Tubarão. Pelo fato de ser italiano, deve ter facilitado o contato com os imigrantes, e por ser sacerdote passar confiabilidade, pois de um modo geral "o padre, entre os imigrantes, gozou de um status invejável, não tanto por sua pessoa – seguidamente alvo de duras críticas –, como pelo cargo ocupado. Nele encontravam-se conjugadas a maior cultura da localidade (muitas vezes o único indivíduo que possuía uma educação superior) e a auréola dos poderes sobrenaturais da religião; por isso, sua palavra, mesmo em assuntos profanos, tornava-se geralmente decisiva".[13] Ao imigrarem, os padres de origem italiana, eram de certo modo, um elo entre as comunidades que os imigrantes haviam abandonado na Itália e as comunidades que os mesmos estavam reconstruindo nas áreas de colonização com estrangeiros. Portanto, era ao mesmo tempo líder espiritual e em certa medida um intérprete entre os colonos e órgãos oficiais. É dele o ofício ao presidente da província informando sobre famílias em potencial de emigrar ao Brasil.

> De conformidade com o oficio dessa Presidência em data de 12 de dezembro último relativamente a vinda de imigrantes chamados por colonos já existentes nesta Paróquia. Tenho a honra de mandar a V. Ex.ª um mapa de 257 famílias, que os colonos aqui existentes querem mandar vir, e os mesmos colonos aqui existentes garantem a probidade das mesmas famílias. No mapa referido, em primeiro lugar encontra-se o nome da família, que se quer mandar vir, em segundo o numero das pessoas, o terceiro a Província, quarto e quinto lugar o município e lugar de residência da dita família; finalmente em último lugar o colono que manda chamar da aqui.
> Todos estes colonos são agricultores.
> Também os colonos desejariam saber, quais são os auxílios que o governo dará a estes imigrantes, para assim melhor esclarecer os mesmos da conveniência desta medida[14].

Pelas correspondências acima o governo imperial deixava transparecer que estava interessado na criação de uma corrente imigratória voltada principalmente para a pequena propriedade, definindo como perfil de imigrante os grupos familiares, camponeses, com

---

[12] Circular da Presidencia da Província de Santa Catharina as Camaras Municpaes em 20/12/1884. In: **Correspondencias com as Camaras Municipais 1884**. p 196. APESC.
[13] DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul. 2ª ed.** Porto Alegre/Caxias: EST/UCS/VOZES, 1982, p. 116.
[14] Oficio do Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Tubarão, Pe. Cypriano Buonacore ao Presidente da Província de Santa Catharina, Jose Lustosa da Cunha Paranaguá em 13/01/1885. In: **Repertório sobre o município de Tubarão. Fonte: Arciprestes e Vigários 1837/1890.** p.115. APESC.

alguma economia, grandes expectativas de tornarem-se proprietários e viverem com liberdade, segurança e fartura de alimentos. Este imigrante "ideal" era considerado de fundamental importância para o sucesso do processo de colonização então defendido e mais do que isso, um exemplo a ser seguido pelas populações nacionais, principalmente no que se considerava como modelo de disciplina para o trabalho e vontade de acumular riquezas.

Entretanto, para que tal processo imigratório pudesse ter sucesso dois problemas teriam que ser superados: a influência política dos cafeicultores paulistas que defendiam uma imigração subvencionada para atrair braços para a grande lavoura de café e a própria estrutura administrativa do império, que por vezes era morosa e demorava a definir procedimentos sobre o tema da imigração e colonização, sendo a política desta matéria muitas vezes confusa e controversa, dada a oscilações, permitindo que se fizesse uma campanha contra a imigração de europeus ao Brasil[15].

Os próprios membros do governo admitiam estes problemas e argumentavam em favor da necessidade de uma continuidade nas condições estabelecidas para atrair imigrantes, a fim de consolidar uma política em médio prazo, conquistando o respeito por parte dos países de origem dos imigrantes no sentido de serem as instituições brasileiras sérias e duradouras, facilitando inclusive os contatos entre os colonos aqui estabelecidos e seus conterrâneos interessados em migrar.

Algumas iniciativas neste sentido foram adotadas com o regulamento de 1867 que definia as condições de estabelecimento e funcionamento dos núcleos coloniais do governo imperial. O domínio do Partido Conservador no decênio de 1868-78 garantiu certa continuidade de esforços na política de imigração e colonização principalmente para as regiões de formação de núcleos de pequena propriedade que na década de 1870 receberam investimentos crescentes, como forma de atrair a grande corrente imigratória desejada pelo governo imperial[16]. Estes núcleos estavam localizados nas três províncias do Sul e também no Espírito Santo.

3.1 A colonização oficial no Sul de Santa Catarina

[15] SILVA, 1996.
[16] MACHADO, p. 72-3.

A fundação da colônia Azambuja obedece às diretrizes legais deste período e refletem em parte os objetivos e apreensões dos dirigentes políticos da época. Entretanto, nos chama a atenção o fato de que a maior parte da produção bibliográfica sobre a colônia Azambuja, baseou-se ou na memória do filho do engenheiro chefe[17] ou em um único documento que lançou algumas dúvidas sobre a conduta da direção da colônia[18], mas sem contextualizar os investimentos de forma ampla, portanto, realizando uma análise parcial das questões levantadas. Assim, destacamos entre os comentários deste documento os que são relativos à estrutura de recepção dos imigrantes, as despesas para a manutenção e implantação da colônia, o pagamento dos lotes e a qualidade da administração.

As condições de recepção de imigrantes eram definidas da seguinte maneira pelo regulamento de 1867, que previa:

> Art. 28 – Cada colônia terá um edifício especial, onde se recolham provisoriamente os colonos recém-chegados até receberem seus respectivos lotes.
> Art. 29 – Durante os primeiros dez dias de estada, os colonos, que o reclamarem, serão sustentados à custa dos cofres da colônia, debitando-se-lhes a importância do adiantamento para ser reembolsado na forma do art.6º.
> Art. 30 – No dia em que o colono entrar na posse do seu lote lhe entregará o Diretor, como auxílio gratuito para primeiro estabelecimento, a quantia de 20$000; e ao que for chefe de família um donativo igual por pessoa maior de 10 anos e menor de 50.
> Art. 31 – Os colonos terão direito a receber na mesma ocasião as sementes mais necessárias para as primeiras plantações destinadas ao seu sustento, e bem assim os instrumentos agrários de que precisarem; sendo o custo, destes, bem como o da derrubada, casa provisória, e de quaisquer adiantamentos, reunido ao preço das terras, para ser pago conjuntamente com este, e pela forma já declarada.[19]

A comissão de 1881 analisou da seguinte forma a recepção da primeira leva de imigrantes, composta por 66 famílias, que chegou a colônia Azambuja:

> Quando chegaram estes imigrantes àquela colônia, só havia um rancho de recepção de 10 palmos de frente por 30 de largura, onde acomodaram-se 23 famílias, sendo obrigada a diretoria a mandar construir com toda urgência mais dois ranchos com as mesmas dimensões a fim de acomodar tôda a gente. No fim de oito dias, depois de acharem-se êles descansado das fadigas da viagem, mandou a diretoria entregar lotes de terras de 62.500 braças quadradas, sendo a Diretoria obrigada a pagar cada família 30$000 para construir um rancho em seus lotes para acomodarem suas famílias, a fim de poderem fazer suas derrubadas para as plantações[20].

Comparando a letra do regulamento de 1867 com as opiniões do relatório da comissão de 1881, nota-se que alguns pontos do regulamento não foram estritamente seguidos

---

[17] FERREIRA, 1939.
[18] Borrão do Relatório 1881. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...**
[19] Regulamento para as Colônias do Estado de 19 de janeiro de 1867 in: MARZANO, p. 198.
[20] Borrão do Relatório 1881. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 44.

pela direção da colônia. Entretanto, o próprio diretor, Vieira Ferreira, havia alertado o governo neste sentido, pois devido ao estado inicial dos trabalhos e ao pouco número de funcionários que dispunha, não havia permitido organizar até o momento da chegada da primeira leva de imigrantes uma estrutura mais consistente para recepção dos mesmos. Descrevendo os trabalhos realizados até aquele momento o mesmo pondera a respeito da primeira leva de imigrantes, que: "Me parece acertado todavia que a introdução dos colonos seja feita por pequenas porções de 20 a 40 famílias, porquanto os trabalhos de derrubada que deverão ser feitos à medida da necessidade, não poderão avançar com a brevidade conveniente se mais do que esse número de colonos se apresentar ao mesmo tempo"[21].

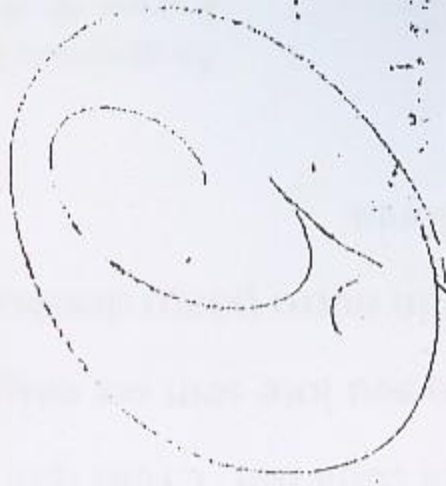
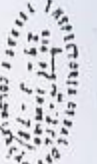
No relatório semestral que fala sobre os primeiros imigrantes, Vieira Ferreira não descreve nada a respeito da falta de espaço para abrigá-los provisoriamente. Refere-se aos auxílios gratuitos concedidos, ao lote que cada um já fazia posse, e da construção das casas provisórias, que serviam de morada para a família até a entressafra após a primeira colheita. Também destaca o fato de ter empregado nos serviços todos os imigrantes que a isso haviam se disposto, e em muitos casos, mulheres e crianças acima de 10 anos também eram contratados. Esta iniciativa do diretor visava ocupá-los com os serviços da colônia fazendo-a prosperar ao mesmo tempo em que permitia ao colono amealhar um dinheiro extra, animando-o no tempo em que estava se instalando[22].

Outra iniciativa tomada na colônia Azambuja foi à contratação de trabalhadores nacionais que deveriam, além de exercer suas funções, ensinar aos imigrantes como executar determinadas tarefas, como o corte de árvores para a coivara, a construção de casas provisórias, os trabalhos para abertura e melhorias dos caminhos internos da colônia e também na estrada que ligava a colônia a Pedra Grandes e a sede do município de Tubarão. Também foram envolvidos imigrantes solteiros nos trabalhos de medição de lotes e de linhas coloniais, possibilitando o aprendizado destes trabalhos aos imigrantes, dos quais alguns se destacaram e passaram a trabalhar nesta profissão posteriormente. No mapa n.º 1 (entre as páginas 66 e 67) aparece a sede Azambuja em 1877-78.

Se a princípio, o diretor Vieira Ferreira nada menciona sobre o abrigo dado aos imigrantes, por outro lado a comissão de 1881 também fez afirmações fora de contexto, pois pagar auxílios era uma prerrogativa legal e, portanto o diretor deveria fazê-lo ao final dos dez primeiros dias em que o imigrante chegasse à colônia. Como menciona a comissão, após oito

---

[21] Carta do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira ao Presidente da Província em 21/02/1877 **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. Julho a Dezembro 1877** p. 74 e 74v. APESC.

[22] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. De Julho a Dezembro 1877.** APESC e FERREIRA, 1939.

dias os imigrantes chegados a Azambuja já estavam recebendo estes auxílios e o lote por si escolhido. Em alguns casos as casas provisórias já estavam construídas com as respectivas derrubadas. Nos lotes onde as derrubadas não estavam feitas os imigrantes dariam início às mesmas e a construção da casa provisória, a qual se preferisse, ao invés de pagar alguém, faria ele próprio a construção embolsando o valor para outros gastos. A este respeito Vieira Ferreira escreve que “é muito completo o estado de tranqüilidade e satisfação dos emigrantes depois que receberam os seus terrenos e reconheceram que a administração cingia-se à letra do regulamento”[23]. Pelo texto, parece que a princípio houve alguma reclamação por parte dos imigrantes no tocante às condições de estabelecimento, o que é comum ocorrer quando uma pessoa abandona seu local de origem para uma viagem longa onde a incerteza só é compensada pela esperança em uma vida melhor. Assim, pouco a pouco, foi possível aos mesmos entender o que dizia o regulamento e perceber que a prática da administração da colônia era cumpri-lo de acordo com os recursos disponíveis no local, ou seja, garantir ao menos o primordial para o estabelecimento do imigrante e sua família.

A comissão de 1881 tinha como função analisar tudo que havia dado certo e errado até ali em outras experiências de colonização, para que os equívocos não fossem reproduzidos na colônia a ser fundada no patrimônio dotal da princesa Isabel, localizado próximo à colônia Azambuja. As afirmações da mesma em relação à administração da colônia, são por vezes dúbias, pois ao mesmo tempo em que destaca uma série de pontos negativos, também comenta aspectos em que a atuação da diretoria foi correta e que houve, a princípio, negligência por parte dos colonos, como no caso do pagamento dos lotes em que a mesma destaca: “(...) Talvez tenham só entrado com a 1ª prestação uns 25 colonos, e isto só mesmo com o rigor que tem infligido a Diretoria. Existem creio que 150 lotes desocupados e prontos. As despesas feitas com as medições de cada lote, entre camaradas e agrimensores, foi de 50 mil réis cada um. Creio que só um imigrante, dentre eles, foi o único que entrou com a têrça parte do seu lote sem ser exigido”[24].

Em outro ponto destaca que os custos despendidos pelo governo estavam elevados para uma colônia:

> As despesas feitas quando trabalhavam todos os imigrantes e 300 brasileiros subiram à soma de dezoito contos de réis mensais, em construção da estrada da sede até a margem do Tubarão, e no embelezamento da sede. No entanto é de lamentar que tendo o governo gasto tanto dinheiro não haja uma capela para celebrar-se uma

[23] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 35v. APESC.
[24] Borrão do Relatório 1881. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 45.

> Missa, e nem uma casa para uma escola pública. A capela atual é um galpão de dois metros de largura com seis de profundidade, coberto de tábuas e aberto”.[25]

E acrescenta:

> Esta Colônia do Estado tem custado ao Governo mais do que setecentos contos de réis, ou por má administração, ou porque os colonos foram mal escolhidos, ou porque as terras não são boas. Informações que nos foram dadas por diversas pessoas dizem que os italianos de Azambuja trabalham bem, e sujeitam-se com humildade, mas que as terras não são de dar vantagens aos agricultores, concorrendo também outras circunstâncias que não é lícito declinar[26].

O que não foi considerado pelo chefe da comissão de 1881, é que os investimentos feitos pelo governo imperial não se resumiam à colônia propriamente dita e que por tratar-se da primeira colônia com administração direta do Estado na região, a abertura de estradas e pesquisas de outras áreas passíveis de serem utilizadas para estabelecer colônias era toda custeada pelo governo imperial e levada a efeito pelos responsáveis pela colônia Azambuja.

Deste modo, os investimentos feitos pelo governo imperial a princípio parecem não serem compatíveis com uma colônia, devemos lembrar que a colônia Azambuja não se resumiu à sede de mesmo nome, mas era composta nesta época pelos núcleos sede, Urussanga e pelo povoado de Cresciúma. A rede viária que interligava estes núcleos com Tubarão e Araranguá também era de responsabilidade da administração da colônia, e os gastos com as mesmas eram contabilizados como gastos com a colônia ao passo que deveriam ser feitos pela rubrica viação e obras públicas ou entrarem como despesas dos municípios beneficiados pelas obras.

Outro aspecto discutido no volume de recursos investidos na implantação da colônia Azambuja, refere-se ao montante que deveria ser reembolsado pelos colonos, composto pelo valor dos lotes mais auxílios reembolsáveis oferecidos pelo governo. Como destaca a própria comissão de 1881, pela dificuldade em receber os respectivos valores, grande parte dos recursos que deveriam retornar aos cofres públicos até aquela data, ainda não havia sido quitado, o que contribuiu para que a contabilidade da colônia se tornasse deficitária.

Os críticos da atuação do engenheiro Ferreira, como administrador da colônia, questionavam também a sua política de implementação de novos núcleos de povoamento na

---

[25] Borrão do Relatório 1881. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 45.
[26] Borrão do Relatório 1881. In: DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 46.

colônia Azambuja. Marzano[27], que escreve sobre a administração vinte anos após os eventos, sem basear-se em nenhuma outra fonte além das entrevistas informais com os imigrantes e seus descendentes, conhecido por sua leitura parcial dos acontecimentos relacionados à imigração italiana para o Sul Catarinense, descreve da seguinte forma a decisão por parte do diretor da colônia Azambuja de fundar o povoado de Criciúma:

> Veio-lhe pois a feliz idéia, (se assim de pode dizer) de desmembrar as forças. Em vez de fundar outro grupo perto de Urussanga, não quis mais conceder terreno aos últimos chegados em 1879, mas lançou-os em plena floresta a 25 quilômetros ao sul de Urussanga, fundando a Colônia de Criciúma. Eram em número de cinqüenta as últimas famílias chegadas. Umas vinte negaram-se a ir e se colocaram provisoriamente na casa de conhecidos e conterrâneos em Urussanga. As outras trinta famílias foram obrigadas a partir "escoltadas por soldados, como os exilados da Sibéria". O caminho que conduzia a Criciúma era uma picada estreita, seguindo o curso de regatos, internando-se na mata como uma galeria. Passaram a primeira noite todas juntas num barracão, ainda agora existente e decadente (em 1903), e no dia seguinte, o que presidia a imigração indicou a cada um o lote de terra que lhe tocava apresentou-lhe o machado, e depois, com maneira cínica e desdenhosa, voltando as costas a todos disse:
> - "E agora é com vocês. Arranjem-se!..."[28]

Na argumentação de Marzano, transparece como principal motivo para a fundação deste novo núcleo, o medo que o diretor teria de que um grande número de imigrantes italianos reunidos muito próximos pudesse ocasionar contestações, as quais o mesmo não conseguiria reprimir caso fossem levadas a efeito. É interessante que na memória dos descendentes de imigrantes e mesmo em documentos oficiais não apareça nada neste sentido, ou seja, não houve qualquer indício de sublevação por parte dos imigrantes italianos no tocante a distribuição de lotes.

Por outro lado, podemos observar que a fundação do povoado de Criciúma é semelhante à de Urussanga. Um novo núcleo fundado com distância entre 15 e 25 quilômetros do mais próximo, para ocupar os espaços do grande território a ser transformado em área colonial. No caso específico de Criciúma e Urussanga, foram pensados estrategicamente na área atravessada pelo curso da estrada (picada) que ligava o vale do Tubarão ao vale do Araranguá, ao longo da qual se planejava colocar um bom número de imigrantes, integrando estes espaços na lógica econômica projetada pelo governo imperial na época, a de produzir alimentos para abastecer os centros baseados na atividade agrícola exportadora e as cidades que não produziam a quantidade de alimentos suficiente para seu sustento.

---

[27] Pe. Luigi Marzano era italiano e fazia parte da missão de Turim que procurou enviar sacerdotes para as áreas que receberam imigrantes italianos para prestar-lhe os serviços religiosos e também acompanhar as condições de vida dos mesmos nestes locais.
[28] MARZANO, p. 62.

Tanto Urussanga como Criciúma, foram planejadas e suas respectivas fundações e povoamentos não foram uma obra do acaso ou da falta de uma boa administração. Assim que os primeiros imigrantes foram devidamente localizados no núcleo sede de Azambuja, começaram os estudos e medições para a fundação do núcleo de Urussanga, fundado em 1878, que compreendia a sede Urussanga e vale do rio de mesmo nome, os vales dos rios Americano, Maior, parte dos rios Salto e Caeté. Neste sentido, Mattos aponta que

> Durante o ano seguinte (1878), no primeiro semestre, os trabalhos quase que consistiram no levantamento do rio Urussanga e alguns afluentes do mesmo.
> Neste vale foram medidas agoadas em uma area triangular de 19 por 12 kilometros, ou 11.400 hectares e ai projetados 250 lotes rurais, reservada uma pequena área para centro futuro ou sede do novo núcleo, e que hoje constitue a vila de Urussanga, cabeça do município.
> (...) Para centro do comércio e administração de Urussanga foi ali efetuada uma derrubada de três Quilômetros. [29]

Podemos concluir diante de tais informações que antes da instalação das primeiras famílias, os lotes rurais já estavam projetados e a praça e o "núcleo urbano" da nova sede já estavam projetadas e desenhadas, tendo posteriormente o acréscimo das informações referentes aos ocupantes dos respectivos lotes. A administração da colônia Azambuja, neste quesito, organizou a fundação de novos núcleos de modo ordenado e planejado e não ao sabor das circunstâncias, como preferem seus críticos. A este respeito, podemos observar o mapa n.º 2 (entre as pág. 70 e 71) onde aparece a sede do núcleo Urussanga na época em que começou a ser ocupado.

Criciúma por sua vez havia sido planejada como local para estabelecimento de imigrantes desde 1868, quando a comissão do engenheiro Manuel da Cunha Sampaio, desenvolvia seus estudos para a ocupação do solo Sul Catarinense dentro das prerrogativas da política de colonização do império. Neste mesmo ano, o referido engenheiro comunicava ao ministro da agricultura a conveniência do estabelecimento de colônias no Sul Catarinense e dava destaque à possibilidade de unificar um grande território colonial por meio de uma estrada que ligaria o vale do Araranguá com o vale do Tubarão. A primeira referência à mesma aponta que:

> Reportando-me de diagrama, que acompanhou meu último relatório, no qual está indicado um caminho, que partindo da estrada geral da Laguna ao Araranguá, vai terminar no marco peão do primeiro território, atravessando o rio dos Porcos; levo ao conhecimento de V. Ex.ª que essa Comunicação é uma das mais necessárias para

---

[29] MATTOS, Jacintho Antonio de. **Colonisação do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916).** Gab. Typ. "O DIA" Florianópolis, 1917. p. 181-2.

> a futura colônia, sendo atualmente urgente para o transporte de gêneros, durante o traço das linhas divisórias do território[30].

A referida estrada, que inicialmente é colocada como de extrema importância para o bom desempenho das funções a cargo da comissão, ganha novas proporções e importância à medida que os trabalhos da comissão vão ampliando seus conhecimentos sobre a região e definindo os locais onde seriam traçados os territórios e pelos quais teriam início o projeto de colonização desta área. Em novembro de 1868, o engenheiro Sampaio pondera que seria conveniente que “somente fossem medidos prazos de ambos os lados de uma estrada de rodagem, cujo traço a partir do 1º território de Araranguá atravessasse a dita zona até chegar à margem do Tubarão, deste modo fica preparada uma extensa área adequada à fundação de um núcleo colonial”[31]. Inicialmente, o projeto da comissão chefiada pelo engenheiro Sampaio era de organizar a medição de terras no vale do Tubarão e no vale do Araranguá e deixá-los prontos para receber imigrantes, deixando ao presidente da província a tarefa de decidir por onde se daria início a colonização da região. A presidência da província esteve inclinada, num primeiro momento, a dar início à colonização pelas terras do Araranguá, onde se concentravam os trabalhos da comissão nos primeiros meses de sua chegada, sendo traçados uma série de territórios sendo um deles subdividido em lotes (prazos) em conformidade com o regulamento de 1867. Apresentamos o mapa n.° 3 de 1881, (entre as pág. 71 e 72) desenvolvido pelo engenheiro Carlos Othon Schalappal onde aparece a área de terras medidas pelo engenheiro Sampaio entre 1867 e 1869 que compreende a área delimitada próxima ao rio Araranguá.

Em função das dificuldades apresentadas pelo vale do Araranguá no tocante a vias de comunicação e condições de comércio, houve uma mudança nos rumos dos trabalhos da comissão. A partir de julho de 1868 as atenções da comissão voltaram-se para o vale do Tubarão, onde se julgava as condições de transporte e comércio melhores que as apresentadas pelo Araranguá naquela época. Sobre as condições apresentadas por Tubarão, o engenheiro Sampaio argumentava que “nesta pequena praça, aliás animada, os gêneros vendidos pelo lavrador encontram preços razoáveis, e o mercado é provido para fornecer-lhes o necessário.

---

[30] Relatório trimestral dos trabalhos da Comissão chefiada pelo Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio de 20/03/1868. In: **Correspondências dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1868** p. 33v. APESC.

[31] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio ao Conselheiro João Agostinho Moreira Guimarães em 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 169. APESC.

MAPA DOS MUNICÍPIOS
DE LAGUNA e TUBARÃO
0Km. 7,5 15Km
ESCALA APROX.
Situação do Patrimonio de
SS. AA. II, nas Terras do
Tubarão, Sta. Catarina.
Desenhada pela Comissão (1881) Carlos Othan Schlappal
REDUÇÃO DA PLANTA ENCONTRADA NO PALÁCIO IZABEL-PETROPOLIS-R.J.
CONVENÇÕES
Linha Comum
Linha usada no Planejamento
Estrada de Ferro
Estrada de Ferro Projetada
Estrada de Rodagem
Canalizacao
TERRAS DEVOLUTAS
PARTE SEPTENTRIONAL
PARTE MERIDIONAL
PRIMEIRA MEDIÇÃO
ULTIMA MEDIÇÃO
OCEANO ATLÂNTICO
ITAPIRUBÁ
MIRIM
Lagoa do Mirim
IMARUHY
Lagoa do Imaruhy
PAULISTA PLATAFORMA
Estação Definitiva
SALTO
TENDAS
PORTO DE GRAVATA
TUBARÃO
MORRINHOS
GAROUPAS
S GABRIEL
ILHOTA
SEDE DA COLONIA AZAMBUJA
1º DISTRISTO
2º DISTRITO
3º DISTRITO
GRANDE POVOAÇÃO POR AQUI
TERRENOS PARTICULARES
TERRENOS PARA COLONIA AZAMBUJA
TERRENOS PARA COLONIA DE AZAMBUJA
TERRAS DEVOLUTAS Destinadas para a Colonia Azambuja
CAMPOS DE SERRA
Rio Tubarão
Rio das Conchas
Rio dos Porcos
Rio Sangão
Rio Araranguá
ARARANGUÁ
Morro dos Conventos
Terrenos pretendidos por Colonos espontaneos
Lotes medidos por Sr. Lion Demos
São na Linha da E. de F. Sete Estações Definitiv. Bem como duas projeto.

Feita a estrada de que lhe falei anteriormente, é este ponto adequado para a troca de produtos, aos imigrantes que se estabelecerem mais proximamente ao rio Tubarão”[32].

Apesar de todas estas ponderações, a comissão chefiada pelo engenheiro Sampaio não levou a efeito o estabelecimento de colonos imigrantes na região, pois foi dissolvida em maio de 1869. Na ocasião eram medidos territórios para posterior subdivisão em lotes no vale do Tubarão. Com o encerramento destes trabalhos, a região Sul Catarinense, ficou por mais alguns anos em compasso de espera para ser ocupada por núcleos coloniais, o que só foi efetivado com a nomeação do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, em 1876, como chefe de uma comissão com finalidade de estabelecer uma colônia com imigrantes europeus no vale do Tubarão. A abertura da estrada projetada, mencionada, e de certo modo, insistentemente defendida pelo engenheiro Sampaio só foi levada a efeito pelo engenheiro Vieira Ferreira anos depois. Este engenheiro reconhecia a importância da abertura desta estrada também como forma de fomentar o comércio da colônia, pois o mesmo afirma em seu relatório de 1877 que “a concorrência no mercado da Colônia tem feito baixar o preço dos víveres, mas ainda são poucos os concorrentes, e supondo que só aumentará o seu número depois de concluídas as estradas de Araranguá”[33].

A menção “as estradas de Araranguá” deve-se ao fato de que duas alternativas para atingir a cidade de Araranguá por via terrestre foram levadas a efeito pela comissão chefiada por Vieira Ferreira, uma que seguiria até a margem do rio Mãe-Luzia e a partir daí seguiria até alcançar Araranguá; e outra que seguiria em direção ao rio dos Porcos, atravessando o mesmo e encontrando-se com a estrada que ligava Laguna a Araranguá até chegar à mesma. Sobre estes caminhos aparecem os seguintes dados no relatório de Vieira Ferreira:

> O quarto caminho acompanha sempre o rio das Pedras Grandes, desde a embocadura até ao povoado da Colônia. [...] Não posso precisar a sua extensão até à colônia mas presumo que não seja superior a 9 Quilômetros.
> [...] Esta é a melhor direção que se pode escolher para a estrada principal da Colônia. É a mais curta, passa por terrenos pouco acidentados e mais arenosos, e dirige-se para o centro da população. Alem disso sua direção faz continuação ao caminho de Araranguá, ao qual se entronca o de Urussanga e o do Rio dos Porcos[34].

---

[32] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio ao Conselheiro João Agostinho Moreira Guimarães em 19/11/1868. In: **Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868** p. 169v. e 170 APESC.
[33] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 37 APESC.
[34] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 38v. e 39. APESC.

Com relação à alternativa via rio Mãe-Luzia o mesmo relatório destaca que no mês de maio de 1877 foi feito a abertura de um caminho para Araranguá que partiu dos caminhos feitos e dirigiu-se até as margens do rio Mãe-Luzia, de onde margeando o mesmo prosseguiu a abertura da estrada por uma direção já conhecida até atingir a freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araranguá[35].

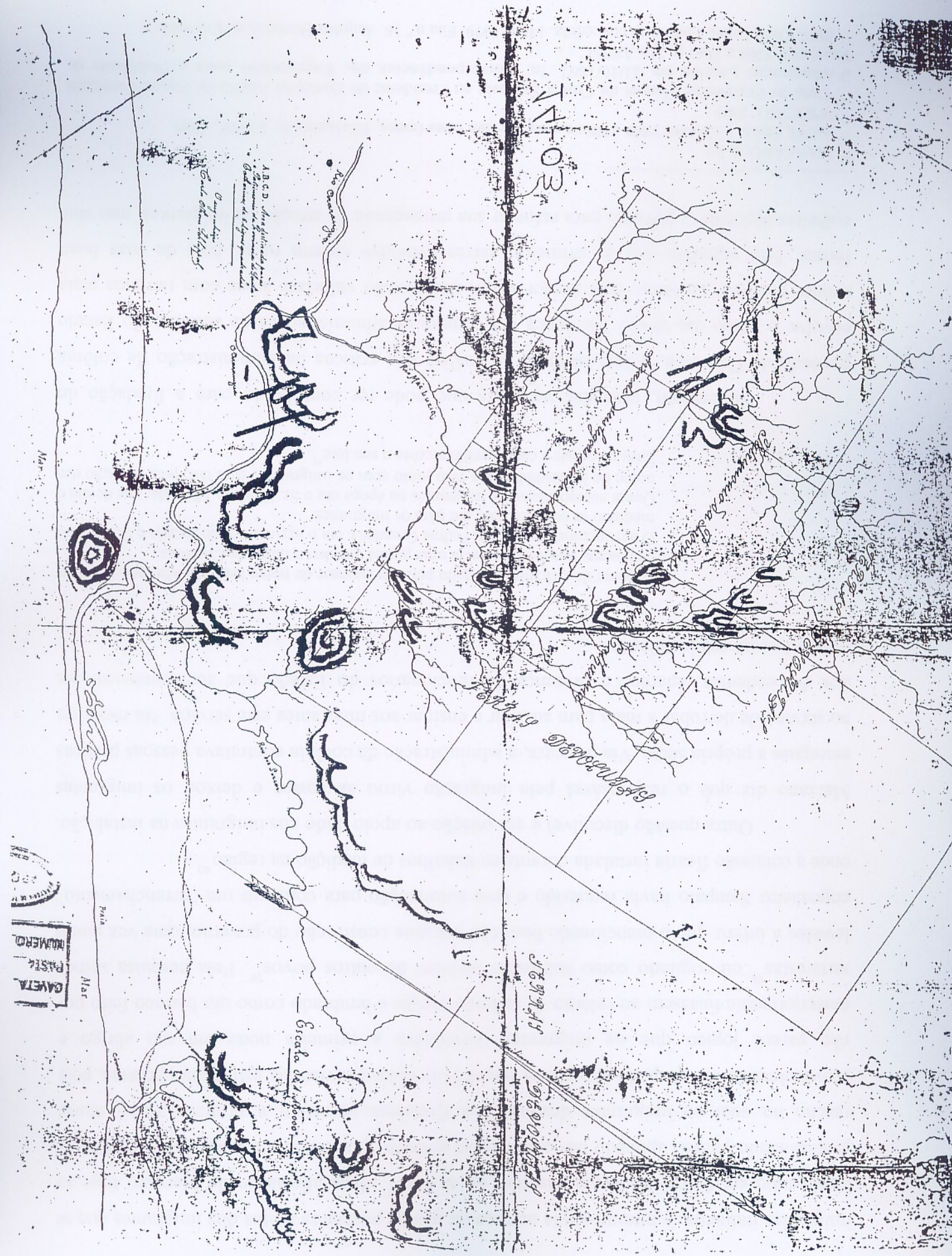
Sobre o caminho via rio dos Porcos, Vieira Ferreira escreve: “Encarreguei também no mês de Maio um homem conhecedor dos terrenos de abrir um caminho pela margem do Rio dos Porcos, com instruções para seguir a direção que lhe dei, cortando todavia os banhados, até ao encontro com o Rio Urussanga. Esse trabalho deve estar concluído, e já tardam as notícias que espero”[36]. Este caminho acabou sendo o mais utilizado depois de algum tempo. Seja porque seguia a direção projetada anteriormente pelo engenheiro Sampaio, margeando os “territórios” por ele medidos durante a vigência de sua comissão, ou porque ao longo dele estabeleceram-se os núcleos Urussanga, Criciúma e posteriormente Cocal. No mapa n.º 3 (entre as pág. 70 e 71) aparecem o traçado da estrada, margeando o território medido e os povoados de Azambuja, indicado pelo 1º distrito – sede da colônia Azambuja. O 2º distrito refere-se à sede do núcleo Urussanga, que a essa época já contava com razoável número de habitantes e no 3º distrito aparece o então povoado de Criciúma, com pequena povoação, por estar ainda em seu início. Em função do não aproveitamento imediato destas terras pelo projeto de colonização do império, a província de Santa Catarina requereu boa parte delas como patrimônio, o que lhe rendeu a posse de seis léguas quadradas, conforme mapa n.º 4 (entre as pág. 73 e 74) que posteriormente foram ocupadas, em condições até aqui insuficientemente estudadas.

Entretanto, apesar da reconhecida importância conferida a esta estrada, por muito tempo ela continuou como um caminho, pois em 1881 a parte em que a mesma era considerada estrada limitava-se a extensão compreendida entre Pedras Grandes e Cocal, havendo já estrada três quilômetros além desse lugar, ou seja, na direção que seguia para Criciúma. Muito tempo ainda foi necessário para que a mesma fosse concluída.

Diante de todas as evidências acima apresentadas sobre o conhecimento que a administração da colônia Azambuja tinha do território, é oportuna uma reflexão sobre a crítica de Marzano a mesma. Além de creditar a fundação de Criciúma a uma tentativa do engenheiro Vieira Ferreira de se esquivar das pressões que o mesmo poderia sofrer de

---

[35] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 38v. e 39. APESC

[36] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. de Julho a Dezembro 1877** p. 40. APESC.

imigrantes italianos, o mesmo ainda acrescenta que as primeiras noites dos imigrantes que se localizaram em Criciúma foram passadas ao ar livre[37]. Esta afirmação de Marzano foge ao procedimento padrão aplicado nas colônias do governo quando da recepção de imigrantes. O rancho no qual os imigrantes destinados a Criciúma passaram a primeira noite, muito provavelmente foi ocupado até que as respectivas casas provisórias estivessem prontas, pois não parece lógico que os imigrantes dormissem a primeira noite em um abrigo e posteriormente ficassem ao relento. O referido abrigo é lembrado como um barraco feito por sertanistas[38] ou cogitado como habitação anterior de outros povos[39]. Pela pesquisa somos levados a inferir que o mencionado barracão era uma construção do governo, uma vez que o engenheiro Sampaio havia requerido e teve autorização para construir um “arranchamento” onde a comissão ficaria instalada durante os trabalhos de medição na região[40].

Outra questão discutível é em relação ao apoio dado aos imigrantes na instalação. Marzano diz que o responsável pela imigração virou as costas e deixou os imigrantes entregues a própria sorte. Via de regra, a administração da colônia contratava pessoas práticas no serviço de derrubar a mata para auxiliar e ensinar aos imigrantes este serviço. Na memória dos descendentes, aparece a presença de funcionários do Estado que acompanhavam os imigrantes em sua instalação:

> O nome de Criciúma foi dado pelo agrimensor de nome Eugênio Miranda, que deu esse nome porque aqui havia uma grama que deu o nome de Criciúma.
> O agrimensor morava em Pedras Grandes e era o agrimensor do Estado e ficava aqui medindo as colônias para dar para os imigrantes.
> Quem acompanhava os imigrantes na época era o Sr. Eugênio Miranda, que deram o nome de Mirandinha, que veio junto com os imigrantes, para dar, pela medição dos lotes coloniais e cada família recebia o seu lote[41].

No entanto, uma das variáveis que pode ter contribuído para a fundação do povoado de Criciúma, e que escapou da análise dos críticos da administração da colônia envolve o preço das terras. Na época era comum as administrações de colônias do Estado vender primeiro as terras com menor valor, procurando valorizar áreas com terrenos mais férteis. Não significa que as primeiras terras vendidas fossem ruins, pois de suas boas colheitas dependia o governo para reforçar sua propaganda de atração de imigrantes, mas sim

---

[37] MARZANO, p. 62.
[38] ARNS, Otília. **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: IOESC, 1985.
[39] SPRÍCIGO, 2003.
[40] Carta do Engenheiro Manoel da Cunha Sampaio ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti d’Albuquerque Lacerda em 21/10/1867. In: **Correspondências dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1864 a 1867** p. 216 APESC.
[41] BENEDET, Leoni. Entrevista concedida. 14/10/1979. Fita n.º 16. Arquivo Histórico de Criciúma.

de priorizar a colonização com terrenos mais baratos, para depois obter maior preço nos terrenos considerados melhores. Os imigrantes que faziam parte da primeira leva que foi localizada no povoado de Criciúma possuíam poucos recursos e segundo uma das descendentes deste grupo a escolha deste povoado deu-se porque “aqui era mais fácil eles se colocar porque a terra aqui era mais barata, mais uma coisa mais fácil pra eles né, que eles era pobre né, então eles chegaram sempre mais prá frente prá eles poderem se colocarem melhor, né. E as terras eram boa, era uns terreno bom”[42].

Desta forma a administração da colônia Azambuja procurava ocupar o grande território sonhado como área colonial desde meados do século XIX pelo governo imperial. Além da implantação do povoado de Criciúma, uma série de novas explorações passou a ser feita em todo o território de modo a determinar os espaços de ocupação imediata, as áreas para venda posterior com maior valorização, e por fim, as áreas que serviriam para expansão da colônia. Com relação à estratégia de venda de lotes com preços diferenciados, encontramos a seguinte referência para o ano de 1881:

> Foi, por essa ocasião, alterado o preço de unidade dos lotes que era um único, obedecendo a modificação á qualidade e valor dos terrenos. Assim foram classificadas as terras dos 1º 2º e 3º confluentes e Rio das Pedras Grandes, como inferiores, ao preço de dois réis a braça quadrada; as do Armazem, Canella, Rancho dos Bugres, Urussanga e Cresciuma, como regulares e ao preço de 4 e 5 réis a braça quadrada; e as de Cocal, boas, a 6 réis[43].

A ocasião mencionada por Mattos refere-se à emancipação da colônia Azambuja. Entendia-se por emancipação, o momento em que uma colônia teria condições de sobreviver sem a interferência direta do Estado, ou seja, após um período em que a área colonial em situação de emancipação esteve sob os cuidados de uma administração direta do Estado, com regras específicas e diferentes das aplicadas aos municípios brasileiros, poderia agora se constituir um novo município (casos raros) ou uma freguesia, distrito ou povoado dentro de um município brasileiro.

A emancipação da colônia Azambuja foi feita em dezembro de 1881 pelo decreto n.º 8.366 e ocorreu de forma equivocada no tocante a área a ser emancipada. Por este decreto toda a colônia foi emancipada e os núcleos organizados posteriormente acabaram recebendo a denominação de núcleos da ex-colônia Azambuja, como foram conhecidos os núcleos

---

[42] TOPANOTTI, Ancila Benedet. Entrevista concedida a Neide Buzanello. 21/10/1979. Fita n.º 17. Arquivo Histórico de Criciúma.

[43] MATTOS, p. 184

Accioly da Vasconcellos, depois subdivido em Cresciuma e Cocal, Presidente Rocha, depois Treze de Maio e o núcleo Torrens.

Nossa afirmação quanto ao equívoco baseia-se nas mudanças ocorridas no planejamento para emancipação da colônia entre os anos de 1880 e 1881 quando foi de fato emancipada. Em agosto de 1880 o engenheiro Vieira Ferreira, diretor da colônia, havia proposto a emancipação da mesma com relação à área "que compreendia os vales dos rios Pedras Grandes, Armazem e parte do Urussanga, continuando sob a tutela do Estado toda a região do baixo Urussanga e Cresciuma"[44]. Com esta medida ficariam emancipados os núcleos Azambuja (sede) e Urussanga, que estavam em adiantado processo de produção e em condições de serem emancipados e ficariam os mesmos como povoados pertencentes ao município de Tubarão.

Pelo plano de trabalho de Vieira Ferreira, a área compreendida pelo povoado de Criciúma e baixo vale do Urussanga, ficariam ainda sob administração direta do Estado, necessitando de um acompanhamento maior para alcançarem à condição de emancipação. Deste modo seria possível dar a estas áreas continuidade aos trabalhos de instalação de uma infra-estrutura adequada para o maior desenvolvimento destes núcleos e para fundação de outros a fim de ocupar toda a região inicialmente prevista para ser ocupada por colônias com imigrantes europeus.

Entretanto, as instâncias administrativas superiores não haviam acatado a sugestão de Vieira Ferreira e a colônia permaneceria nesta condição até o final de 1881 conforme destacamos anteriormente. O fato relevante que mudou os rumos da proposta de emancipação está em julho de 1881, quando o engenheiro Vieira Ferreira foi demitido do cargo de diretor da colônia Azambuja, sendo designado para o seu lugar o engenheiro João Thomaz Nogueira[45]. Pode ser que nessa decisão esteve presente a influência do relatório da comissão de 1881, que procedeu aos estudos para o início da colônia Grão Pará nas terras do patrimônio dotal da princesa Isabel, que fazia severa crítica à administração de Vieira Ferreira e que fora entregue na Corte em época simultânea a demissão do referido engenheiro[46].

A nomeação do engenheiro Nogueira para o cargo de diretor da colônia Azambuja pode estar relacionada aos referidos gastos exagerados na formação da colônia. Para efeito de comparação, foram gastos 23:628$700 (vinte e três contos, seiscentos e vinte e oito mil e setecentos réis) no primeiro semestre de 1881 sob a direção de Vieira Ferreira, e no segundo

---

[44] MATTOS, p. 183.
[45] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** ; FERREIRA, 1939. ; MATTOS, 1916 e SANTOS, Presalindo Lery. **A Colonia Azambuja desde a sua fundação.** Typ. e LyTh. De Alex Margarida. Cidade do Desterro, 1882.
[46] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** e SANTOS, 1882.

semestre foram gastos 11:720$00 (onze contos, setecentos e vinte mil réis) sob a direção do engenheiro Nogueira. Porém, mais uma vez chamamos a atenção com relação à aplicação dos recursos, pois ao passo que Vieira Ferreira procurava construir infra-estrutura para o desenvolvimento da colônia, o engenheiro Nogueira suspendeu todos os investimentos nesta área. Como podemos perceber em uma fonte da época:

> A estrada de rodagem entre Cresciuma, Araranguá e a colônia *Azambuja*, projetada a dita estrada e iniciada pelo Sr. Vieira Ferreira, vem tornar-se a principal via de comunicação da mesma colônia, e podemos assegurar, uma das mais importantes da província.
> Com a nova direção do celebre Sr. Nogueira, que parece não desejar que fique nenhum vestigio das benfeitorias iniciadas pelo Sr. Vieira Ferreira, foram suspensos os trabalhos da construção daquela importante estrada, segundo se deduz da representação dirigida ao governo imperial ultimamente[47].
> (...) Sendo uma obra importante como é esta estrada, constituindo por assim dizer a artéria principal da *Azambuja* e que dará rapido impulso à colonia, prestes a emancipar-se, era natural que merecesse toda a atenção do Sr. Nogueira, que quer á força de martelo ter as honras do *emancipador*[48].

Após a emancipação da colônia, foi dispensado o engenheiro Nogueira do cargo de diretor e nomeado o agrimensor Severiano de Souza Almeida como fiscal de trabalhos para acompanhar a medição de lotes coloniais e orientar os colonos em relação ao pagamento dos seus respectivos lotes. A decisão de emancipar toda a colônia de uma única vez teve como conseqüência à suspensão dos investimentos necessários para a construção da estrada de rodagem que ligaria a sede da colônia Azambuja, no vale do Tubarão, com o município de Araranguá. Esta estrada passaria por Criciúma. A não construção desta estrada fez com que uma extensa área colonial encontrasse dificuldade de escoar sua produção, notadamente Criciúma, que precisava deslocar sua produção por meio de picadas, que tornavam o transporte penoso e pouco rentável aos produtores. Por outro lado também se privou a colônia de uma ligação efetiva com Araranguá, inibindo uma rota de transportes, importante para o desenvolvimento de ambos.

A falta de uma presença mais efetiva do Estado nas áreas ainda não aptas a emancipação fez com que o desenvolvimento das mesmas ficasse em compasso de espera. Mesmo os núcleos considerados aptos por Vieira Ferreira sofreram após a emancipação da colônia devido à falta de um melhor sistema viário para escoamento da produção. Parte deste insucesso é creditada a administração do engenheiro Nogueira que havia suspendido os

[47] SANTOS, P. L., 1882. p. 28. grifo no original.
[48] SANTOS, P. L. 1882. p. 30.

investimentos necessários em infra-estrutura, principalmente à construção de estradas[49]. Somente com a nomeação de uma nova comissão, esta chefiada por Francisco Ferreira Pontes[50], é que a área da ex-colônia Azambuja voltou a conhecer um pequeno desenvolvimento. Em 1885 foi fundada oficialmente a localidade conhecida como Cocal, ocasião em que se constituiu o Núcleo Accioly Vasconcellos, compreendendo os povoados de Cocal e Criciúma[51].

A localidade de Cocal foi iniciada com a medição de lotes no ano de 1885 as margens da estrada que ligava Urussanga a Criciúma. As primeiras famílias estabeleceram-se nestes lotes. Posteriormente, foram abertas novas “linhas” e medidos novos lotes no Núcleo Accioly Vasconcelos, seja nas proximidades da sede Cocal ou na sede Criciúma, como no espaço compreendido entre as duas sedes[52]. Um dos elementos para entendermos a fundação de Cocal posterior a Criciúma, apesar de estar localizada na metade da distância entre Criciúma e Urussanga, é justamente o preço cobrado pelas terras em função de sua fertilidade[53]. Pode-se inclusive observar que a maior parte das famílias que se estabeleceram em Cocal já estavam localizadas anteriormente em outras localidades da colônia Azambuja, como, por exemplo, a família de Ferdinando Búrigo, primeiramente localizada em Rancho dos Bugres e depois instalada em Cocal[54].

Seja pela fertilidade das terras, pelo dinamismo empregado pelos comerciantes locais ou ainda pelas melhores condições para escoar sua produção, já que as condições da estrada eram melhores até aquele ponto e as distâncias eram menores em relação à estação da estrada de ferro, em pouco tempo o povoado de Cocal teve progresso e prosperidade. O povoado se desenvolveu tanto na agricultura como local de comércio e como resultado em 1888 o núcleo Accioly de Vasconcelos foi desmembrado em dois. Sob esta denominação estava compreendida toda a área do povoado de Cocal. A outra parte compreendia a área da sede Cresciuma, que passou a denominar-se de núcleo Cresciuma, constituindo-se no quinto núcleo da ex-colônia Azambuja[55]. Em 1904 o povoado de Cocal era elevado à categoria de

---

[49] SANTOS, P. L. 1882.

[50] Na verdade o engenheiro Francisco Ferreira Pontes chefiou três Comissões de medições de terras no sul do Estado. Sobre as duas primeiras, não possuímos maiores informações no tocante ao início e término de suas atividades, mas tiveram como sede o núcleo Urussanga entre os anos de 1885 e 1886. A terceira comissão foi instituída em 29 de novembro de 1886 e teve como sede a então Vila de Tubarão e como área de trabalho os municípios de Tubarão e Araranguá. MATTOS, p. 185-6.

[51] DE FÁVERI, Hilário; SOUZA, João Carlos Pelegrin de. **Cocal do Sul: um mergulho em sua história**. No prelo.

[52] **Memoriais de medições da Inspectoria Especial das Terras e Colonização 1885 e 1886**. APESC.

[53] MATTOS, 1916.

[54] FERREIRA, 1939.

[55] MATTOS, 1916.

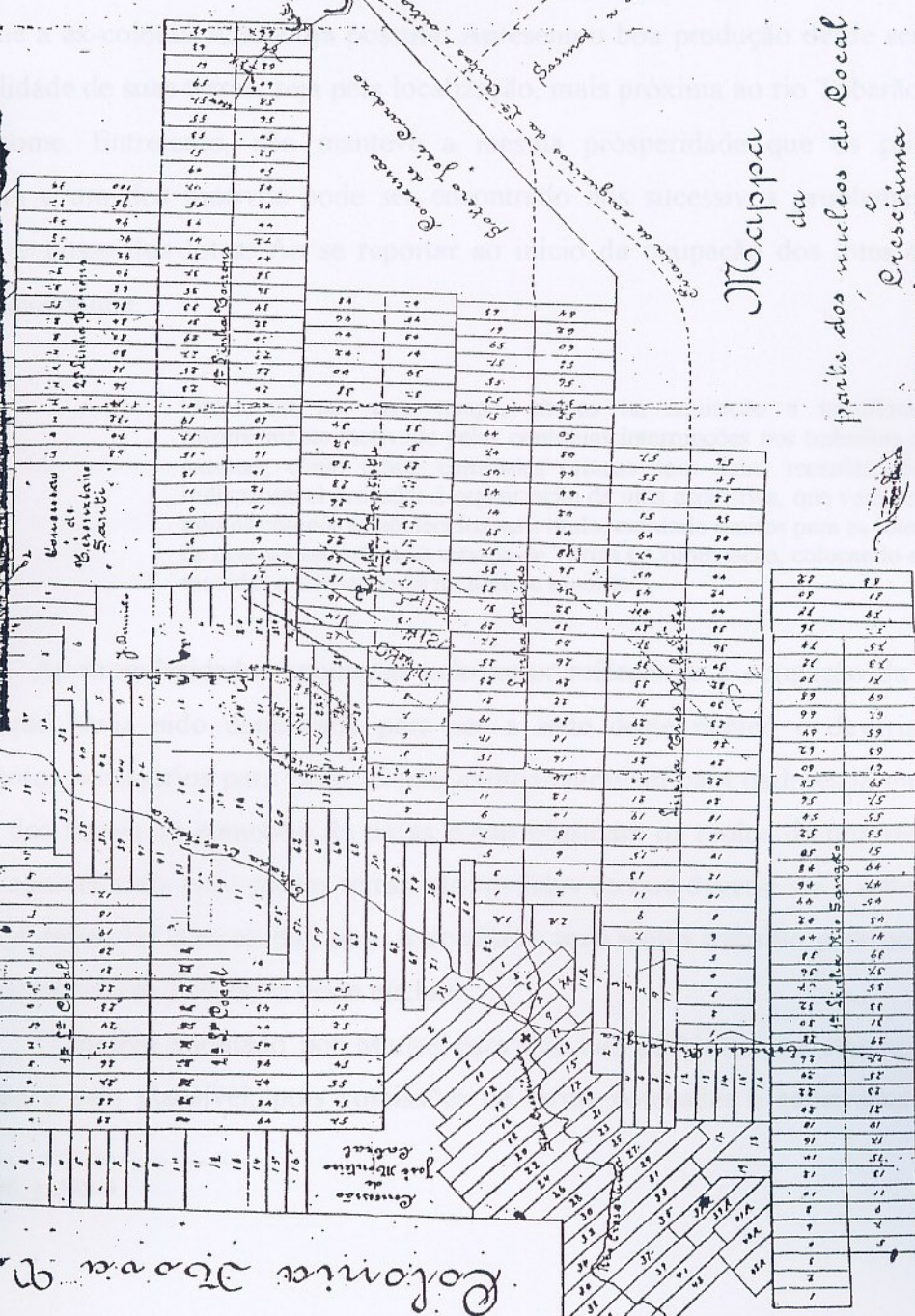
distrito de Urussanga e experimentava um crescimento marcado pela instalação de serrarias, ferrarias, comércio, fábrica de banha e outras atividades econômicas características das áreas coloniais[56]. Apresentamos no mapa n.º 5 (entre as pág. 79 e 80) o Distrito de Cocal, com seu perímetro urbano à época e o mapa n.º 6 (entre as pág. 79 e 80) que apresenta em 1907 o mapa da parte da ex-colônia Azambuja referente aos núcleos Cocal e Cresciuma, (anteriormente denominados Accioly Vasconcellos) destacando as sedes dos mesmos e as linhas coloniais próximas aos mesmos.

Fotografia 1 - Vista rua principal do Distrito de Cocal em 1906. A Direita, a casa de dois pavimentos pertence à família Búrigo, que possuía grande casa comercial, demonstrando a força de Cocal como praça comercial. Acervo Particular de Venícius Búrigo.

A sede Urussanga que se constituía no maior núcleo da ex-colônia Azambuja em número de lotes ocupados passou por um período estacionário depois da emancipação da colônia. Segundo Mattos:

> O núcleo Urussanga ressurgiu em 1886; ali teve a sua sede a companhia de terras do município de Araranguá. Segundo se expressava o engenheiro Pontes, em um dos seus relatórios, á chegada da terceira comissão, era triste o aspecto que se apresentava a séde de Urussanga; dentro de poucos meses, porém, as toscas casinhas de madeira e ranchos, em limitadissimo número, transformaram-se em agradáveis vivendas e novas casas foram levantadas, em melhor estilo, tornando-se então o núcleo de Urussanga superior ao de Azambuja, primeiramente criado, afluindo para aquele, maior número de imigrantes, que demandavam aquelas paragens[57].

---

[56] MATTOS, 1916 e DE FÁVERI e SOUZA, no prelo.
[57] MATTOS, p. 187-8.

O desenvolvimento que Urussanga passou a ter após a instalação da comissão chefiada por Ferreira Pontes contribuiu para que novas áreas fossem disponibilizadas para ocupação por parte de novos imigrantes ou mesmo dos descendentes. Este desenvolvimento de Urussanga permitiu que em 1891 alcançasse a condição de distrito do município de Tubarão, conquistando sua emancipação com a aprovação da Lei Nº 474 de seis de outubro de 1900.

A comissão de terras com sede em Tubarão descobriu, em 1887, uma área de terras devolutas na qual era possível estabelecer um novo núcleo de colonização. Foi discriminada uma área de 3.586 hectares, e fundado o núcleo Presidente Rocha, em homenagem ao então presidente da província. Este núcleo, pouco depois recebeu a denominação de Treze de Maio. Em termos de área este passou a constituir-se no maior núcleo que a ex-colônia Azambuja possuía. Apresentou boa produção desde seu início, seja pela fertilidade de suas terras, seja pela localização, mais próxima ao rio Tubarão e da vila de mesmo nome. Entretanto, não manteve a mesma prosperidade que os primeiros anos projetavam e um dos motivos pode ser encontrado nos sucessivos problemas relativos à ocupação e posse dos lotes. Ao se reportar ao início da ocupação dos lotes deste núcleo, Mattos pondera que,

> Ocorreram por esse tempo, abusos na aquisição e transferencia de lotes, inconveniente motivado pelas continuas interrupções nos trabalhos de colonização, extintas, como eram, comissões criadas com datas recentes. Tornou-se então indispensável proceder á organização de uma estatística, que veio constatar estarem muitos colonos estabelecidos sem titulo, entrando muitos para os lotes por indicação de pessoas estranhas ao serviço de Terras e Colonização, colocando-se em áreas não medidas e alienando-as no mesmo tumulto[58].

As irregularidades apontadas pelo autor referem-se à ocupação da área de 121 hectares que havia sido demarcada para ser a sede deste núcleo e deveria receber os investimentos necessários para tanto. Como muitos entravam para os lotes já medidos sem a anuência dos fiscais da comissão de terras e não possuíam os títulos de propriedade, outros tantos se aproveitaram para ocupar terras não medidas no que deveria ser a sede do núcleo e passaram a especular com as mesmas. A comissão teve muito trabalho para poder dar uma relativa organizada na ocupação deste núcleo.

O motivo apontado por Mattos para que tais problemas na ocupação dos lotes ocorressem é bem plausível, pois comissões de terras nomeadas e encerradas com pouco

---

[58] MATTOS, p. 188-9.

tempo de atividade, deixavam uma imagem de falta de organização e de autoridade, além de gerar interrupções nos serviços de ocupação do solo. Deste modo, uma série de especulações, acima citadas, pôde ocorrer, fazendo com que o Estado, muitas vezes, despendesse recursos para legalizar áreas anteriormente medidas, privando-se de investir em outros serviços também necessários as áreas coloniais.

Com a fundação de mais este núcleo, o Estado havia conseguido até aquele momento, apesar de alguns equívocos que retomaremos adiante, ocupar com imigrantes e seus descendentes uma razoável área de terras que se estendia pelos atuais municípios de Treze de Maio, Pedras Grandes, Urussanga, Cocal do Sul e Criciúma. Do mesmo modo continuaria o Estado a investir nestas áreas coloniais por mais algum tempo, realizando novas medições e divisões em lotes, contribuindo para a expansão da ocupação da região com imigrantes e seus descendentes e desenvolvendo novos projetos para fundação de novos núcleos coloniais.

2.2 A experiência da colonização privada

No Sul do Estado de Santa Catarina também houve experiências de colonização com empresas privadas, que foram responsáveis pela ocupação com imigrantes nas áreas referentes ao alto vale do rio Tubarão, por meio da colônia Grão-Pará e ao vale do rio Mãe Luzia, confluente do Araranguá, por meio da colônia Nova Veneza.

Em 1882 foi fundada a colônia do Grão Pará, abrangendo os atuais municípios de Grão Pará, Orleans, Lauro Muller e parte dos municípios de Braço do Norte e São Ludgero. Tratava-se de um empreendimento colonizador privado, organizado para ser uma colônia modelo e gerar lucros, o que na prática não se efetivou[59]. A colônia teve origem no dote matrimonial da princesa Isabel, com base na lei nº 1904 de 17 de outubro de 1870 que dispunha o estabelecimento de um patrimônio em terras[60]. As medições das terras que comporiam o patrimônio dotal e o respectivo tombamento das mesmas seriam custeados pelo tesouro nacional. Na área da colônia Grão Pará a princípio foram dispendidos 12:000$000[61]

[59] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...**.
[60] Lei nº1904 de 17 de outubro de 1870 In: LOCH, Cenilde. **Ação...**
[61] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...**

(doze contos de réis). A primeira parte composta de 12 léguas quadradas foi recebida em 1875 por suas altezas imperiais. O restante foi recebido oficialmente em 1882[62].

Para a efetiva colonização das terras recebidas como dote matrimonial, no vale do Tubarão, suas altezas imperiais firmaram contrato com o comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior em 15 de novembro de 1881 que ficou encarregado de fazer dividir as terras em lotes coloniais e colonizá-los com colonos nacionais e estrangeiros. Para tanto, o mesmo organizou a empresa de terras e colonização, que uma vez constituída, deu início aos trabalhos oficialmente em 08 de julho de 1882[63]. Por esta ação, os príncipes, conde e condessa D'Eu, transmitiram a responsabilidade e os custos da subdivisão e colonização das terras a um terceiro almejando lucros num período médio de tempo sem fazer qualquer investimento, uma vez que o tombamento e posse do patrimônio já haviam sido custeados pelo tesouro nacional.

Como investimento público na área agora sob responsabilidade da Empresa de Terras e Colonização, o governo da província despendeu recursos para a melhoria de estradas (vias principais) e aquelas que davam acesso à colônia, facilitando o escoamento de sua produção, argumento utilizado para atrair imigrantes à colônia. Esta era uma das questões que envolviam a participação das autoridades em relação à lei supracitada[64].

A estratégia de colonização adotada pela empresa previa a ocupação simultânea de vários pontos do patrimônio como forma de valorizá-lo e ao mesmo tempo procurando ampliar os lucros a serem auferidos com o empreendimento. Assim, foram levados a efeito estudos que apontavam a possibilidade de três vias de entrada para imigrantes nas terras do patrimônio. Uma pela parte norte, via rio Capivari; outra pela parte central, via Braço do Norte; e a última pelo rio Tubarão e Oratório pela parte Sul. Por questões de logística, a opção foi iniciar pela parte central, expandindo depois a colonização para outras partes do patrimônio. Neste local foi instalada a sede central da colônia Grão Pará, onde hoje está localizado o município de Grão Pará, e foram procedidos os trabalhos necessários para colocar à disposição dos compradores os lotes coloniais com as respectivas derrubadas e casas provisórias. Este era um item da propaganda muito divulgado e a direção da colônia procurou sempre honrá-lo para não perder credibilidade[65].

Pelo contrato firmado com os condes a empresa deveria colocar 50 famílias por ano na colônia. As primeiras famílias se instalaram ainda em 1882 e eram compostas por

---

[62] LOCH, 1978.
[63] LOCH, p. 59-67.
[64] Lei nº1904 de 17 de outubro de 1870 In: LOCH, Cenilde. **Ação...** e Resolução Nº 49 de 16 de junho de 1883. In: **Relatórios da Assembléia Legislativa Provincial 1869-1883.** Doc. 37 p. 28. Centro de Memória ALESC.
[65] LOCH, 1978.

brasileiros[66] e descendentes de alemães localizados em Braço do Norte, Capivary e ex-colônia Teresópolis. Posteriormente começaram a chegar os imigrantes provenientes da Europa, principalmente da Itália. Para atrair estes imigrantes uma ampla rede de agenciadores na Europa foi organizada, devendo acompanhar os imigrantes até o embarque em navio a vapor para o Brasil. Outros agentes acompanhariam o restante da viagem até a colônia[67]. O imigrante mais apreciado seria aquele que tivesse condições de arcar com suas despesas e ainda pagar o lote à vista. Como estes eram casos raros neste período imigratório, a maioria recebia subsídios (na verdade adiantamentos a serem reembolsados) para a viagem dentro do império até a colônia, pois até a capital, Rio de Janeiro, a viagem era gratuita, constituindo-se este, além de um benefício ao imigrante mais um dos investimentos públicos em favor de uma empresa privada. Ao chegar à colônia, a exemplo do que ocorria nas colônias do Estado, o imigrante deveria aguardar alguns dias no barracão de recepção de imigrantes para depois escolher e estabelecer-se em seus lotes. Os que não possuíssem recursos fariam o pagamento a prazo, juntamente com os desembolsos até ali feitos pela empresa para com o mesmo.

No plano da empresa, a colônia deveria ter um funcionamento perfeito, com boa assistência aos colonos para que os mesmos, por meio de correspondência chamassem amigos e parentes. Entretanto, o inicio da década de 80 do século XIX não foi o melhor momento para consolidar ou mesmo atrair uma corrente imigratória ao país. Pelo menos no tocante a imigrantes para áreas de pequena propriedade. Diversas restrições foram feitas para a saída de imigrantes da Itália, principalmente para o Brasil[68]. O comendador Caetano Pinto empenhava-se em fazer com que levas sucessivas se deslocassem com destino à colônia Grão Pará, mas seus esforços não estavam obtendo resultados, quer pela falta de uma política constante na área de imigração no Brasil, quer pelo descrédito que os agenciadores caíram naquele país. Acrescente-se a isso as restrições que o governo italiano passou a impor aos que desejavam migrar, pois a mão-de-obra começava a escassear no país[69].

Diante deste quadro e das sucessivas instâncias para que a colônia fosse recomendada como destino para os imigrantes italianos, o cônsul geral da Itália no Brasil, conde da Glória, visita a colônia em fevereiro de 1884 para saber das condições da mesma para receber colonos. Após todas as etapas da visita, o mesmo deixa ao diretor uma série de

---

[66] Também conhecidos como “nacionais”, eram geralmente pessoas de ascendência lusa que a muito estavam no Brasil.
[67] DALL’ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...**.
[68] SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida. Emigração Italiana: Mito e Realidade.** 2ª ed. Itajaí: Ed. Da UNIVALI, 1999.
[69] LOCH, 1978 e SANTOS, R. I. C. 1999.

apontamentos que julgava necessários para o bom funcionamento da colônia que envolvia desde a qualidade dos caminhos internos da colônia até os auxílios para a instalação dos colonos. Em abril do mesmo ano, o diretor da colônia envia uma carta ao cônsul apresentando as respostas aos apontamentos, o que nos permite entrever que nem tudo na colônia corria de acordo com o planejado e mesmo com o divulgado em sua propaganda[70].

Um dos apontamentos era relativo à demora que houve na entrega de lotes a um grupo de imigrantes italianos chegados à colônia em janeiro de 1884 e que até a visita do cônsul, em fevereiro, não haviam deixado o barracão de recepção de imigrantes. O diretor procura justificar a demora deste grande grupo que viera de Gênova a três motivos que ele menciona em uma carta que envia ao cônsul em abril do mesmo ano: as doenças, a demora na escolha dos lotes e ao fato destes imigrantes chegarem na estação chuvosa do ano, o que atrapalhava a viagem até os locais onde os mesmos receberiam os lotes. Com relação à escolha, o diretor menciona:

> Apesar de termos um número mais que bastante de lotes preparados com casas e derrubadas prontas para se ocupar e plantar, [...] aconteceu que foram ditos, logo que cá chegaram, por diversar pessoas (de cujos nomes ainda fico ignorante), que "<u>este</u>" ou "<u>aquele</u>" era o melhor lugar de todos na Colônia; [...] Sobressaiu, porém, nestas recomendações, aliás "<u>instigações</u>", o rio dos <u>Pinheiros</u> aonde tivemos apenas 7 casas desocupadas. [...].
> Mandei dizer a estes novos colonos que fossem examinar os lotes preparados com casas nesses rios acima mencionados.[...]. Replicaram-me que preferiram de ir para o rio dos Pinheiros, ainda mesmo escolhendo lotes mais para cima das casas existentes, para, depois de derrubados seos lotes, construir suas casas, eles mesmos.[...]
> Em vista da persistência deles, - e tendo eu reconhecido, desde o princípio, que não é boa política obrigar a um colono a entrar <u>desafeto</u> no seu lote, para ele depois tornar queixar e culpar a Empresa por qualquer falha na sua carreira [...], não vi outro remédio em relação a esta gente que o de deixá-los escolher seus lotes aonde quiserem e nas circunstâncias que mais aprouverem, mais principalmente que lhes tocavam, segundo nosso sistema, <u>livre escolha de seus lotes</u>[71].

O diretor procura demonstrar por seus argumentos que aquela situação fora circunstancial e que não era prática corrente os imigrantes aguardarem tanto tempo. Para isso, afirma que a livre escolha dos lotes, prática defendida pela empresa, na qual o imigrante tinha opção, era um tanto limitada, pois sempre que a escolha não correspondesse com os locais previamente pensados e preparados, percebe-se que havia certa queixa por parte do diretor. O

---

[70] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans – SC.
[71] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**

mesmo demora-se em explicações e procura transferir aos imigrantes a responsabilidade pela demora, quando na verdade a empresa era a responsável pela situação, pois ao deixar ao imigrante a opção de livre escolha, deveria possuir lotes preparados em todas as seções planejadas e com início de povoamento. Ainda mais para uma colônia que alimentava a pretensão de ser um modelo de colonização para o país.

É possível que sendo o rio Pinheiros um dos locais que primeiro recebeu imigrantes italianos, que um número maior de imigrantes da mesma origem decidisse escolher lotes naquela localidade ao invés de outras. Assim, falhou a direção em seu planejamento e tentou creditar aos imigrantes a responsabilidade decorrente desta falha, algo que não passou despercebido pelo cônsul. Sendo objetivo da viagem visitar a colônia para saber se a imigração para a mesma poderia ser recomendada ou não, parece que a direção perdeu alguns pontos com esta postura, pois a entrada de novos imigrantes registrada posteriormente nem de longe alcançou a expectativa da empresa.

Em relação ao tempo de espera no barracão de recepção, a empresa que fazia esforço para que a colônia Grão Pará tivesse destaque entre as demais, procurou atender aos imigrantes e colonos compradores de lotes com a maior rapidez. Procurava demonstrar que os atrasos na posse dos lotes eram excepcionais, como o caso destes imigrantes italianos que chegaram a esperar três meses para entrarem nos seus lotes. Entretanto, ao afirmar que o tempo médio de espera era de uma semana, logo se percebe que havia colonos que esperavam mais tempo que isso no barracão[72]. Deste modo, em nada se diferenciava do tratamento dispensado ao imigrante na recepção em colônias do Estado, com destaque aqui para a colônia de Azambuja, muito criticada pelo diretor da colônia Grão Pará, a época em que o mesmo foi chefe da comissão que estudou a possibilidade de estabelecer uma colônia neste local. Por fim, o diretor Leslie acaba reproduzindo a idéia inicial de Vieira Ferreira sobre recepção de imigrantes ao afirmar que "em todo caso é muito mais facil colocar rapidamente as pequenas partidas de colonos que as grandes".[73]

Outro apontamento do cônsul italiano referia-se a preocupação de não encontrar na área da colônia Grão Pará nenhuma atafona ou moinho de qualquer natureza, sendo necessário aos colonos grande deslocamento para obterem sua farinha de milho para a

[72] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC

[73] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**

polenta. Inicialmente a empresa de terras fornecia a farinha que era comprada de outras áreas. Entretanto, as primeiras colheitas aproximavam-se e era preciso prever os recursos necessários para moer à mesma. A resposta do diretor da colônia procurava satisfazer este apontamento do cônsul:

> Atenta a sua justa lembrança, resolvi estabelecer imediatamente quatro atafonas para milho, para servir aos colonos atuais, a saber:
> 1º Uma no rio dos “Pinheiros”, para servir aos Colonos italianos e brasileiros que residem nessa secção da Colônia.
> 2º Uma no rio “Capivaras” perto do lugar onde desagua no rio Pequeno (braço direito), para servir aos Colonos italianos e franceses que moram nessa secção.
> 3º Uma no rio “Pequeno” (braço esquerdo), para servir aos Colonos Alemães e polacos que habitam essa secção.
> 4º Uma no rio “Bravo” perto de sua barra com o rio Braço do Norte acima, par servir aos Colonos Alemães que residem nessa secção.
> Todas estas quatro atafonas estarão prontas em tempo para se moer as primeiras colheitas de todos os nossos colonos atuais.
> Em todos os Distritos da Colônia, encontram-se com quedas de agua, de uma altura e força suficiente para servirem-se de força motora para atafonas de milho e mais cereais, e para engenhos de açúcar, mandioca, etc.; podendo-se construir todas estas industrias no mesmo engenho em alguns dos lugares[74].

Na seqüência do documento o diretor da colônia afirma que a construção das quatro atafonas já estava contratada e que seriam utilizadas a mão de obra de colonos italianos que eram carpinteiros na Itália para construir as rodas d’água e demais equipamentos de madeira. As pedras de moagem seriam contratadas com pedreiros práticos preferencialmente entre os estabelecidos na colônia Grão Pará.

Entretanto, nem tudo saíra conforme o prometido ao cônsul. A atafona do rio Capivaras ficou pronta em 1884 e de rio Pinheiros entrou em funcionamento em 1885. Com relação à do rio Pequeno não há notícias de que foi levada a efeito sua construção por parte da direção da colônia. A do rio Bravo foi contratada apenas em 1886. A confecção das pedras de moagem acabou por ser contratada junto a um colono italiano estabelecido em Urussanga que possuía experiência e prática neste serviço. Inicialmente, estas atafonas funcionaram sob a fiscalização da direção da colônia, o que segundo o diretor permitiria praticar preços mais módicos, comparados com outras atafonas da região. Sendo assim, em poucos anos as respectivas atafonas foram vendidas a colonos interessados em cuidar deste serviço, seja em sociedade seja de forma individual[75].

---

[74] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**
[75] Carta de C. M. S. Leslie, Diretor da Colônia Grão-Pará ao Sr. Arthur Soares, Vice Diretor da Colônia Grão-Pará em 11 de abril de 1886. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC.

O que nos chama a atenção é que a direção da colônia pensada para ser modelo, só se deu conta da necessidade de instalação das atafonas para a moagem da produção de seus colonos e passou a investir em tal melhoramento, após ter sua atenção chamada por um representante do governo italiano. Isto reflete certo imediatismo da direção da colônia que andava com dificuldades para atrair imigrantes da Europa e rapidamente procurava sanar qualquer objeção apontada por uma autoridade européia, sobretudo da Itália, país do qual a empresa de terras, na década de 80 do século XIX, ainda esperava uma grande leva de imigrantes[76]. Outro exemplo deste imediatismo e da falta da estrutura em perfeito funcionamento e que gerou desconfiança por parte de imigrantes e do governo italiano refere-se à medição dos lotes coloniais. Era prática corrente demarcar apenas a frente dos lotes e deixar para mais tarde a medição completa dos mesmos. Devido à desconfiança que esta prática gerou ao cônsul, o diretor procurou justificar-se da seguinte forma:

> Tem Vossa Excia. toda razão em recomendar que uma medição completa de cada lote colonial fosse feita com a maior brevidade possível.
> Devido a ter, neste lugar, número limitado de agrimensores habilitados, tanto nos trabalhos de medição do terreno, como nos do gabinete aonde devem fazer e integrar as plantas de seu trabalho, - não era possível fazermos mais, até hoje, do que levantar as plantas dos rios Colonizados, ou por colonizar neste ano; e medir as frentes dos lotes nesses rios, e neles fincar marcos perto das frentes mostrando os lados dos respectivos lotes, assim como suas frentes pelos rios [...]
> Naturalmente, para se poder dar livre escolha aos colonos, as demarcações das frentes dos lotes devem exceder, em grande escala a chegada dos colonos, para não se fazer demorá-los na sua colocação, segundo sua preferência[77].

A direção não negava que o lote deveria estar demarcado completamente, mas referia-se a falta de pessoal especializado para coordenar este trabalho como motivo para atraso do mesmo. E procura potencializar este descuido na medição com uma informação considerada positiva, a de que era mais importante medir o maior número possível de frentes dos lotes para oferecer ao imigrante a livre escolha. Posterior a isso se levaria a efeito a medição das laterais como forma de definir as divisões entre os vizinhos que já ocupavam lotes, como podemos deduzir da seguinte afirmação:

> Para começar dar cumprimento a recomendação quanto aos lotes <u>ocupados</u>, mandei fincar marcos laterais neles até um ponto nos lados fora da possibilidade de sê-lo alcançado <u>pelas derrubadas deste ano</u>; - devendo nesta ocasião os dois colonos,

---

[76] LOCH, 1978.
[77] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC.

> limitrofes um a outro começarem fazer, entre si, sua "picada de divisão", de baixo da fiscalização do nosso agrimensor.[78]

Procurava a direção com esta atitude, minimizar a desconfiança levantada por parte do representante do governo italiano, quando da sua visita a colônia. Para tanto, assumia o compromisso possível, e por que não dizer, menos dispendioso, de demarcar até onde as derrubadas dos colonos alcançassem inicialmente, deixando para outro momento a demarcação completa dos lotes. Além do mais confirmava uma tendência que há muito se observava nas áreas de colonização com imigrantes em pequenas propriedades, a prática de mutirões para resolver questões que deveriam ser solucionadas pelas empresas de colonização ou mesmo pelo Estado, conforme o caso. Assim, sugeria o diretor que, uma vez que o agrimensor da empresa indicasse a direção da linha divisória com alguns marcos, os respectivos colonos vizinhos deveriam proceder a uma forma de demarcar esta linha divisória, seja por construção de uma cerca ou outro meio qualquer.

A medição dos fundos dos lotes era uma questão um pouco mais complexa, para a qual o diretor chamava a atenção do cônsul. Afirmava o diretor que esta medição deveria ser feita de uma única vez para todos os moradores da mesma secção dos respectivos distritos da colônia, pois o agrimensor precisaria necessariamente estar presente. Por outro lado esta medição seria levada a efeito somente no momento em que houvesse maior ocupação dos lotes de uma determinada secção, havendo lotes limítrofes ocupados, seja nas linhas divisórias laterais seja na dos fundos. Para que esta medição tivesse custo menor e para angariar a simpatia do cônsul e dos imigrantes o diretor sugere que:

> Os respectivos colonos interessados nas linhas divisórias, - quer dos lados quer dos fundos, - assistindo e ajudando neste trabalho, substituirão outros trabalhadores neste serviço; de que hão de lhes provir, não somente uma economia na custa da medição de seus lotes, como também aquelas certeza da exatidão da medição, e aquele conhecimento mútuo de suas linhas e marcos, de que V. Excia. faz tão justo empenho.
> Nesta ocasião, serão prolongadas as linhas dos lados de cada um lote até seu travessão do fundo.[79]

Após estas afirmações, o diretor pondera que este trabalho poderia esperar por mais um tempo, pois a prioridade daquele momento para a direção era o levantamento da

---

[78] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**

[79] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**

planta de todos os rios da colônia, de modo que cada colono tivesse sua frente voltada para um curso d'água. Ao diretor da colônia, interessava muito mais que cada colono imigrante tomasse a posse de seu lote e começasse a ocupá-lo com plantações para o seu beneficiamento e maior valorização das terras como deixa transparecer na sua carta:

> Esta demora não impedirá ao colono de entrar no seu lote e começar fazer suas derrubadas porque, conhecendo ele, pelos marcos fincados, tanto a linha da frente, como também as dos lados do seu lote até um ponto fora de toda possibilidade de ser alcançado pelas derrubadas do primeiro ano, - tem ele tudo quanto que seja preciso, para ele poder entrar no seu lote e principiar os trabalhos de seu estabelecimento; - o que não deve ser demorado, uma vez escolhido seu lote[80].

Portanto, o diretor procura afirmar que o mais importante seria o estabelecimento do colono com sua casa provisória e as primeiras derrubadas e plantações para que já na primeira colheita não dependesse mais dos auxílios da empresa para sua sobrevivência. Naturalmente, procurava desviar o foco da observação do cônsul, pois como seria interpretada na Itália, a notícia que os lotes não eram inteiramente demarcados logo no início da posse. Pode-se perceber que a demarcação total do lote, no que tange a sua ocupação não era de fato empecilho para que o colono pudesse plantar sua safra e construir e/ou ocupar sua casa provisória. Esta era uma formalidade que nunca foi de início cumprida pela colônia Grão Pará, tanto que os lotes só tinham suas medições definitivas, anos depois de ocupados.

Não obstante essas observações, uma outra era bastante importante ao cônsul e também ao responsável geral pela Empresa de Terras e Colonização, o comendador Caetano Pinto Júnior. Trata-se dos auxílios oferecidos aos colonos no momento de sua instalação. A princípio o plano da empresa era contar com imigrantes que possuíssem algum pecúlio e tivessem condições de se estabelecer na colônia sem precisar de auxílio da empresa, a não ser prazo para o pagamento do lote. Como este tipo de imigrante não era fácil de se encontrar, a empresa sentiu a necessidade de conceder além de prazo para o pagamento do lote, auxílios para sua instalação no mesmo. Estes auxílios poderiam compreender desde o pagamento das passagens da capital do império para a colônia Grão Pará até o subsídio para alimentação até a primeira colheita da família do imigrante. Estes auxílios deveriam ser reembolsados dentro de dois anos ao passo que o lote poderia ser pago em até cinco anos.

Em alguns casos, o volume de subsídios e auxílios era tão grande que uma série de situações embaraçosas envolvia esta contabilidade e levantavam desconfianças por parte

[80] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original.**

dos colonos que não sabiam se poderiam honrá-los; das autoridades italianas, preocupadas com as conseqüências que isto poderia gerar aos colonos de seu país e ao próprio chefe da empresa preocupado com o retorno do capital investido nesta rubrica.

Com relação à preocupação dos colonos e mesmo das autoridades italianas o diretor responde ao cônsul que o reembolso dos auxílios era uma questão mais importante para a empresa do que para os próprios colonos e pondera que:

> Da prosperidade do colono provém o reembolso dos adiantamentos; e o mais acelerada sua prosperidade, mais cedo voltará, para os cofres da Empresa, o capital empatado. O ponto importante então para a Empresa não é o reembolso do lote do colono; mas, sim o reembolso do Capital empatado, para poder logo reempregá-lo no auxílio dos colonos mais novos. Expulsar um colono de seu lote e dar entrada nele a um outro é simplesmente trocar um devedor por outro. A prosperidade do colono devedor – possuidor do lote – é o que mais precisa a Empresa; é o seu maior empenho!
> Só no ultimo caso deve a Empresa pensar em expulsar um colono. Um colono logo que torne próspero, não pode ser expulso; se, por sua preguiça, ou vícios, mostrar que nunca se tornará bom colono, será um dever da Empresa para com os vizinhos do colono ruim, substituí-lo por outro que seja colono bom.[81]

A empresa procurava com esta argumentação, acalmar qualquer desconfiança quanto a uma possível expulsão do colono de seu lote caso este não conseguisse honrar seus compromissos. Porém, faz uma ressalva. O colono deveria mostrar por seu exemplo ser merecedor do apoio oferecido pela empresa. Deveria sujeitar-se com humildade aos conselhos da direção da colônia quanto ao produto a ser cultivado e a época. Se o colono se mostrasse receptivo à orientação do diretor e trabalhador em seu cotidiano na lavoura, seria merecedor de crédito. Se não se mostrasse dedicado em sua lavoura e tão pouco seguisse as orientações a ele concedidas, e, passado o prazo para quitação da dívida não a tivesse pago, nem demonstrasse condições para tal, este colono corria sério risco de expulsão, como por vezes ocorreu.

A ação do diretor reflete bem a mentalidade construída ao longo de séculos na Europa em relação ao que Weber chamou de espírito do capitalismo, ou seja, o colono deveria utilizar todo tempo possível em atividades que pudessem render dividendo. Não desperdiçar um só minuto ou mesmo centavo em algo que não representasse investimento para retorno em futuro próximo, sob risco de passar a ser mal visto na comunidade em que vive[82]. Assim, certa ditadura do trabalho se impõe e o rigor na administração dos recursos familiares de

---

[81] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans - SC. **Grifos no original**

colonos passa a ser mais que uma necessidade, uma obrigação para que a mesma tivesse um bom conceito perante a administração da colônia.

Para as famílias de colonos que se sujeitassem à disciplina sugerida pela direção da colônia, o tratamento em relação às dividas poderia ser mais brando, como expõe o diretor ao cônsul na missiva que citamos anteriormente:

> Embora a Empresa tenha fixado verbalmente o prazo de dois anos para o colono efetuar o reembolso de seus adiantamentos, e não tenho dúvida que, na maioria de casos; o reembolso seja efetuado neste tempo – mais principalmente entrando no segundo ano nas turmas dos trabalhadores da Empresa, - o fato é, que o colono não está obrigado, por qualquer contrato aparte, nem por seu título provisório, de efetuar esse reembolso antes da expiração do referido prazo de 5 anos, - prazo este concedido no título provisório para o reembolso dos adiantamentos e o pagamento do lote.
> Estou pronto a dar uma assegurança formal que, caso o colono efetuar o pagamento da metade de sua dívida para com a Empresa até o fim de prazo de cinco anos nomeado no título provisório, que lhe esperarei, o prazo de mais um ano para cada duzentos mil reis (R$200$000) do restante da dívida, quer dos adiantamentos, quer do lote de terras.[83]

A empresa procurava desta maneira deixar claro que não faria nenhuma opressão para com os colonos que se enquadrassem no perfil traçado pela mesma[84]. Argumentava ainda que esta dilatação do prazo era compatível com os meios de produção com os quais o colono contaria ao final dos cinco anos estabelecidos no título provisório, tentando assim aplacar qualquer suspeita em uma possível conduta neste sentido. Menciona que em último caso o colono poderia valer-se das leis brasileiras que pressupunham que um devedor pode contar com dilatação de prazo para amortizar suas dívidas desde que demonstrasse possuir os meios necessários para quitá-las.

Se este era o tratamento dispensado ao colono imigrante que vinha diretamente para a colônia Grão Pará, o mesmo não se pode afirmar em relação aos colonos já estabelecidos no Brasil e que optaram por comprar lotes na colônia. Segundo o chefe da empresa, Sr. Joaquim Caetano Pinto Jr., estes não deveriam receber qualquer auxílio, pois já se encontravam no país ou já haviam recebido tais auxílios em outra colônia ou já deveriam possuir os meios para manter-se até a próxima colheita. Deste modo o compromisso da

---

[82] WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2.ed São Paulo: Ed. Pioneira, 2001.
[83] Borrão de carta enviada ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Gloria, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans – SC. **Grifos no original.**
[84] O perfil de imigrante desejado pela Colônia Grão Pará está descrito no documento **Condições da Colônia Grão Pará.** Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans – SC. Neste documento coloca-se como principais condições que o chefe de família deve ser trabalhador, econômico e de bons costumes, assim como os demais membros de sua família.

empresa para com estes deveria resumir-se ao prazo para pagamento do lote e a orientação em relação às plantações e aos produtos a serem desenvolvidos[85].

Como a situação não era favorável para conseguir imigrantes na Europa, o diretor Leslie resolveu dar aos colonos já estabelecidos no Brasil o mesmo tratamento dispensado aos imigrantes que vinham diretamente da Europa. Esta atitude o colocou em atrito com o chefe da empresa que já estava descontente com outros aspectos da sua administração frente à colônia Grão Pará. Na verdade a principal queixa de Caetano Pinto em relação à Leslie diz respeito à prestação de recursos gastos em auxílios, principalmente alimentação, concedidos aos colonos, tanto para os que vinham da Europa como para os que vinham de outras colônias do Estado de Santa Catarina[86].

O chefe da empresa reclamava que seu diretor não apresentava os balanços justificando onde e como haviam sido aplicados os recursos que de acordo com Caetano Pinto eram volumosos. Em razão disto enviou da Corte um guarda livros que tinha como função principal cuidar rigorosamente da movimentação financeira da colônia e garantir que a prestação de contas da mesma fosse feita dentro dos prazos estipulados entre a empresa e os príncipes conde e condessa D’Eu[87]. Leslie e Caetano Pinto divergiam na questão dos auxílios, como Leslie estava a conceder auxílios a quem o chefe da empresa não concordava, atrasava a prestação de contas apostando em um rápido reembolso por parte dos colonos. Somente a partir de 1886 os balanços e a prestação de contas passaram a ser apresentadas com a freqüência combinada e passaram a apresentar o reembolso do capital por parte dos colonos, o que permitia a empresa ter clareza sobre o que havia e estava sendo investido em auxílios aos colonos e o que estava retornando aos seus cofres[88].

Em função das dificuldades encontradas por Caetano Pinto para construir uma corrente imigratória à colônia Grão Pará, havia em parte repensado seus objetivos em relação a este empreendimento. Inicialmente projetado para ser um modelo de colonização no país e servir de exemplo a outras empresas privadas e mesmo ao Estado na sua política de colonização, em 1887 se a colônia funcionasse como uma empresa eficiente na venda de terras o comendador já estaria bastante feliz. Efetivamente, em fins de 1887, foi o que aconteceu. Seguido da emancipação da colônia Grão Pará, elevada a distrito em 1888, retirando da empresa as funções administrativas que até então dirigia. Assim, a Empresa de Terras e Colonização concentra suas atividades na venda de terras e em atividades comerciais

---

[85] LOCH, 1978.
[86] LOCH, 1978.
[87] LOCH, 1978.
[88] LOCH, p. 147.

associadas à exploração de recursos naturais, como a venda de madeiras retiradas das florestas da região, principalmente próximo aos rios Oratório e Laranjeiras[89].

Sobre o insucesso do comendador Joaquim Caetano Pinto Junior em seu projeto de colonização, Dall'Alba aponta que

> Depois de três anos, apenas 338 famílias! Esperava-se inteirar o número de 400 ainda no primeiro ano. Impressiona o grande número de famílias que se retiram da colônia. É natural. Nem todos tem fibra de heróis, e o pioneirismo é só para os heróis. Mas por isto mesmo vemos que as condições da colônia não eram as propagadas nos manifestos, nem eram as que os ideadores haviam sonhado. O insucesso da campanha de recrutamento do Comendador certamente foi dos fatores mais ponderáveis. Não tendo grande afluxo de colonos, faltaram os meios para as benfeitorias básicas[90].

A experiência da colônia Grão Pará demonstra que em matéria de colonização nem sempre as boas intenções eram suficientes e que criticar o Estado brasileiro pela maneira como conduziu este processo era simples, mas desenvolver um projeto de colonização com chances de dar certo, sem o auxílio do mesmo, mostrou-se uma experiência pouco confiável. Via de regra as colônias privadas acabavam beneficiando-se de várias áreas de terras medidas anteriormente pelo Estado e mesmo de auxílios que o mesmo concedia aos imigrantes, como passagem gratuita. A colônia Grão Pará torna-se ainda mais interessante por ser organizada em patrimônio público, transformado em dote da princesa Isabel. Ao Estado coube uma série de atribuições das quais destacamos algumas anteriormente. Os príncipes tinham direito a 98 léguas quadradas, e acabaram por medir todas estas terras em Santa Catarina. Em 1887 apenas 24 léguas estavam demarcadas no alto vale do rio Tubarão. Algo em torno de 53 léguas foram medidas no Norte do Estado nos vales do rio Negro e Itapocu. O restante fora medido em Tubarão até completar toda a área de terras em fevereiro de 1888[91].

O ano de 1887 marca um intenso movimento de medições de terras no Sul do Estado para completar as terras que faltavam para o dote da princesa. Inicialmente pensaram em requerer novamente às terras que anteriormente haviam sido medidas em Araranguá, mas tiveram que deixá-las de lado, pois a província de Santa Catarina havia requerido para seu patrimônio, seis das 12 léguas medidas na época. (conforme mapa n° 4 entre as pág. 73 e 74) Ainda neste ano, foram medidas mais oito léguas quadradas, mas apresentavam problema por já estarem localizadas dentro da área destinada à expansão da colônia Azambuja, como atesta

[89] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros...** p. 98-9.
[90] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros...** p. 98
[91] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros...** p. 21

a correspondência do engenheiro Francisco Ferreira Pontes ao inspetor especial das terras e colonização:

> Comissão de Terras e Colonização
>
> 12 de Novembro de 1887
>
> Verificando que as medições de terras para o patrimônio dotal de S.S. A.A. I.I. os Srs. Conde e Condessa d'Eu, que a princípio eram feitos nos terrenos adjacentes a margem esquerda do rio Tubarão, em continuação ao patrimônio ali medido anteriormente, havendo transposto o mesmo rio entraram no território da ex-Colônia Azambuja, abrangendo as terras sitas entre os núcleos do Estado, quer existentes, quer em formação, e o Rio Mãe-Luzia limite Oeste da mencionada ex-Colônia, ponderei ao digno Engenheiro Fiscal das referidas medições, em conferência com S.Sª., o prejuízo que para a mesma ex-Colônia resultaria do plano de medições no Município de Araranguá, para o patrimônio de S.S. A.A. I.I., visto a ex-Colônia Azambuja ser constituída de núcleos mantidos pelo Governo, que ficariam privados de desenvolvimento na área que lhes fora reservada para tal fim, acrescendo que o mesmo plano compreenderia os lotes medidos nas margens do rio Sangão em número de 155 como tudo consta do mapa respectivo.
> Declarando-me porém, definitivamente, o mesmo Engenheiro que em virtude de ordens recebidas o contratante das medições em questão deveria completar o patrimônio no Município de Araranguá compreendendo as terras medidas no ano de 1870, e considerando mais, que estas terras haviam sido rejeitadas para o patrimônio, naquela época, foram anexadas ao território da ex-Colônia Azambuja, medindo-se nelas os lotes já referidos, que importa em despesa feita pelo Governo, julgo de meu dever levar ao conhecimento de V.Sª. o que venho de expor a fim de que V.Sª. se digne de providenciar no sentido de que seja esclarecida a Comissão a meu cargo sobre o modo porque deverá proceder em tais circunstâncias[92].

Estas terras não foram incorporadas ao patrimônio dotal da princesa, apesar dos esforços dos procuradores dos príncipes. Entretanto, a proclamação da república em 1889 e a publicação do Decreto n.º 528 (lei Glicério) no ano seguinte, algumas mudanças se processaram na área de colonização com imigrantes. Por fim o Decreto n.º 1050 de 21 de novembro de 1890, incorporou ao Estado o patrimônio dotal da princesa. Esta representou, em parte mais uma mudança. Em parte porque em 08 de novembro daquele ano os príncipes haviam vendido as terras da região de Tubarão para a Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil, uma vez que não viam mais possibilidades de restabelecimento da monarquia no Brasil e perdurava seu exílio fora do país[93]. Entretanto a colônia Grão Pará continuou a ser povoada sob a responsabilidade da empresa, que se limitava nesta época à venda de terras e aproveitou-se da imigração de russos e poloneses dos anos de 1891 e 1892 favorecidas pela lei Glicério, para ampliar seus negócios.

---

[92] Ofício do Engenheiro Francisco Ferreira Pontes ao Ilmo. Sr. Dr. Augusto Fausto de Souza Jr. Inspector Especial das terras e colonização In: **Ofícios Comissão de terras e colonização de Tubarão dos annos de 1887-88.** p. 91 e 91v. APESC

[93] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros...** p.21

O outro caso de colonização por empresa privada no Sul Catarinense também se beneficiou dos investimentos públicos. Trata-se da colônia Nova Veneza, organizada em terras devolutas do Estado. Parte destas terras estava prevista inicialmente para a expansão da colônia Azambuja, como as terras próximas ao rio Mãe Luzia, na localidade que recebe o mesmo nome do rio e arredores. Em suas memórias o desembargador Vieira Ferreira descreve os primeiros estudos destas terras, mencionando uma exploração feita por seu pai o engenheiro Vieira Ferreira, nas terras as margens do rio Mãe-Luzia[94].

Estas terras aparecem no mapa de 1881 como reservados para expansão da colônia Azambuja. Parte delas também foi incorporada temporariamente ao patrimônio dotal, e dez anos mais tarde são concedidas à empresa Ângelo Fiorita e Cia. por contrato de 22 de outubro de 1890 para a formação de um burgo agrícola de acordo com o previsto na lei Glicério[95]. A colônia recebeu imigrantes entre 1891 e 1897 e sua área de abrangência correspondia aos atuais municípios de Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e parte do município de Criciúma[96].

Em 16 de junho de 1891 a empresa Ângelo Fiorita e Cia. realizou uma cessão de direitos e obrigações relativos ao contrato celebrado com a União para a Companhia Metropolitana, que se tornou a responsável pela colônia Nova Veneza, mantendo todos os funcionários que estavam a serviço da antiga proprietária da colônia, inclusive Miguel Nápoli, diretor da colônia[97]. Nos anos de 1891 e 1892 a colônia recebeu um fluxo razoável de imigrantes que foi reduzindo à medida que o movimento federalista alcançou o Estado de Santa Catarina, fazendo com que a imigração para o Sul do Estado fosse bastante reduzida.

Ao final deste conflito, além da necessária reconstrução de algumas áreas, o governo federal definiu que não mais subsidiaria passagens aos imigrantes e que este tipo de auxílio seria prerrogativa dos governos estaduais. O governo do Estado de Santa Catarina não se interessou em patrocinar esta atividade, alegando para tanto falta de recursos. Esta determinação fez com que a vinda de imigrantes para o Sul do Estado se restringisse a amigos e parentes dos já instalados nas colônias existentes, que para tanto os chamavam.

Entretanto, antes do decreto que cessava os subsídios aos imigrantes fosse aprovado, a Companhia Metropolitana buscou estabelecer a colônia Nova Veneza e fazê-la funcionar de acordo com o previsto na lei Glicério, visando principalmente aos "prêmios"

---

[94] VIEIRA FERREIRA, 2ªed. p. 81.
[95] BORTOLOTTO, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 1992. p. 17.
[96] BORTOLOTTO, 1992.
[97] BORTOLOTTO, p. 19

oferecidos pelo governo federal as empresas que cumprissem com o estabelecido na referida lei, no tocante a implantação de núcleos coloniais com imigrantes europeus. Além da medição dos lotes e devida escrituração, de realizar o devido controle das contas dos colonos, a empresa procurou ampliar a sua área de atuação no sul catarinense, requerendo novas áreas de terras. Entre as áreas escolhidas estavam previstas as criações do núcleo Antonio Olyntho, ao sul da então colônia Nova Veneza e a colônia Trinácria, ao norte da mesma.

Porém, concomitante a esta iniciativa da Companhia Metropolitana, estava sendo colonizado o núcleo Hercílio Luz e parte do núcleo Accioly de Vasconcellos ambos na área da ex-colônia Azambuja, sob a responsabilidade da comissão de terras instalada no município de Tubarão. A Companhia Brasileira Torrens era uma empresa criada para realizar a medição de lotes e abertura de caminhos provisórios para implantação de núcleos coloniais em terras devolutas do Estado.

Esta empresa assinou contratos com o governo para prestar tais serviços, dos quais, esperava-se qualidade melhor do que se fossem feitos por administração, termo utilizado na época (final do século XIX) para designar este serviço quando feito pelos funcionários da comissão de terras. No sul catarinense foram medidas duas áreas sob a responsabilidade desta empresa, nas quais foram fundadas as povoações de 1ª e 2ª Linha Torrens no núcleo Accioly de Vasconcellos e o núcleo Hercílio Luz, abrangendo uma área que hoje compreende as localidades de Morro Estevão, Sangão, 1ª e 4ª linha e parte da localidade de Verdinho, no município de Criciúma e parte das localidades de Vila Nova, Mineração e 3ª linha – São Rafael no atual município de Içara. Estes núcleos foram fundados à mesma época que a colônia Nova Veneza e de certo modo esperavam pelos mesmos imigrantes. Para Nova Veneza deslocaram-se majoritariamente os imigrantes italianos, ao passo que os núcleos coloniais do Estado receberam imigrantes de várias nacionalidades com destaque para italianos, russos, alemães e poloneses.

No entanto, a área de 30.000 hectares requerida pela Companhia Metropolitana para implantar o núcleo Antonio Olyntho, da qual foi feito anúncio em edital público em setembro de 1894[98], já havia sido medida pela Torrens e estava prevista para expansão dos núcleos nela instalados. A este respeito se manifestava o engenheiro Arnaldo Muniz Bitencourt, responsável pela comissão de terras no Tubarão nos seguintes termos:

> Levo ao vosso conhecimento que a Companhia Metropolitana apresentou ao fiscal dos trabalhos Dr. Polydoro Olavo de Santhiago uma planta na qual projetou o Novo Núcleo, invadindo o perímetro, e tirando a essa Comissão as melhores terras. Como

[98] BORTOLOTTO, p. 57-8.

> bem sabeis o limite Oeste da Torrens, hoje Núcleo Hercílio Luz, é o Rio Amola Faca e parte do Itupava até o Costão da Serra, limites estes descriminados em 1891, e se não acha-se subdividido em lotes, é por ter tido ordem de parar os trabalhos por falta de imigrantes. A Companhia agora projetou e remeteu planta ao fiscal, e pediu ao Governo para dar permissão de utilizar-se de uma zona não aproveitada pela Torrens!! e assim vai ela até o Rio Manoel Alves, de maneira que fica o Núcleo Hercílio Luz, sem terras para desenvolver-se, unicamente para comodidade do pessoal de Nova Veneza.
> Peço-vos reclamar junto do Governo da União e Estadual contra tal extorsão; pois não podendo fazer como queiram a princípio, lançam agora mão deste novo expediente. Em meu poder estão as cadernetas originais dessa divisa, e breve vos mandarei uma planta dando perfeita idéia de todo o assunto.
> Novamente peço-vos atrapalhar tal pedido, prestando assim importante serviço a esta comissão[99].

Quatorze dias depois, em 28 de novembro de 1894 o mesmo engenheiro envia a planta que havia prometido ao delegado de terras e colonização do Estado de Santa Catarina, acrescendo o seguinte comentário:

> Vai bem marcado o perímetro da Torrens, e também as terras que pretende a Companhia Metropolitana, e para mostrar-vos de que ordem é a pretensão da Metropolitana, basta ver a planta que vos remeto, pois além de querer essa Companhia tirar-nos as terras necessárias a essa Comissão desde o Rio Amola Faca até o Rio Manoel Alves, ainda tiveram o arrojo de projetarem as terras que requerem em terrenos particulares entre os Rio Amola Faca, Itupava, como podeis verificar. Na parte que pertence a esta Comissão e que querem nos tirar, existe uma posse e alguns intrusos nas matas que estão sobre a proteção da lei. Espero que vós, bastante conhecedor como sois de tais trabalhos e com o grande interesse que tendes mostrado em salvar os interesses da União, dareis o golpe definitivo nesta questão que tanto tempo tem nos roubado, e tanto prejudicará esta comissão se não for resolvido como é de justiça. Confiado na vossa esclarecida inteligência, espera esta chefia que mais uma vez, mostrareis que essa Delegacia sabe fazer justiça e salvar os interesses do Governo da União[100].

Bortolotto pondera que apesar do núcleo Antonio Olyntho estar devidamente demarcado, com planta e plano de ocupação, ainda não havia sido efetivamente implantado até setembro de 1896, quando o governo federal, rescindiu o contrato firmado em 1890, sugerindo que algo havia emperrado a implantação do mencionado núcleo[101]. Pelas correspondências acima apresentadas podemos inferir que as instâncias feitas pela comissão de terras por um lado e as condições gerais para recepção de imigrantes a partir de 1895 devem ter contribuído para que tal acontecesse desta forma.

---

[99] Ofício do Engenheiro Arnaldo Muniz de Bittencourt ao Delegado das terras e Colonização no Estado de Santa Catharina datado de 14 de novembro de 1894 in: **Ofícios Commissão de terras e colonisação do Tubarão do anno de 1894**. p. 76 e 76v. APESC. **Grifos no original.**

[100] Ofício do Engenheiro Arnaldo Muniz de Bittencourt ao Delegado das terras e Colonização no Estado de Santa Catharina datado de 28 de novembro de 1894 in: **Ofícios Commissão de terras e colonisação do Tubarão do anno de 1894**. p. 85 APESC.

2.3 A discussão sobre as melhores colônias: as públicas ou as privadas

Os acontecimentos envolvendo terras devolutas já medidas pelo Estado para implantação de colônias e pretendidas pelas empresas privadas, seja pela colônia do Grão Pará, seja pela colônia Nova Veneza abriu espaço para outra reflexão envolvendo a opinião dos que presenciaram tais fatos e dos que se dedicaram a historiar a ocupação do sul catarinense por meio das chamadas obras de história local. A questão sobre qual tipo de colônia era melhor, as públicas ou as privadas[102].

Comumente as obras de história local procuram valorizar a organização e o "perfeito" funcionamento das colônias privadas em detrimento das colônias do Estado, onde os colonos ficavam abandonados à própria sorte. Entretanto, foi possível entrever na documentação que tanto as colônias privadas como as públicas possuíam vantagens e desvantagens, pois a atividade de promover a colonização com imigrantes europeus sofreu variações de tratamento conforme o período, com legislações diferentes sobre esta matéria e uma maior ou menor experiência dos envolvidos com o órgão responsável por este serviço.

O cônsul do reino da Itália em Florianópolis, Cav. Alberto Roti, em 1895 visitou as colônias com imigrantes italianos no Sul Catarinense e escreveu extenso relatório a respeito das condições de cada colônia e como deveria proceder o italiano interessado em migrar para este Estado. Entre as considerações do cônsul estão às relativas às condições de instalação dos imigrantes, seja nas colônias privadas seja nas públicas e recomenda aos possíveis imigrantes o seguinte:

> A preferência a dar-se às colônias governativas ou às propriedades particulares do ponto de vista pessoal, deve provir das aptidões pessoais do imigrante, de sua natureza, de suas condições especiais. Se possuir as forças necessárias para lutar com maiores dificuldades, sem recorrer a uma assistência que um dia deverá pagar, dirija-se as colônias do Governo, onde sentir-se-á mais abandonado.
> Em compensação terá a vantagem de encontrar uma dívida menor, não sujeita a juros, e larga tolerância quanto à época de execução. De outra maneira escolha as colônias particulares, onde encontrará uma dívida maior, sujeita a juros, e estará expostos a eventualidades inerentes às empresas comerciais, que a lei não prevê e não pode impedir, mas onde encontrar-se-á mais guiado e mais bem sustentado e assistido.
> Mas qualquer que seja a decisão, procure um núcleo, se possível, onde já estejam colocadas outras famílias de compatriotas, nos quais, em caso de necessidade, terá

---

[101] BORTOLOTTO, p. 58
[102] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros...** ; BORTOLOTTO, 1992.

> um arrimo seguro, que os velhos colonos se orgulham de prestar aos recém chegados[103].

Alberto Roti desenvolve uma análise que se mostrou verdadeira ao longo dos anos em que a colonização com imigrantes da Europa se desenvolveu no Sul Catarinense. Excluindo-se os anos compreendidos entre 1877 a 1881 em que o engenheiro Vieira Ferreira esteve à frente da colônia Azambuja, fixando residência na sede desta, as colônias oficiais ou popularmente chamadas “do governo”, eram caracterizadas pela ausência do administrador imediato. Nas colônias privadas, pelas próprias características de empresa comercial, o diretor morava na sede da mesma e procurava administrar pessoalmente cada detalhe[104].

De maneira geral a administração das colônias privadas, caracterizava-se por um rígido controle da contabilidade, dos investimentos, dos empréstimos feitos aos colonos, dos pagamentos realizados, produzindo, inclusive, mapas detalhados onde constava o nome de cada colono e o respectivo lote onde o mesmo estava estabelecido. Também era verdadeiro que a presença do diretor transmitia maior segurança aos recém-chegados que se sentiam confortados com o empenho do diretor em atendê-los, entretanto, não é menos verdadeiro que o controle sobre as atividades destes imigrantes era bastante rígido no tocante ao pagamento das dívidas e, por conseguinte o peso das mesmas era oneroso ao colono. Não devemos esquecer que estas colônias por vezes não cumpriam com o que fora anunciado na propaganda como, por exemplo, o caso das atafonas na colônia Grão Pará, como vimos anteriormente.

Entretanto, podemos vislumbrar algo comum às três colônias implantadas no Sul Catarinense, a Azambuja, a Grão-Pará e a Nova Veneza. Nas três a presença do diretor na sede da respectiva colônia, nos primeiros anos de povoamento garantia certa segurança aos imigrantes recém-chegados e também oferecia a possibilidade de um controle de todas as atividades das respectivas áreas, pois o local de moradia de todos estes diretores sempre foi no ponto mais alto da respectiva sede, o que denota claro objetivo de fiscalizar ao longe e de mostrar constantemente a presença do responsável geral pelo local, uma vez que a construção que servia de moradia ao mesmo era sempre avistada a longa distância. Deve-se também lembrar que por estar na sede tornava-se local de convergência na colônia e notadamente em torno dela fixava-se o pequeno comércio dos primeiros tempos nas respectivas colônias.

---

[103] Relatório do Cav. Alberto Roti, Cônsul Real em Florianópolis, outubro de 1895, intitulado Italianos no Sul de Santa Catarina In: DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração Italiana em Santa Catarina: documentário**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 54-5.

[104] VIEIRA FERREIRA, 1941; DALL’ALBA, 1971; BORTOLOTTO, 1992; LOCH, 1975 e SANTOS, P. L. 1882.

Porém, como afirma Roti, a opção pelas colônias privadas acabava acarretando aos imigrantes uma dívida de maior montante e com prazo menor para quitação, ainda que tivesse um acompanhamento mais efetivo por parte dos administradores da mesma que colocavam a sua disposição os recursos de maneira fácil, a ponto de o cônsul chamar a atenção dos seus compatriotas ao afirmar que “é, na prática, uma medida em geral perigosa o auxílio em dinheiro, que, a título de empréstimo, é concedido aos colonos pelas empresas privadas. De fato, contribui para aumentar a dívida do colono, desde a origem, maior nas colônias privadas que nas governamentais”[105].

Por sua vez, a presença do responsável imediato pelos núcleos coloniais do governo, só foi efetiva nos primeiros anos, com o engenheiro Vieira Ferreira, como mencionamos acima. Após a emancipação da colônia Azambuja, organizaram-se sucessivas comissões de medição, responsáveis por medir os lotes e neles colocar os imigrantes com destino aos núcleos coloniais do Estado. Entretanto, estas comissões não permaneciam por muito tempo num único local e por vezes eram desfeitas com pouco tempo de funcionamento. Por longo período um agrimensor fixou residência em Pedras Grandes, uma das localidades que integraram a colônia Azambuja, ainda que de povoamento mais antigo, e de lá atendia aos colonos dos diversos núcleos, seja para pagamento dos lotes ou para outro serviço que caberia ao Estado. Esta falta de um controle mais efetivo contribui para o quadro que o cônsul relata em que a dívida nas colônias oficiais além de menor era de execução mais demorada.

Outro agravante era o fato de que, depois de proclamada a república, a sede da comissão de terras do município de Tubarão foi instalada na sede deste município e não nas áreas coloniais como previa a legislação o que, de certo modo contribuiu para um controle menos eficiente por parte deste órgão em relação as suas obrigações. Principalmente no que tange a cobrança das prestações dos lotes, pois que, estando o diretor ou o responsável pela cobrança morando a 80 quilômetros destes núcleos, como era o caso, quando a sede da comissão foi instalada na sede do município de Tubarão, esta cobrança se tornava dificultada.

Esta distância também foi percebida e comentada pelo cônsul Roti, afirmando que “as comissões de terras [...] devem, pelo decreto de 5 de julho de 1892, ser localizadas no próprio local em que trabalham, de modo que se encontrem próximas dos pontos em que se desenvolvem os serviços que estão sob sua responsabilidade. Na prática localizam-se nas

---

[105] Relatório do Cav. Alberto Roti, Cônsul Real em Florianópolis, outubro de 1895, intitulado Italianos no Sul de Santa Catarina In: DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração...** p. 50.

sedes dos municípios"[106]. A este respeito os próprios responsáveis pelo órgão reclamavam com seus superiores procurando mostrar a irracionalidade desta medida, como por exemplo, o engenheiro Arnaldo Muniz Bitencourt em correspondência ao delegado de terras e colonização em Santa Catarina:

> Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, achando-se esta Comissão com a sua Sede em Tubarão, e que com isso fica o serviço e o governo da União bastantes prejudicados pelos motivos que passo a expor a V. S.ª: peço a retirada da sede da Comissão para algum dos núcleos: 1º Tubarão, [...] fica 82 quilômetros distante dos colonos mais novos e estes para virem ao escritório fazem esse enorme trajeto esmolado, pois estes infelizes estão realmente na miséria. 2º Com a mudança do escritório para as colônias conforme preceitua o Art.º 17 do Regulamento aprovado pelo Decreto 927 de 5 de julho de 1892 traz economias para a União, pois não se pagará mais aluguel para escritório, e posso melhor cumprir com os meus deveres, o que me é impossível ficando aqui. Sei que o resultado deste pedido é ser exonerado do cargo de chefe desta comissão, segundo as ameaças que tive, porem fico satisfeito em ser exonerado por ter cumprido com o meu dever. Finalizando peço a V.S. mandar com a máxima urgência ordem para que efetue-se tal mudança e possam os colonos serem melhor administrados e eu cumprir os meus deveres. Confiado na retidão que V.S. tem dado a esse ramo de serviço público que administrais. Espero ser atendido para melhor prestar os meus serviços ao Governo da República, que tanto necessita de trabalhos reais, e não de fantasia e desperdícios[107].

A menção a exoneração é complexa de ser entendida. A lei diz que a sede das comissões de terras deve estar estabelecida dentro dos limites das colônias. No Sul Catarinense, ao contrário de outras regiões, a sede do município ficava distante da área colonial o que prejudicava as ações desta. Entretanto, como era de praxe, a sede foi instalada na sede do município de Tubarão e como regra usual esta localização parecia inquestionável. Outros fatores, como conferir prestígio político a algum líder local pode ter interferido nesta definição, ou mesmo o temor de que a concentração gradativa destes órgãos em núcleos das áreas coloniais pudesse projetar emancipações, o que paradoxalmente acabou ocorrendo justamente pela falta destes serviços estarem ao alcance efetivo da população que dele dependia.

Entretanto, em que pese o distanciamento dos núcleos e todos os problemas estruturais que discutimos ao longo do trabalho, os órgãos estaduais coordenaram de modo planejado a ocupação de áreas em que até pouco tempo se supunha eram fruto da organização espontânea dos próprios colonos. Um exemplo bastante significativo foi à organização da

---

[106] Relatório do Cav. Alberto Roti, Cônsul Real em Florianópolis, outubro de 1895, intitulado Italianos no Sul de Santa Catarina In: DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração...** p. 22

[107] Ofício do Engenheiro Arnaldo Muniz de Bittencourt ao Delegado das terras e Colonização no Estado de Santa Catharina datado de 21 de novembro de 1894. In: **Ofícios Commissão de terras e colonisação do Tubarão do anno de 1894**. p. 83 APESC.

sede do núcleo Criciúma. Por algum tempo, presumiu-se nas obras de história local que no núcleo Criciúma, uma vez distribuídos os lotes, fora totalmente abandonado à própria sorte pelas esferas governamentais[108]. Porém, podemos verificar que dentro das possibilidades de trabalho das comissões de terras, Criciúma recebeu o tratamento que era comumente dispensado a todos os núcleos coloniais, talvez com a presença menor dos responsáveis pelos serviços de colonização em função dos motivos acima discutidos. Com relação à estruturação da sede do núcleo, que posteriormente deu origem ao centro urbano da cidade de mesmo nome encontramos a seguinte descrição:

> Achando-se o Núcleo Cressiuma com uma área muito insignificante para sede do mesmo núcleo, visto estar intercalado na sede o lote rústico do Colono De Agostinho Antonio, este compareceu neste Escritório, propondo a troca do seu lote por dois lotes no Rio Sangão, os quais foram medidos pela Empresa Torrens.
> É de grande conveniência a troca, visto que torna-se muito necessário o alargamento daquela sede, e com isto muito lucrará o governo dividindo em lotes urbanos, no que há muitos Compradores para os mesmos, e prontos a edificarem; proporcionando no entretanto o embelezamento da mesma sede. Consulto-vos no entretanto a respeito[109].

Em janeiro de 1896 estava pronta a planta da sede do núcleo Criciúma da ex-colônia Azambuja. Até o momento este é o mapa mais antigo sobre o perímetro urbano do município de Criciúma que temos conhecimento, o qual apresentamos sob o n.º 7 (entre as pág. 102 e 103). A planta então apresentada e aprovada, com as devidas medições e compras dos lotes urbanos pelos interessados, configurou o espaço do atual centro urbano da cidade de Criciúma, definindo o local para a igreja, a praça, as ruas principais e seus respectivos nomes.

A igreja então situada próxima ao rio foi projetada para o outro lado da praça, reservando-se também os espaços para a casa paroquial e outros serviços eclesiásticos. O local para encontro e divertimento público, a praça, recebeu o nome de "Etelvina Luz", em homenagem ao então governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Hercílio Pedro da Luz, a quem se procurou creditar este feito como forma de colher os dividendos políticos da ação.

---

[108] ARNS, 1985 e MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma.** Florianópolis: Ed. do Autor/IOESC, 1991.

[109] Ofício do Engenheiro Arnaldo Muniz de Bittencourt ao Delegado das terras e Colonização no Estado de Santa Catharina datado de 13 de outubro de 1894. In: **Ofícios Commissão de terras e colonisação do Tubarão do anno de 1894**. p. 45 APESC.

Fotografia 2 - Igreja de São José, sede do núcleo Cresciuma, em 1895.
Acervo Arquivo Histórico de Criciúma

Fotografia 3 - Construção da nova Igreja de São José, no outro lado da praça, em 1909.
É interessante perceber a vegetação presente em torno da sede, principalmente nos morros.
Acervo Arquivo Histórico de Criciúma.

Outro aspecto interessante nesta planta é justamente o traçado das ruas, inalterado nestes trechos até hoje, e o fato da intervenção dos órgãos governamentais no sentido de regularizar as propriedades e os logradouros públicos, desta área como forma de consolidar a área urbana do núcleo que a esta época já havia sido elevado à categoria de distrito de paz do município de Araranguá. Isto comprova que apesar do relativo abandono em que os núcleos coloniais do Estado se encontravam, fato notado pelo cônsul Roti, dentro de suas possibilidades e objetivos o Estado atuava para construir uma infra-estrutura básica para a área colonial, convencido naturalmente que este conjunto de melhorias contribuiria para atrair novos imigrantes. Em termos de atuação e planejamento, as colônias do Estado não chegaram a ser o caos por vezes alardeado pelos seus críticos, uma vez que podemos constatar por meio de mapas que havia um plano de ocupação para região e a previsão de sua posterior expansão, inclusive com reserva de terrenos para este fim.

A efetivação destes serviços de organização dos núcleos urbanos e as respectivas sedes dos núcleos também se vinculavam com o desejo do governo de ampliar as áreas ocupadas com imigrantes e dinamizar a economia destas, ainda que a principal reivindicação para que tal ocorresse era a abertura e manutenção de boas estradas o que levou anos para ser efetivado. Por outro lado, à consolidação destes espaços urbanos atendiam a uma aspiração antiga dos imigrantes, remetendo as formas de organização das comunidades de origem, onde as residências ficavam colocadas em um núcleo urbano, a vila, e nos seus arredores ficavam os campos por eles cultivados.

Fotografia 4 – Vista de 1910, onde aparecem as residências de Pedro Benedet e Frederico Minatto, tendo a praça a sua frente, que nesta época constituía-s em um grande pasto, onde aos domingos as pessoas encontravam-se após a freqüência a igreja. Acervo do Museu Augusto Casagrande

A estrutura de colonização promovida pelo Estado brasileiro contrariou este modelo de comunidade vivenciado na Europa, uma vez que nas áreas coloniais havia o planejamento de um núcleo urbano, em torno de uma praça onde deveriam ficar as principais unidades administrativas de uma colônia e a previsão de espaço para instalação de outras tantas em caso de desenvolvimento econômico deste núcleo. Somente após alguns anos, os imigrantes que conseguiam uma maior produtividade em suas colheitas conseguiriam adquirir lotes nestes locais e invariavelmente acabavam por colocar uma casa comercial para atender aos compatriotas lucrando sobre a movimentação da produção agrícola da colônia, mediante a compra da safra dos colonos para posterior venda aos centros maiores e na venda ao mesmo colono dos produtos que a terra não fornecia e eram trazidos aos núcleos coloniais por estes mesmos comerciantes.

À medida que estas comunidades se desenvolviam percebe-se uma tendência das áreas com ocupação por italianos: as famílias que prosperam na agricultura e acumulam um pequeno capital, acabam por abandonar este atividade e passam a dedicar-se ao comércio ou

outras atividades na sede do núcleo aonde posteriormente iria se formar um ambiente citadino e com aspirações de urbanidade. Nestes núcleos construia-se a igreja, símbolo da religiosidade e primeira construção pública empreendida por um grupo de imigrantes italianos. A praça do núcleo aos poucos se transforma no local público de encontro das pessoas da comunidade e como sustentamos anteriormente, no caso de Criciúma, este local de encontro não surgiu de modo espontâneo, mas sim com a intervenção das esferas administrativas que determinaram a localização destes espaços na sede do núcleo colonial.

Entretanto, as colônias ao mesmo tempo em que se desenvolviam provocavam sentimento diverso em seus membros, que ficavam divididos entre a construção de novas cidades e a reconstrução de um mundo que não mais existe, qual seja a aldeia que abandonara no continente europeu. Por vezes ficam registros de tentativas de se reproduzir nas colônias do Brasil os hábitos culturais dos locais de origem. Porém, estes hábitos por vezes são incentivados por pessoas que partem da Itália em momento posterior ao da fundação das colônias, como os sacerdotes que vinham atender estas populações, e tentam incutir aos compatriotas a necessidade de se reconstruir um mundo do qual o mesmo não se sente mais parte.

De qualquer modo nas áreas coloniais observa-se a formação de uma cultura que chamamos de cultura das áreas coloniais, onde se conservava elementos culturais das aldeias de origem que seriam adaptados para a nova realidade com que se deparam os imigrantes. Assim, não observaremos com o passar das duas primeiras gerações uma cultura italiana nas áreas coloniais, mas sim uma cultura típica das colônias onde os imigrantes formulam novas práticas culturais, que envolvem desde o cultivo da terra até o idioma falado. Esta nova maneira de se relacionar com o meio circundante, que também é novo, leva os imigrantes ao confronto: civilização versus floresta, onde a última seria vista como o local do desconhecido e que, portanto, vencê-la seria vencer os obstáculos ao progresso.

Assim, nesta perspectiva de vencer a floresta e implantar o progresso, representado pela civilização, que preconizava o povoamento com pessoas integradas aos objetivos da sociedade nacional e interessadas em produzir riquezas nas áreas recém desmatadas, os descendentes destes primeiros imigrantes, e também as novas levas que foram chegando ao Sul Catarinense estabeleceram-se nas colônias já existentes ou protagonizaram a expansão destas pelo Extremo Sul Catarinense, seja na forma de colônias particulares ou por aquisição de terras junto a outros proprietários.

A colonização no Sul Catarinense, da mesma forma como aconteceu em outros locais, se processou com os lotes de colônia sendo demarcados em meio à mata atlântica, num

processo em que “a floresta dava lugar às cidades, às estradas, às propriedades de colonos com seus pastos e roças”.[110] Esta distribuição dos lotes dado seu tamanho médio (250x1.000m), num primeiro momento, favoreceu o isolamento dos colonos. A cada nova geração e nova leva de imigrantes derrubava-se maior porção da floresta, gerando a diminuição da mesma. Porém, na floresta um grupo humano tinha o seu habitat tradicional. Trata-se dos Xokleng, que vêem os recursos necessários à sobrevivência serem diminuídos. Além disso, a caça ainda passava a ser disputada com os colonos que realizavam caçadas nas florestas próximas das colônias. Os Xokleng passaram, assim a buscar, também, os alimentos nas propriedades dos colonos. Estes reagiram às investidas dos Xokleng, iniciando–se assim os conflitos entre os dois grupos, Xokleng e colonos imigrantes, pela posse da terra.

[110] SANTOS ,Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng: memória visual** Florianópolis: Ed. Da UFSC/Ed. Da UNIVALI, 1997. p. 19.

4 CAPÍTULO III – A RESISTÊNCIA XOKLENG À INVASÃO DE SEU TERRITÓRIO: OS IMIGRANTES CONSTRÓEM SUA REPRESENTAÇÃO SOBRE OS INDÍGENAS

Os territórios no Sul Catarinense, pensados pelo governo federal como área para implantação de colônias, sejam públicas ou privadas, estavam até o início da segunda metade do século XIX, caracterizadas pela ocupação por parte dos descendentes lusos e afros, concentrando-se esta ocupação nas proximidades dos rios navegáveis e seus afluentes maiores. A área era também ocupada pelo grupo indígena Xokleng, que percorria a região em um movimento caracterizado como nomadismo estacional, deslocando-se à procura de caça e frutos para coleta.

Os membros do grupo Xokleng também eram conhecidos como botocudos em função de um adorno labial chamado tembetá, ou labrete, como é conhecido na literatura técnica. O mesmo possuía uma base oval e uma haste que no máximo chegava a oito centímetros. A base era colocada na parte interna do lábio e a haste ficava pelo lado externo atravessando o orifício feito por ocasião da festa em que era realizada a cerimônia de perfuração dos lábios[1]. Os botocudos vão enfrentar ao longo do século XIX verdadeiro desprezo por parte das autoridades brasileiras, uma vez que a política indigenista do período previa tratamento diferenciado entre os chamados índios mansos e os bravios, entre os quais incluíam-se os botocudos[2]. A reputação que se constrói sobre os botocudos é a da ferocidade, do indomável, o que não aceita curvar-se à civilização. Esta reputação serviu de base para a elaboração de um pensamento que condenava os botocudos a morte, uma vez que não sendo possível o contato amistoso com a civilização, sua morte passa a ser vista como um fator necessário à apropriação e integração de vastas áreas ocupadas por estes grupos aos interesses econômicos do império, razão pela qual se declara uma verdadeira guerra aos botocudos ao longo do século XIX.

Manuela Carneiro da Cunha, ao propor uma reflexão sobre a política indigenista no século XIX aponta que "para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a

---

[1] LAVINA, 1994 p. 83.
[2] CUNHA, 1998. p. 136.

questão indígena deixou de ser uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”[3]. Interessado em apropriar-se das terras então ocupadas pelos grupos considerados bravios, o governo, por meio da legislação e dos órgãos administrativos responsáveis pelo povoamento do solo com pessoas integradas a economia do Império, vai procurar retirar destes grupos os direitos que os mesmos possuíam sobre os territórios historicamente ocupados por eles, para então poder explorá-los. O regulamento da lei de terras de 1854, ao tratar da colonização indígena, nos artigos 72 a 75, orienta os responsáveis pela medição de territórios para colonização que reservem nos referidos distritos de medição, terras para colonização e aldeamento de indígenas onde existirem “hordas selvagens”.

Entretanto, esta prerrogativa praticamente não era aplicada porque as chamadas hordas selvagens, não eram consideradas aptas ao aldeamento e a conseqüente colonização. Na teoria, dever-se-ia sempre que uma nova área era pensada para implantação de colônias, proceder tal estudo e tentar implantar um aldeamento de indígenas para liberar a maior parte da área para esta ocupação, privando os indígenas das áreas de caça e coleta, forçando-os a uma vida sedentária pensando assim acelerar uma possível assimilação na sociedade nacional.

Porém a tônica da espoliação das terras indígenas seguiu outro caminho na prática. Geralmente, nos locais onde havia presença destes grupos denominados como hordas selvagens, termo que encerra a idéia de índio que se recusa a conviver com a civilização, não se procurou estabelecer os chamados aldeamentos, pois, por tratar-se de população que vivia com base em nomadismo estacional e não estarem necessariamente fixos em um único local, os territórios para implantação de colônias eram medidos a revelia dos direitos que os índios possuíam sobre as terras e depois de implantadas as colônias a tônica foi sistematicamente combater os indígenas até que os mesmos fossem exterminados ou se retirassem para longe das áreas recém ocupadas pela expansão da fronteira agrícola nacional.

Refletindo sobre este processo, Cunha aponta que de modo geral no século XIX a tônica da expropriação dos indígenas seguiu o seguinte itinerário:

> Começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas ‘hordas selvagens’, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas para o seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham ‘confundidos com a massa da população’; ignora-se o dispositivo da lei que

[3] CUNHA, 1998. p. 133.

> atribui aos índios a propriedade das terras das aldeias extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população[4].

No sul catarinense, percebemos que não houve o menor esforço para a formação de aldeamentos. A reflexão de Manuela Carneiro da Cunha é pertinente a outras regiões do Brasil, porém, em Santa Catarina, a experiência vivida pelo grupo Xokleng, foi a da espoliação sistemática do território histórico do grupo, fundando-se colônias nestes territórios, combatendo-se posteriormente os grupos que se aproximavam das respectivas colônias, quer no litoral Norte, quer no litoral Sul do Estado[5].

4.1 A presença dos Xokleng nos relatórios de engenheiros

Esta opção do governo pelo combate e espoliação das terras indígenas é perceptível pela análise da atuação dos engenheiros que trabalharam na medição de territórios para formação de núcleos coloniais no Sul Catarinense. Manoel da Cunha Sampaio, designado chefe de uma comissão de engenheiros que atuou no Sul Catarinense entre 1867-69 para explorar o território e indicar locais onde houvesse terras devolutas em condições de implantar colônias, devendo observar a presença ou não de indígenas, os menciona em apenas uma ocasião: na elaboração do seu primeiro relatório datado de 12 de setembro de 1867.

Já o engenheiro Greenhalg que coordenou os trabalhos de medição da primeira parte do patrimônio dotal da princesa Isabel no Sul Catarinense, não menciona a presença de indígenas na área em que procedeu a medição, apesar de ter trabalhado na comissão chefiada por Sampaio anos antes. Suas preocupações nunca se aproximam do que estabelece a lei no tocante à questão dos indígenas, pois seus comentários sobre as medições versam sobre dificuldades para obter mantimentos para os trabalhadores, a falta de verbas com regularidade para pagá-los e as dificuldades comumente encontradas nestes relatórios de medição, como condições climáticas e de acesso aos locais desejados para proceder às medições[6].

---

[4] CUNHA, 1998. p. 146.
[5] SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1973.
[6] DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 19.

No final do ano de 1876, chega ao Sul Catarinense o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira com a missão de organizar a primeira colônia do governo com imigrantes europeus na região. Após as devidas pesquisas de terrenos, aproveitando as plantas produzidas anteriormente pela comissão do engenheiro Sampaio, Vieira Ferreira passa a orientar a medição dos terrenos a serem entregues aos colonos imigrantes e a organização dos estabelecimentos que serviriam à administração da colônia. Somente no seu primeiro relatório semestral é que cita a presença de indígenas, mas não acrescenta nada de diferente das informações anteriores e até põe em dúvida a existência dos mesmos na região, pois que no período compreendido entre sua chegada e a escrita do primeiro relatório não recebeu nenhum relato sobre a aparição de algum, conforme podemos acompanhar no seguinte trecho:

> Gentios
> Até agora não se tem confirmado a tradição da existência de uma tribo de índios nesta região. É de crer que alguns caçadores em certas épocas do ano emigrem para cá por pouco tempo e em número diminuto. E esses mesmos tem se mostrado pacíficos tanto com os moradores das terras particulares como conosco, a quem ainda não hostilizaram.
> Durante a abertura do caminho de Araranguá foram encontrados diversas casas mais ou menos antigas que, parecem ser habitadas por eles nas épocas dessas excursões, mas sem indício de morada efetiva, e também encontraram alguns balaios e uma flecha que tenho em meu poder.
> É de crer que sejam inexatas todas as outras notícias, que aqui davam dos selvagens, e alguns dos indivíduos que mais testemunhavam a sua ferocidade, já afirmam que ainda ninguém os viu.
> Outro fato que parece mostrar a existência dos índios, mas que não prova a residência efetiva, é terem alguns trabalhadores apanhado, nas cabeceiras do Rio dos Porcos, um cão de caça selvagem muito novo e bravo[7].

Vieira Ferreira escreve estas linhas um semestre após chegar ao Sul Catarinense. Por haver pouca presença de imigrantes na região, o contato entre os dois grupos praticamente não existiu. O engenheiro estava certo em inferir que não havia um grupo vivendo de modo sedentário na região, pois os Xokleng viviam com base em um nomadismo estacional, o que foi identificado quando afirma acreditar que alguns caçadores migravam para aquela área em determinada época do ano, o que fica evidenciado pela casas encontradas na abertura de estradas na região e de objetos que tradicionalmente pertenciam ao grupo como balaios e pontas de flecha. As casas descritas como mais ou menos antigas e sem indício de morada efetiva, ou seja, permanente, coincidem com o tipo de abrigo utilizado pelos Xokleng na

[7] Relatório Semestral do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de 15/07/1877 In: **Correspondências dos Engenheiros para o Pres. da Prov. De Julho a Dezembro 1877.** p. 42 e 42v. APESC

região de mata atlântica, onde uma vara horizontal de madeira era fixada em duas árvores. Após, eram fincadas no chão e vergadas até alcançar esta vara horizontal, uma série de varas finas a pouca distância uma das outras, amarradas na vara horizontal e cobertas por folhas principalmente de caeté[8].

A não existência de ataques ou hostilidades, como era a linguagem da época, neste primeiro semestre de trabalho sob a chefia de Vieira Ferreira está vinculada, também, em grande parte ao fato de que a destruição da mata, neste momento ainda era pequena se comparada há quinze anos depois quando já estavam fundadas as principais colônias do Sul do Estado, como Azambuja, contando todos os seus núcleos, Grão Pará e Nova Veneza. Portanto, no momento em que Vieira Ferreira escreve, duas das principais condicionantes para que o confronto entre os grupos ocorresse ainda não estavam bem desenvolvidas, a destruição da mata e a tomada deste espaço territorial pelas colônias compostas por imigrantes europeus e no caso particular da região em estudo, com a predominância de italianos. Como já frisamos anteriormente, este território era tradicionalmente ocupado pelo grupo Xokleng, que frente ao avanço da fronteira agrícola, promovido via implantação de colônias, passou a reagir.

Depois de aproximadamente 20 anos de trabalhos das comissões de engenheiros no Sul Catarinense é que surge o registro de ataques de indígenas a trabalhadores das comissões de medição. Nos trabalhos de medição de terras para complementar o dote da princesa Isabel no Sul Catarinense, levados a efeito entre os anos de 1887 e 1888 e coordenados respectivamente pelos agrimensores Gallois e Stawiarsky encontramos as seguintes descrições:

> Senhor, recebi ordem de apresentar-me ao Senhor antes de entrar na mata, para o lado de Urussanga. Mas pensando que lá já estão os homens, no meio dos índios, eu não posso francamente deixá-los sós.
> Fiz o possível para encontrar camaradas, mas ninguém queria entrar se o grupo fosse menor de 25 ou 30 pessoas. Agora que consegui estes 9 a força, não posso ir falar-lhe, nem sair da floresta antes de ter terminado o serviço. (Emílio Gallois).
> Os bugres bateram na turma no serviço, e a maior parte dos camaradas esmoreceram e tendo resolvido voltar para o rancho lá também achavam os mesmos sujeitos que matavam um cachorro e feriram outro.
> O Senhor Pedro de Alcântara traz a flecha. Os camaradas não quiseram mais ficar. Só ficou o agrimensor mais três homens. [...]
> Vou cair em cheio no mãe Luzia, e por conseguinte no aldeamento dos bugres. Por isto desejo levar gentes suficientes para resistir[9].

[8] LAVINA, 1994. p. 55-8.
[9] Gallois e Stawiarsky 1887-88 apud DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros ...** p. 60.

Entretanto, o ataque mais significativo, por sua conseqüência, ocorreu em 1887, por ocasião de medição encetada próxima ao rio Cocal, provocando a morte do trabalhador Ubaldino Floriano conforme podemos observar nas correspondências enviadas pelo engenheiro Pontes:

> Telegrama
> 18/04 de 1887
> Ao Sr. Inspetor Interino Terras
> Trabalhador Ubaldino Floriano, turma Meuller flechado ante ontem quando turma fazia rancho margem Cocal, morte imediata, perseguição de bugres, já telegrafei Presidente da Província
> Pontes Chefe da Comissão Terras[10]

Três dias depois, complementa as informações,

> Em resposta ao telegrama de V.Sª. transmitido em 19 do corrente cabe-me dizer que a comunicação a que se refere o mesmo telegrama foi feita na ocasião possível, sendo o incidente se dado acerca de 70 quilômetros da sede da Comissão; bem assim, que na supra dita data solicitei de S.Exª. o Sr. Dr. Presidente da Província por ofício as providências de que carece a Comissão afim de prosseguir nos trabalhos projetados na zona onde está patente a existência de gentios[11].

O interessante a ser registrado nesta ocasião é o fato de pelos 20 anos que se seguiram das primeiras medição e colonização até as medições do final da década de 80 do século XIX, muitas transformações foram processadas na região. No início das medições de Sampaio, apesar de andar com seus ajudantes por toda a região, não registraram, com base na documentação, nenhuma hostilidade da parte dos indígenas, quer pelos poucos encontros, em função do nomadismo estacional dos Xokleng, quer pelo fato de que até aquele momento a ocupação populacional em contato com a sociedade nacional, composta por lusos e afros, localizava-se mais na faixa litorânea, e os Xokleng, apesar de incursões a esta área em alguns momentos, não a utilizavam com freqüência o que não evidenciava disputa por território, não motivando em princípio, nenhum conflito.

---

[10] Telegrama do Eng. Francisco Ferreira Pontes ao Inspetor Interino de Terras e Colonização em 18/04/1887 In: **Ofícios Comissão de terras e colonisação do Tubarão dos annos de 1887 e 1888.** APESC p. 22.

[11] Ofício do Eng. Francisco Ferreira Pontes ao Sr. Reginaldo Cândido da Silva Inspetor Especial Interino de Terras e Colonização da Província de Santa Catarina em 21/04/1887 In: **Ofícios Comissão de terras e colonisação do Tubarão dos annos de 1887 e 1888.** APESC p. 24.

A chegada de Vieira Ferreira e a implantação da primeira colônia oficial em 1877 e sua posterior expansão nos anos seguintes, permitiu, devido à fixação de um razoável número de colonos, uma maior destruição da floresta e tomada por parte do governo, por meio das colônias, do território histórico do grupo Xokleng[12]. Em meio às movimentações dos Xokleng pelo território, características de um grupo nômade houve a percepção de que um outro grupo havia iniciado fixação em seu território, o que levaria a reação por parte dos mesmos a esta invasão e conseqüente destruição da mata e dos recursos para a sobrevivência do grupo. E é justamente neste contexto, de invasão que estava sendo promovida em seu território, que os Xokleng vão proceder aos ataques às colônias e no caso específico das comissões de medição, ao ataque que ocasionou a morte do Sr. Ubaldino Floriano.

Já Gallois e Stawiarsky atuaram próximo a Serra Geral, onde o grupo Xokleng circulava com maior freqüência, pois esta área fazia parte dos espaços explorados pelo grupo na época de primavera, verão e início de outono. Portanto, a probabilidade de encontros era maior e a consciência de entrar em ambiente desconhecido como a densa mata atlântica, levava os agrimensores e os trabalhadores contratados por eles a sentirem medo da possível presença dos indígenas. Tanto que registram a presença dos indígenas, por meio de um ataque desferido pelos mesmos a uma das turmas de trabalhadores. Porém, o reconhecimento da presença dos indígenas e o tratamento que se convencionou dar aos mesmos ficava evidente nos comentários dos dois agrimensores, ao afirmarem que estavam para entrar em local onde haveria habitações de indígenas e pedia pessoal suficiente para resistir.

A resistência a que se referiam os agrimensores era a defesa bélica dos membros das comissões de trabalhadores frente aos indígenas, mas o detalhe da afirmação dos agrimensores está em dizer que estariam se dirigindo para uma área onde era considerada certa a presença de indígenas. Portanto, consolidando uma tendência deste tipo de trabalho, qual seja a ocupação sistemática e a conseqüente espoliação das terras dos grupos indígenas, que caso resolvessem lutar contra os intrusos que estavam a invadir seu território, encontrariam do outro lado a “resistência” dos trabalhadores das turmas de medição.

---

[12] Do ponto de vista lingüístico os Xokleng pertencem ao tronco Jê, distinguindo-se como um grupo étnico com dialeto próprio. No Sul Catarinense eram nômades e viviam em grupos pequenos entre oito e quinze pessoas, deslocando-se conforme a estação entre o litoral e as bordas do planalto serrano. No inverno reuniam-se em grupos um pouco maiores, ou nas ocasiões de um ataque reuniam em torno de 30 pessoas. O grande grupo reunia-se de tempos em tempos por ocasião da cerimônia de perfuração dos lábios.

4.2 Do bom selvagem ao inimigo: a representação dos imigrantes sobre os Xokleng

Em que pese à discussão sobre a presença dos indígenas nas áreas que o governo pretendia implantar colônias estar em foco e fazer parte das correspondências oficiais e mesmo da imprensa da época, a informação que os imigrantes possuíam sobre a existência dos mesmos, antes de chegarem a América, era de desconhecimento ou na melhor das hipóteses esta presença era idealizada. Anterior a 1860, a notícia da presença de indígenas no Brasil era narrada por meio de romances, onde predominou o de autoria de Ippolito Nievo *As confissões de um italiano*, que narra a aventura de um grupo de italianos no Brasil, acossados pelo ataque de um grupo indígena classificado como selvagem e feroz[13]. Segundo Brunello até a década de 1860, as informações que chegavam à Itália eram quase épicas. Após este período, o autor chama a atenção para a existência de três procedimentos de apagamento dos indígenas e das relações entre estes e os brancos. O primeiro destes mecanismos está na esfera da relação entre história e natureza, no que Brunello chama de mito da fronteira, onde se consolida uma imagem da vitória da história e da civilização européia, sobre a natureza selvagem, representada pela floresta e pelos indígenas. Neste mecanismo o apagamento se consolida pela naturalização de uma situação que é histórica e socialmente construída, onde se retira o elemento trágico, colocando o desaparecimento da floresta e dos indígenas como algo necessário à expansão da civilização européia[14].

Por alguns anos esta imagem predominou e certo desinteresse pela existência dos indígenas na América se fez presente na Itália. O segundo procedimento de apagamento refere-se ao processo de seleção natural, nas palavras de Brunello,

> A distância de um quarto de século os povos indígenas desapareceram ou estão destinados a desaparecer como qualquer outra raça inferior do planeta, em cumprimento da lei da seleção natural. Este segundo procedimento, que, à primeira vista, esconde a existência dos índios, na realidade esconde o comportamento dos brancos, ou melhor, o justifica: em qualquer caso, e é isto que gostaria de destacar, apaga a relação entre brancos e nativos[15].

[13] BRUNELLO, Piero. Índios e colonos italianos no Sul do Brasil**.** In: FLEURI, Reinaldo Matias. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: NUP/MOVER?UFSC, 1998. p. 97.
[14] BRUNELLO, Piero. **Índios...** p. 100-3.
[15] BRUNELLO, Piero. **Índios...** p. 104.

De acordo com o autor, após a difusão desta idéia, era como se as populações indígenas não existissem em relação com os brancos europeus vindos para a América. Por este procedimento, os povos considerados inferiores tendiam ao desaparecimento, pois só sobreviveriam se "evoluíssem" a ponto de se tornarem civilizados conforme os padrões europeus. A postura dos europeus em relação aos mesmos passou a ser de indiferença, pois a idéia da seleção natural justificava o comportamento predominante entre os brancos em relação aos indígenas, ou seja, o extermínio dos mesmos passava a ser visto de forma natural e como uma etapa evolutiva da civilização, já que poucos eram os que reconheciam nos indígenas uma sociedade digna de respeito, e no caso dos botocudos, menor ainda era o número de pessoas que acreditavam que os mesmos poderiam conviver com o modelo de civilização européia.

Por fim, Brunello descreve o que ele chama de terceiro procedimento de apagamento das relações entre colonos e indígenas, que é o de entregar a tarefa a Igreja Católica Apostólica Romana. Por este procedimento, que está associado às idéias da seleção natural, os missionários católicos são considerados os mais adequados para atrair as populações indígenas ao convívio com a população de origem européia fixada nas áreas coloniais. A partir deste momento há uma diminuição do interesse, na Itália, pelos confrontos entre populações nativas e colonos italianos, pois dentro desta concepção, isto era dever dos missionários. Os discursos sobre os indígenas e os colonos se separam. Sobre os segundos se quer saber se são trabalhadores e se estão prosperando, dos primeiros se quer saber se são cristãos ou não, se podem tornar-se um, se e em que condições aceitam o missionário[16].

Estas reflexões de Brunello no tocante as idéias correntes na historiografia italiana e principalmente aos silêncios que nela existem sobre os indígenas, de certa forma contribuíram para a idéia que o imigrante italiano havia construído sobre estas populações, qual seja, a evolução para o convívio com a civilização européia ou o conseqüente desaparecimento pela lei de seleção natural que da forma como foi muitas vezes exposta, contribuiu para a construção de idéias racistas. Esta concepção fez com que não se percebessem os conflitos que podiam surgir nas relações entre indígenas e brancos europeus.

Quando os primeiros colonos chegados dão notícia da presença dos indígenas e de uma descrição mais próxima do real, os encontros com esta população, que ao contrário do que conheciam estava viva e desfrutava de um território para sua sobrevivência, passaram a

---

[16] BRUNELLO, Piero. **Índios...** p. 107-11.

ser identificados dentro da lógica das idéias racistas de então. Porém, naquele quadro se pensava na civilização como algo irresistível e na ótica européia e de muitos dirigentes dos países da América Latina, não haveria povo que não se dispusesse a isso. Entretanto, a resistência dos Xokleng ao convívio com a civilização é um exemplo da resistência de muitos povos em não aceitar pura e simplesmente esta dominação. Dentro deste quadro, o território ocupado pelos Xokleng passou a ser ocupado por colônias formadas pelo governo e habitadas, no sul catarinense, majoritariamente por imigrantes europeus.

Os imigrantes buscavam reproduzir na América as relações sociais existentes na Itália pré-unificação, ou seja, reproduzir a vida camponesa em um ambiente onde houvesse terra disponível para tanto, no que foram apoiados por boa parte da Igreja Católica que após a unificação entrou em atrito com o governo italiano em função da perda do poder temporal do papa sobre os Estados Pontifícios. Este apoio visava manter a influência que a Igreja Católica possuía sobre as famílias camponesas, o que seria, em tese, mais fácil de fazer em um país onde o catolicismo era religião oficial, como era o império do Brasil[17].

Muitos padres auxiliaram na propaganda imigrantista no Norte da Itália, onde por vezes se exagerava sobre as condições oferecidas pelo país que iria receber os imigrantes ou mesmo nas condições oferecidas por uma empresa privada, proprietária de uma colônia[18]. Deste modo as descrições que tratavam a América como a terra da fartura, como por exemplo, os materiais de divulgação das companhias colonizadoras, remetiam muitos europeus ao mito da cocanha. Segundo Roselys Izabel Correa dos Santos este mito está associado ao desejo que os indivíduos possuem, desde tempos imemoriais, de melhorar sua condição de vida. Ao longo dos tempos foi reelaborado, mas sempre remetendo a um mundo oposto ao vivido pela humanidade, ou seja, a cocanha era o local da realização do sonho, onde ao contrário do sofrimento haveria paz, ao invés de fome fartura de alimentos[19].

No contexto da imigração européia para a América, principalmente no último quarto do século XIX, este mito da terra da fartura foi identificado com as descrições feitas sobre a América e o Brasil, fazendo com que muitos imigrantes associassem estes locais com o mito da cocanha, ou seja, o Brasil como uma terra de abundância. Para além das idéias fantasiosas que faziam parte deste mito, o Brasil, diante do que vivia boa parte dos camponeses na Itália, poderia representar mesmo o país da cocanha. Para os camponeses

---

[17] POSSAMAI, 2005. p. 31-44.
[18] POSSAMAI, 2005. p. 31-44.
[19] SANTOS, R. I. C. 1999, p. 139-44.

italianos gozar de bem estar, contando com fartura e abundância de alimentos, possuírem uma terra e não temer a exploração de um grande proprietário e o serviço militar representava uma melhora considerável nas suas condições de vida[20].

O Brasil de então, para quem era imigrante, oferecia estas condições ao garantir acesso a terra e por meio do trabalho nela os alimentos necessários ao sustento da família. Ainda que a maioria não tenha ficado rica como muitos imaginavam ao migrar, o sustento da família foi garantido na maioria dos casos. Muitos dos padres italianos que se radicaram no Brasil para acompanhar os imigrantes e escreveram para a Itália sinalizaram que ao imigrante o mais importante era estar ciente de que trabalhar era necessário para garantir o provimento de suas necessidades e da família, os que pensavam em migrar e enriquecer em pouco tempo estariam iludidos, pois isso não era possível[21].

Portanto, o mito da cocanha, ressignificado para as terras brasileiras consistia em que o camponês gozaria de uma terra, animais para criação, alimentos, casa, que no conjunto lhe garantiria o bem estar e a continuidade da possibilidade de reprodução da vida camponesa, estimulado por uma parte do clero italiano, o que cada vez tornava-se mais difícil na Itália[22]. Pela visão idealizada que muitos possuíam, era improvável ao imigrante pensar na existência de povos que habitassem este paraíso, ou caso o habitassem, eram pensados de modo idealizado como nos sugere Brunello.

Entretanto, ao chegar ao Brasil, fixando-se nas colônias, sejam públicas ou privadas, e se deparar com uma realidade um tanto diferente da imaginada, os imigrantes passam a perceber que suas idealizações sobre a terra e sobre os possíveis habitantes estavam em parte equivocadas. No que diz respeito aos indígenas, em pouco tempo, a idéia do bom selvagem, o homem em seu estado puro, que predominou na Europa até meados do século XIX vai aos poucos ceder espaço para a construção de um inimigo a ser combatido, pois as colônias, como vimos, foram implementadas no território histórico dos Xokleng, que por sua vez, não aceitaram esta invasão sem esboçar reação. Qualquer grupo humano busca, dentro de sua lógica, defender a manutenção de seu território e para tanto lança mão dos recursos que conhece para fazer esta defesa. Podemos observar esta estratégia de defesa dos Xokleng em uma correspondência enviada por um imigrante residente em Urussanga e publicada em um periódico italiano no ano de 1884:

---

[20] SANTOS, R. I. C. 1999, p. 156.
[21] SANTOS, R. I. C. 1999, p. 155-74.
[22] POSSAMAI, 2005, p. 57-72.

> Os selvagens são para nós um verdadeiro flagelo. No ano passado depois de 14 de fevereiro apareceram outras 2 vezes. A primeira dela foi em 3 de agosto. Lançaram flechas e uma mulher com sessenta anos vinda de "San Fiore" foi machucada no antebraço esquerdo. Os seus parentes tiveram que cortar a flecha que tiraram uma parte da ponta. As flechas dos selvagens são feitas parecidas com uma serrilha que terminam em uma ponta e não se pode extraí-la sem aumentar a ferida. A pobre vítima depois de meses de dores se cura[23].

Deste modo, podemos inferir que os Xokleng, que dominavam o território de mata atlântica, percebem a chegada dos imigrantes como intrusos dispostos a dominar este território. Os imigrantes, atraídos pelas promessas de prosperidade que o Brasil lhes acenava, vinham com a mentalidade de vencer o meio hostil, leia-se a mata e tudo quanto havia nela. O governo imperial que havia elaborado a sistemática de distribuição de lotes aos imigrantes procurou garantir a estes o direito sobre as terras, consolidando a tônica de espoliação das terras indígenas como vimos no início deste capítulo, consolidando a idéia de que índio bom é o índio morto[24].

Em função de todas estas variáveis, os conflitos não tardariam a ocorrer. Buscamos analisar estes conflitos e seus desdobramentos com base no conceito de *invenção da etnicidade* que tem como principal virtude o fato de focalizar sua análise nas relações entre os grupos, pois concordamos com Conzen et al

> no nosso entender, etnicidade não é uma "ficção coletiva", mas antes, um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunais, atributos culturais e memórias históricas preexistentes. Ou seja, ela é fundamentada no contexto da vida real e na experiência social[25].

Os grupos étnicos estão constantemente se recriando e a etnicidade está sendo reinventada continuamente como resposta às realidades inconstantes tanto dentro do grupo como na sociedade anfitriã. "As fronteiras dos grupos étnicos, por exemplo, precisam ser repetidamente negociadas, enquanto símbolos significativos da etnicidade (tradições étnicas) precisam ser repetidamente reinterpretados"[26]. Nesta perspectiva, as fronteiras entre os imigrantes italianos e seus descendentes e os Xokleng foram continuamente negociadas e

---

[23] Os Fletrines no Brasil. *Il Tomitano*, 01 de abril de 1884, p. 52-3. Acervo Particular Roselys Izabel C. dos Santos.

[24] CUNHA, 1998 e SANTOS, S. C. 2000.

[25] CONZEN, Katheleen Nehls et al. Forum – The Invention of Ethnicity: A perspective from the U.S.A. In: **Journal of American History**. Fall, 1992. (traduzido) p. 4-5.

[26] CONZEN, p. 5.

determinadas pelas práticas culturais de cada grupo, definindo o espaço de cada um no território Sul Catarinense no período em estudo.

No contexto em que estamos aplicando o conceito de invenção da etnicidade e renegociação das fronteiras étnicas, gostaríamos de frisar que colonos imigrantes e Xokleng não renegociaram fronteiras no sentido de co-habitar um mesmo espaço marcando as diferenças dentro de uma mesma sociedade. Mas, que na interação provocada pelo enfrentamento os grupos definiram os atributos de pertença, como se estivessem colocando uma fronteira entre os mesmos. No caso dos imigrantes, podemos perceber pelas fontes disponíveis que se definiu como atributos de pertença a idéia de civilizado, portador do progresso, cristão e defensor da propriedade em detrimento dos atributos que este grupo denominava como sendo os dos Xokleng: bárbaro, incapaz de conviver com a civilização, saqueador de propriedades e matador de colonos.

Neste ambiente de disputa por um mesmo território, surgiram representações de um grupo sobre outro, que se caracterizaram, entre outros, também, como confrontos étnicos. Desta forma, quando entraram na situação de conflito, os dois grupos em questão, Xokleng e colonos imigrantes, passaram a se identificar e serem identificados um pelo outro, de modo a estabelecer e reconhecer as diferenciações entre eles, numa dicotomização Nós/Eles, estabelecidas através de traços culturais advindos de uma origem comum a cada grupo e que são realçados na situação de confronto. As diferenciações neste caso seriam aprofundadas, ainda que estas possam modificar-se, com o passar dos tempos, sem, contudo, modificar os limites que separam os grupos. Assim a etnicidade "é vista como essencialmente dinâmica, as definições dos Nós e dos Eles recompondo-se continuamente para reger as interações nas situações de mudança social, induzidas pelos processos macrossociais (colonização, urbanização, migrações)".[27]

Neste contexto, onde as diferenciações são reconhecidas e aprofundadas por uma situação de conflito, a construção e atribuição de representações entre os grupos encontram espaço para se realizar. Entretanto, cada grupo constrói e atribui representações a um outro conforme suas experiências culturais, de modo que estas representações são socialmente construídas. Ao estudar a construção de conceitos na historiografia sobre o indígena, Caleffi, afirma que "o conceito de índio, única e exclusivamente, remete a um indivíduo com pautas

---

[27] POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 114.

culturais distintas da ocidental e, consequentemente, não cristão”.[28] Portanto, as representações são construídas do ponto de vista do observador e não do observado evidenciando a diferenciação cristão/não cristão, civilizado/bárbaro. Assim, a representação de bugre atribuída aos Xokleng, é construída conforme as práticas vivenciadas pelos colonos, tendo como referencial suas experiências culturais, reconhecendo as diferenças entre eles e os Xokleng. E acaba negando o direito de ser diferente, uma vez que considera o modo de vida e o comportamento Xokleng como primitivo e incapaz de conviver com a civilização, seja como integrante ou como grupo vivendo em regiões fronteiriças à mesma.

Através das vivências de seu cotidiano, os colonos imigrantes constróem suas representações sobre os Xokleng, contextualizando-o dentro de sua visão de mundo e justificando sua ação em relação aos mesmos. Como destaca Chartier, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.[29] Partindo desta análise de Chartier podemos afirmar que se impõe nas colônias um pensamento sobre os Xokleng, manifestando as representações dos colonos sobre os mesmos, através do termo “bugre”, que remete a um ser inferior e bárbaro, saqueador de propriedades e matador de colonos. O “bugre” é considerado incapaz de conviver com a civilização o que justifica uma ação violenta contra os mesmos.

4.3 Os conflitos com os indígenas na memória dos descendentes de imigrantes

Por intermédio do uso de fontes orais procuramos perceber que as representações construídas sobre os Xokleng, além de definir os que não podiam conviver com a civilização, contribuíam para a reafirmação da identidade daqueles que faziam parte da mesma, expresso na idéia do “ser italiano”. Pois como aponta Gillis

> Nós temos que ser lembrados de que memória e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos em vez de

---

[28] CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: um Estudo da Historiografia sobre o Índio. IN: **Estudos Leopoldenses – Série História – Vol. 1 n.º 1** Ed. UNISINOS, 1997 p. 54.

[29] CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 17.

> objetivos. Estamos constantemente revendo nossas memórias para adaptar as nossas identidades atuais. Memórias nos ajudam a fazer sentido no mundo em que vivemos; e “trabalho de memória” é, como qualquer outro tipo de trabalho físico ou mental, embutido em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que relembrado (ou esquecido), por quem e para que fim.[30]

Ao construir sua representação sobre os Xokleng e definir os atributos dos que podem e dos que não podem conviver com a civilização européia, os colonos italianos e seus descendentes reforçaram a sua identidade e adaptaram suas memórias ao que determinaram ser a constituição de sua identidade. Para demonstrar as representações construídas pelos colonos imigrantes e seus descendentes, utilizamos entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes e relatos escritos na época dos confrontos.

A utilização de fontes orais possibilita desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa. Entretanto, a entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória, justamente por isso nos deparamos com o que Pollak destaca como uma das características da memória, ou seja, que ela é *seletiva*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado[31]. O caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo[32] ao grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça. “Assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente”[33].

A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retém do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm. Mas ao mesmo tempo em que essa memória é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na medida em que está sujeita a flutuações,

---

[30] GILLIS, John. Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John (ed.) **Commemorations: the politics of national identity.** Princeton: Princeton University Press, 1994.
[31] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
[32] Noção elaborada por M. Halbwachs citada por D’ALÉSSIO, Márcia Mansur. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 98-9.
[33] D’ALÉSSIO, p. 98.

transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução[34].

Assim, as pessoas que fazem parte de um determinado grupo mantêm suas lembranças, que são pessoais e ao mesmo tempo coletivas, pois como explicou Pollak com base nos elementos constitutivos da memória, esta seria composta por acontecimentos, personagens e lugares, e que os indivíduos tem experiências pessoais, das quais participam diretamente e experiências do grupo, com as quais tem contato e que nem sempre participa, mas que marcam de tal forma uma coletividade que ganham destaque e passam a ser incorporados nas narrativas dos que compõem o grupo. As fontes orais nos permitem alcançar esta memória construída pelos grupos, o que faz Garrido afirmar que

> É importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. [...] As fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora.[35]

O momento histórico da implantação de colônias no Sul Catarinense, seguindo uma tendência mundial, foi marcado pela idéia de construção da imagem do imigrante e seus descendentes como cidadãos fortes e trabalhadores, que contribuíram para o progresso da região, desbravando as matas para implantar a civilização. Esta “verdade” histórica é fortalecida por meio das obras de história local que enfocam a bravura e a força de trabalho do imigrante para vencer o meio hostil, ou seja, a floresta e o que havia nela. Assim, a construção de uma representação sobre os habitantes desta floresta foi marcada pelo preconceito e pela negação ao direito de ser diferente, uma vez que na época, final do século XIX, o pensamento dominante era de que os povos estavam fadados a seguir uma evolução até atingir o progresso, representado pelo modelo de civilização europeu, ou estariam condenados ao desaparecimento.

Por meio da análise de uma amostra do conjunto de entrevistas[36] de que dispomos, percebemos a presença do grupo Xokleng em vários pontos do Sul Catarinense e as

---

[34] POLLAK, p. 200-212.

[35] GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 36.

[36] Entrevistas realizadas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, na década de 1980 com moradores de municípios e localidades que formavam o Grande Município de Araranguá, que no final de século XIX e meados do século

representações construídas sobre o mesmo. Em geral, percebe-se que os entrevistados se preocupam em atribuir a uma determinada atitude tomada pelos Xokleng a justificativa para o início dos conflitos. Conforme depoimento do Sr. Pedro Manuel da Motta,

> O começo da briga foi este. Os índios gostavam muito de cachaça. Aí os brancos colocaram cachaça no meio do mato. Os índios desconfiaram que aquilo fosse veneno. Aí deram em fazer artes contra os moradores: tiravam as roupas, enxadas e mais tarde começaram a mexer com o gado. E o povo começou a se reunir para espantar os índios. No começo o que os bugres faziam era por entiqueta (sic!), não por precisão. A cachaça deixava eles tontos e pensavam que fosse veneno. Aí matavam animais, cavalos e carregavam aos pedaços, com pelo e tudo. Aí o povo começou a escurraçar a bugrada. Assim que meu pai contava[37].

É comum a idéia de que no início havia uma relação pacífica, e que após algum tempo, em função das "artes dos índios", os colonos foram obrigados a se defender. Ao se instalarem em uma área que tradicionalmente pertencia ao território Xokleng, os colonos passaram a desmatar a floresta e reduzir as condições de sobrevivência do referido grupo. A princípio, somos levados a acreditar que os índios tinham a necessidade de buscar na propriedade dos colonos o que estava ficando escasso nas florestas, ou seja, alimentos. A idéia dos conflitos acontecerem após os Xokleng consumirem certa quantidade de cachaça e pensarem tratar-se de veneno nos parece temerária, uma vez que eles possuíam uma bebida fermentada que produziam efeito semelhante ao da cachaça. De acordo com Lavina,

> esta bebida era preparada a partir de água, mel, seiva de xaxim (Dicksonya sp.) e palmáceas. Os ingredientes eram misturados em grandes cochos de cedro (Cedrella sp.) cobertos, sendo deixadas e fermentados por duas semanas. Após este tempo, a mistura era aquecida com pedras incandescentes para apressar a fermentação durante três dias, sendo deixada repousando por outros três dias mais. Decorrido este prazo, estava pronta para o consumo[38].

Esta bebida era consumida principalmente por ocasião da cerimônia de perfuração dos lábios dos meninos, considerada a principal cerimônia do grupo, onde os membros de uma extensa família se reuniam. Por tratar-se de uma bebida alcoólica, seus efeitos eram semelhantes ao da cachaça, quando consumidos em excesso, portanto, a idéia de que consideravam a cachaça veneno, para que os Xokleng dessem início às investidas contra as

---

XX, abrangia quase todo Sul Catarinense. Estas entrevistas foram organizadas e publicadas pela Fundação Cultural de Araranguá em 1997. DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. 519p.

[37] Pedro Manuel da Motta In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 326-7.

[38] LAVINA, 1994, p.65.

instalações dos colonos, nos parece pouco plausível. Acreditamos que o processo de conflitos inicia em função mesmo da disputa de território e pelos recursos neles disponíveis. Conforme a memória da senhora Alvina Rocha Longaretti:

> Contavam que iam perseguindo um animal. Atiravam. Mas os índios também já tinham carregado. Roubavam e escondiam dentro do rio. Tiravam dos caçadores, faziam uma calheira de gravetos, como se a enchente tivesse levado. Quando os caçadores sumiam, voltavam. Mas os caçadores começaram a cuidar, fingir que se afastavam. Ah, mas achavam! Os índios vinham de volta buscar os animais.[39]

Sobre a questão da floresta o Sr. João Gerônimo comenta que:

> Naquele tempo era tudo mato. De repente foram desmatando. Juntavam-se trinta ou quarenta homens e davam uma batida no acampamento deles. Lá eles matavam alguns, outros escapavam... Foi para um ponto que ali ficou limpo. Vamos dizer: Rio Morto, Meleiro, Pilão, tudo ficou limpo. Daí enfraqueceu o bugre.[40]

Era comum nas áreas onde eram iniciados novos núcleos coloniais, haver um interesse grande na derrubada de áreas cada vez maiores de porções da floresta como forma de afastar o perigo do desconhecido tanto no tocante aos animais como em relação aos outros habitantes destas terras, neste caso, os Xokleng. Na colônia Grão-Pará, esta preocupação esteve presente desde o começo como podemos observar nas palavras do diretor da colônia:

> ... temos uma coluna de colonização que mede, pelas frentes dos respectivos lotes coloniais, [...] uma extensão de pouco mais ou menos 80 quilômetros. [...] Uma vez enchidos os pequenos espaços desocupados nessa carreira de lotes ocupados [...] formará esta coluna de lotes coloniais [...] a "espinha dorsal", [...] da Colônia Grão-Pará!!!!
> [...] formando estes núcleos parte de uma "grande povoação" já existente, [...] nenhum colono novo se achará nunca em posição longe e isolada!
> Esta vantagem me falhava si eu começasse na Extremidade N. e L. e colonizasse apenas daquele lado para o Centro [...] Colonizada solidamente apenas esta ponta, ficava por muitos anos, o restante de grande superfície do Patrimônio, em mata virgem, sempre de confronto com os últimos colonos, e sempre lhes inspirando medo por ficar essa mata, inculta, intransitável e desconhecida[41].

Cientes da presença dos indígenas no território, os diretores de colônia passaram a se preocupar com a proximidade das casas dos colonos com a floresta, local onde o grupo

---

[39] Alvina Rocha Longaretti In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 318.
[40] João Gerônimo In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 330.
[41] Borrão de carta enviada pelo Diretor da Colônia Grão Pará ao Cônsul Geral da Itália no Brasil, Conde da Glória, em 24 de Abril de 1884, respondendo a apontamentos sobre as condições da Colônia Grão Pará. Arquivo Histórico Plínio Benício, Orleans – SC. Grifos no original.

Xokleng passou a permanecer por mais tempo, após a implantação das colônias. A floresta representava a disponibilidade de recursos alimentares para a manutenção do grupo e a destruição da mesma, representava o comprometimento destes recursos. As reações dos indígenas às derrubadas e a ocupação dos terrenos por parte dos colonos fez com que os diretores de colônia buscassem derrubar áreas cada vez maiores para que as casas dos colonos, quando possível não ficassem muito isoladas, e também como meio de impelir os indígenas a retirarem-se para longe dos povoados recém fundados.

Entretanto, o grupo Xokleng, pela forma como resistiu ao processo de expansão da fronteira agrícola, estava disposto a permanecer na área de mata atlântica. E uma outra estratégia de resistência era possuir armas mais potentes para sua defesa. Neste quadro, as ferramentas utilizadas pelos colonos constituíam-se em objeto de roubo por parte dos Xokleng. Eram utilizadas para a confecção de armas com metais, que possuíam maior poder de corte e, por conseguinte maior eficiência nas suas atividades. O Sr. João Gerônimo, argumenta da seguinte maneira: "... você vê, o camarada que era pobre, trabalhava. Aí era só deixar um instrumento na roça, mesmo só pelo tempo de ir em casa para beber água, quando voltava não tinha mais nada, só o rastro deles."[42]

A admiração dos Xokleng pelos metais, com destaque para o ferro, é explicada por meio de um contato anterior a "pacificação" entre estes e os brancos. Ribeiro reporta-se a descrição deste contato como uma narração meio mística e meio histórica. Segundo esta narrativa, em uma das muitas andanças dos Xokleng em busca de alimentos, depararam-se com uma picada feita de modo diferente ao utilizado pelo grupo. Ao invés de torcidos os galhos e arbustos estavam cortados, com uma qualidade de corte nunca visto. Se puseram a seguir este caminho com cautela para saber onde o mesmo chegaria. Acabaram por chegar a praia e notaram um rastro diferente marcado na areia. Os rastros se dirigiam tanto para o oceano como pela costa. Seguiram este último, com cautela ainda maior, até que alcançaram uma barraca. Ficaram observando o movimento dos homens que estavam próximos à mesma e ponderavam se os mesmos eram ou não seres humanos.

Na ânsia de conhecer os fascinantes instrumentos cortantes que aqueles possuíam, combinaram que a noite seria o melhor momento para desferir um ataque e se apoderar dos referidos instrumentos. Após todos os ocupantes da barraca adormecerem, os Xokleng se aproximaram, atacaram e colocaram fim à vida daquele grupo de seres estranhos. Ao clarear,

---

[42] João Gerônimo In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 330-1.

passaram a experimentar a qualidade dos equipamentos então conquistados. Examinaram também os corpos e a aparência dos seres que possuíam estes equipamentos. Com pele branca, barbas e cabelos compridos e pêlos pelo corpo, suscitavam dúvida se eram ou não humanos. Por fim, ao constatarem estar realmente mortos e certificando-se que não haveria condições de voltarem a viver, os Xokleng que participaram desta atividade reuniram os instrumentos que lhes interessavam, atearam fogo ao restante do acampamento e deslocaram-se ao encontro do restante do grupo. Esta apropriação do ferro sem uma mediação de encontro cultural fez com que os Xokleng passassem a utilizar este metal de acordo com suas necessidades adaptando-o às armas tradicionais que o grupo possuía, desenvolvendo lanças e flechas com ponta de metal[43].

De acordo com Lavina, as lâminas de ferro utilizadas pelos Xokleng para a confecção de pontas de flecha ou de lança eram feitas aquecendo-se e martelando-se o ferro com pedras, até obter-se o formato desejado. Depois o mesmo era afiado e fixado no cabo da lança ou na haste da flecha com cipó e cera de abelhas[44]. Estas armas eram utilizadas tanto nas atividades de caça como nas de ataque e defesa do grupo. O domínio do ferro fez com que os Xokleng se interessassem em atacar grupos de brancos para conquistarem maior quantidade deste metal, o que em parte também explica o interesse dos Xokleng em atacar o paiol onde os colonos guardavam as ferramentas, ou mesmo retirá-las de seus donos enquanto estes se distraíam e esqueciam das mesmas em algum local da área de cultivo. A este respeito o Sr. Gabriel Michels, comenta da seguinte maneira: "... eu já tinha uma irmã e dois irmãos já grandes, que podiam trabalhar. Quando iam para a roça, os índios atiravam paus na frente dela, para ver se assustava e largava a ferramenta que eles queriam levar. Quando se dava isso meu pai colocava os instrumentos nas costas e ia para casa. Porque eles não estavam sempre ali. Eles eram caçadores".[45]

A realização das "batidas" ou "caçadas de bugres" eram justificadas, na maioria das vezes, por acontecimentos pessoais, o que deixa entender tratar-se de vingança. Assim, entre os encontros e desencontros dos grupos em estudo, aconteceram mortes de ambos os lados servindo as mesmas de suporte para a atuação dos bugreiros. Na voz de um dos entrevistados:

---

[43] Descrição com base em RIBEIRO, 1996, p. 358-61.
[44] LAVINA, 1994, p.78-80.
[45] Gabriel Michels In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. p. 372.

> O velho Manuel Berto Rocha era um mateiro, caçador de bugres. (...) Um dia ele me contou que ficou indignado com os índios porque mataram uma cunhada dele, ali, perto do cemitério. Estava saindo de uma roça de cana quando foi atingida por uma flecha. Mataram-na e tiraram-lhe a roupa. Ajuntou-se então a turma dos Rocha, reuniram-se, subiram pelo rio Morto, tudo no meio do mato. Lá em Vila Maria encontraram o alojamento. Lá de certo houve a chacina deles. Custava contar que havia matado. E não foi essa vez só. Foi muito mais vezes.[46]

Outro entrevistado recorda o acontecimento da seguinte maneira:

> Eu e minha tia fomos para a roça. Mas aí ouvimos aquele barulho, lá em cima. Descambamos para baixo, mas eles não faziam mal. Para nós assim, não. Agora, os caçadores de bugres eles perseguiam até matar. O Mané Leandro, não mataram ele, mas mataram a mulher. (...) Ela estava na costa do rio. Andava procurando uma porca que havia faltado. Aí os bugres viram. Já tinham carneado a porca. Pregaram uma flecha nela.[47]

A floresta, ou mato, como era conhecido pelos colonos, era um lugar considerado perigoso e a civilização preconizava sua derrubada para que o progresso pudesse se instalar. Assim, os habitantes da floresta, ou seja, os Xokleng eram vistos como empecilho a esse progresso, razão que contribuiu para a ação dos bugreiros com relação aos mesmos.

Isto nos leva a concordar com Chartier ao afirmar que, "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas".[48] Assim as escolhas e condutas dos imigrantes e seus descendentes com relação aos Xokleng foi definida pela idéia de bugre que remete a um ser inferior, bárbaro, saqueador de propriedade e matador de colonos, portanto, incapaz de conviver com a civilização, justificando a ação violenta que culminou na desintegração do modo de vida deste grupo.

4.4 As escolhas e práticas justificadas: Pe. Marzano, o porta-voz dos ítalos.

---

[46] Júlio Squizzatto In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 306.
[47] João Gerônimo In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 330.
[48] CHARTIER, p. 17

As escolhas e práticas dos imigrantes frente aos Xokleng também podem ser percebidas por meio de algumas obras de história sobre os municípios ou colônias do Sul Catarinense. As representações construídas sobre os Xokleng e a imagem construída sobre os imigrantes nos confrontos com esta população, que reforçou a identidade do imigrante como grupo e como portador do progresso, representado pela civilização nos moldes europeus, estão ali colocadas de modo emblemático. Ao construir sua representação sobre os Xokleng e definir os atributos dos que podem e dos que não podem conviver com a civilização européia, os colonos italianos e seus descendentes reforçaram a sua identidade e adaptaram suas memórias ao que determinaram ser a constituição de sua identidade.

No caso do processo de imigração e colonização que culminou com o povoamento do Sul Catarinense com imigrantes europeus de maioria italiana, as narrativas formuladas e publicadas na forma de livros, davam vazão a sentimentos exacerbados de bravura, força e coragem do imigrante pioneiro que venceu o meio hostil para construir as cidades, símbolos da idéia de progresso no ocidente. Há destaque para as dificuldades de estabelecimento, entre as quais, a presença do grupo Xokleng, comumente denominado bugre. É comum nestas obras, aparecerem comentários bastante preconceituosos a respeito desta população que ocupava anteriormente a região, vista como um obstáculo ao progresso.

A primeira obra escrita sobre as colônias no Sul Catarinense, que se tem conhecimento, é de autoria do Pe. Luiggi Marzano, intitulada *Colonos e Missionários nas Florestas do Sul do Brasil*, publicado em 1904 em idioma italiano[49]. Esta edição foi bastante utilizada como fonte pelas pessoas que se propuseram a escrever sobre a história das colônias do Sul Catarinense. Com relação aos esforços dos imigrantes Marzano destaca,

> Neste ano (1903) completa-se o 25º aniversário da fundação das colônias. Há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida às vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram, com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura[50].
> Cada família, laboriosa como a abelha, e ativa como as formigas, cuidava do trabalho, preparava o terreno para novas plantações, plantava fruteiras, melhorava o ranchinho. Logo conseguiram algumas galinhas que se multiplicaram e a seu tempo puderam consolar-se com algum ovo[51].

---

[49] Esta obra foi traduzida para o português pelo Pe. João Leonir Dall'Alba e publicada em 1985 pela editora da UFSC.
[50] MARZANO, p. 52
[51] MARZANO, p. 61.

Nesta narrativa, Marzano dá início ao que ficou consagrado na produção de crônicas sobre o Sul Catarinense como a relação *floresta versus progresso*. Os imigrantes recebiam exaltados elogios, associados a uma disciplina de trabalho, em que os comparava com espécies animais que se caracterizam por complexa organização, dando ênfase ao aspecto da vitória do trabalho sobre a floresta, meio hostil e local onde viviam os “selvagens”, que foi sendo paulatinamente derrubada para a expansão das colônias, graças às “vigorosas forças” dos imigrantes que as transformaram em locais de plantio e pastagens, sinônimo de prosperidade para uma localidade assentada nas atividades agrícolas. Este modo de entender a floresta, captado por Marzano, reflete o modo como os imigrantes entendiam a mesma, pois sendo a obra escrita em tempo quase contemporâneo aos acontecimentos narrados é de supor que esteja em sintonia com a mentalidade da época, ou seja, com o sentido de progresso no ocidente.

Esta mesma mentalidade estendia-se ao modo como eram entendidas as presenças de grupos que até então não haviam travado contatos sistemáticos com a população de origem européia. Assim, se a mata é o meio hostil a ser vencido, os que a habitavam também, seja porque eram considerados primitivos, seja porque suas características físicas os colocavam, conforme a visão racista da época, em condição de inferioridade perante o homem branco. Deste modo, os Xokleng são descritos por Marzano como seres “completamente nús, de cor de cobre, estatura média, largos ombros, músculos nervudos, cabelos soltos e negros, olhos pretos, em amêndoa, bastante apertados. Apresentam longínqua semelhança com a raça mongólica”[52].

Este grupo humano não assistiu passivamente a movimentação do grupo de imigrantes, e este pode ser apontado como um dos motivos das descrições sobre os mesmos ser carregadas de tantos adjetivos depreciativos. Ao perceber que a cada estação porções maiores da floresta eram derrubadas e por conseqüência partes cada vez maiores do território historicamente ocupado pelos Xokleng eram ocupados pelos imigrantes, os primeiros passam a reagir à presença destes, procurando retomar as áreas que possuíam antes da chegada dos imigrantes para garantir a preservação dos recursos necessários a manutenção do grupo. Não é de se estranhar, portanto, que uma das estratégias dos Xokleng para afastar o grupo rival do território estivesse relacionada ao ataque justamente no momento em que os colonos estavam praticando cortes de árvores para ampliar as áreas de plantio ou procurando o aproveitamento

---

[52] MARZANO, p.72.

das mesmas para construção de casas. Vários episódios aconteceram nestas condições. Marzano descreve um destes ataques da seguinte forma:

> É o dia dez de fevereiro de 1883. Quatro irmãos Baldessar, do Rio Deserto, estão tranqüilamente derrubando árvores e cantando alegremente. Um deles afasta-se algum tanto para observar uma árvore majestosa e medir-lhe a grossura. Não tinha percorrido 25 ou 30 metros, quando sem tempo de aperceber-se do perigo, é atingido por uma flecha e cai dando forte grito. Acorrem os irmãos assustados, e com horror vêem seu Giovanni num lago de sangue, com o corpo transpassado de lado a lado por uma flecha. Pegam-no nos braços e levam-no à casa mais próxima.
> O ferido ainda tem a coragem de extrair do corpo a seta mortal. Mas não havia mais esperança. Sofrendo dores horríveis morria vinte horas depois. Era a primeira vítima italiana![53]

Os Xokleng, mesmo habitando a região há muito mais tempo que os imigrantes, são considerados os invasores, suas ações são qualificadas como incompatíveis com a “grandeza de homem”, pois segundo os relatos, os indígenas observavam a tudo silenciosamente e de forma traiçoeira arremessavam as flechas que culminaram na morte de um pequeno número de imigrantes, se comparados ao número de mortes impostas aos Xokleng. É importante lembrar que os indígenas estavam há mais tempo ocupando a região, e deste modo, defendendo um território que consideravam seu. Marzano descreve algumas iniciativas tomadas pelos imigrantes em relação aos Xokleng, após estes matarem algum imigrante. Entre elas estão o envio de soldados por parte do governo para garantir a segurança da colônia, o que não gerou o efeito desejado. A seguir fora enviado a Urussanga o Frei Francisco Semetille que por muitos anos havia trabalhado com a catequização de indígenas no Paraná, concretizando os ideais do terceiro procedimento sugerido por Brunelo, colocar a tarefa na mão dos missionários. Este missionário permaneceu em Urussanga entre os anos de 1885-87 não obtendo sucesso em seu intento de promover uma aproximação entre os Xokleng e os imigrantes.

Após estas tentativas, Marzano descreve os próximos passos dos colonos imigrantes, que passaram a agir de forma mais belicosa em relação aos Xokleng. É solicitada permissão às autoridades, que a concedem e ainda auxiliam com o envio de soldados e guias práticos na floresta, para entrar na floresta, perseguir os indígenas e forçá-los a se retirar para o interior. Sobre a organização desta incursão, exalta os preparativos da mesma:

---

[53] MARZANO, p. 74. Marzano afirma ser a primeira vítima italiana. Na verdade o é se considerarmos a área territorial que tinha no núcleo Urussanga sua referência. Um ano antes ocorreu a morte de Domênico Sônego, em Criciúma, em condições semelhantes a morte de Giovanni Baldessar. PIMENTEL, José e BELOLLI, Mário. **Tímido Ensaio Biográfico: Giácomo Sônego.** Criciúma: Ed. do Autor, 1972. p. 11.

> Que patriotismo! Uns ocupavam-se em adquirir armas, outros em fundir chumbo de caça em balas maiores, outros ainda em afiar espadas e longos facões. Outros, finalmente, ocupavam-se em preparar a reserva de munições de boca e de guerra. Chegando o dia estabelecido, todos se ajuntaram de manhã cedo na praça de Urussanga, armados até os dentes, carregados de alforjes e sacolas. Tal era o entusiasmo que vendo-os, ter-se-ia pensado serem autênticos garibaldinos.[54]

A descrição de Marzano sugere que os imigrantes se preparavam e partiam para uma guerra. Compara-os com os homens comandados por Giuseppe Garibaldi, sinônimo de bravura na Itália da época e mesmo no Brasil. Entretanto, esta verdadeira “campanha” não surtiu o efeito desejado, uma vez que o contingente que participou (o livro afirma 260 pessoas) era grande e o barulho por eles gerado teria servido de alerta para uma retirada estratégica dos Xokleng, que nômades, não tinham dificuldades para deslocar-se. Mesmo, assim, não se desistiu do intento de expulsar os indígenas para o interior:

> O fato é que poucos meses depois entraram na mata duas companhias de corajosos, uma composta de 12 e outra de 8 pessoas. A primeira avançou sobre as colinas entre Orleans e Grão Pará, e, tendo encontrado os selvagens, perseguiu-os tomando-lhes todas as armas e carregando três crianças indígenas. A outra companhia, depois de dois dias de investigação encontrou grande número de selvagens a uns vinte quilômetros ao Norte de Urussanga. Destroçou-os trazendo feixes de flechas, arcos e duas crianças[55].

Percebe-se que os homens brancos, que entraram na mata para perseguir os indígenas, tomar-lhes as armas, destruir-lhes os acampamentos, matar-lhes e ainda trazer entre o butim crianças para saciar a curiosidade dos que não podiam participar destas “expedições”, como por exemplo, as mulheres e os homens que não tinham aptidões para a “caça”, eram classificados como corajosos e venerados como heróis porque garantiam a segurança nas colônias com sua prática de extermínio. Marzano esforça-se em atenuar esta condição ao analisar estas atitudes dos imigrantes:

> Várias mortes de pessoas irritavam os colonos e impeliam para a vingança, mas uma pessoa civilizada e cristã deve inclinar-se ao perdão. Não têm os selvagens uma alma como nós? Ou matar esses nossos irmãos não é um homicídio culpável? Deixemos tudo na mão da Divina Providência. Chegará a hora em que conquistaremos os selvagens da floresta, almas para a civilização e para o paraíso. Honra, portanto, à colônia italiana, que em tantos anos de sofrimentos, de moléstias e de mortes, soube manter uma atitude digna e civilizada[56].

---

[54] MARZANO, p. 79.
[55] MARZANO, p. 80.
[56] MARZZANO, p. 80.

A motivação para o ataque aos indígenas, justificava-se pela vingança às mortes que os mesmos haviam imposto aos amigos e parentes dos imigrantes estabelecido nas colônias, como pelos “roubos” praticados pelos mesmos nas propriedades dos colonos. Entretanto, em momento algum é feita uma reflexão de que os indígenas ocupavam antes a região e que possivelmente as mortes impostas pelos mesmos aos imigrantes poderiam tratar-se também de vingança, ou parte de um plano para expulsar os invasores brancos do território historicamente ocupado pelo grupo. Para firmar diferença entre os atos praticados pelos indígenas e os praticados pelos imigrantes, Marzano apela ao espírito cristão, afirmando que os imigrantes deveriam inclinar-se ao perdão.

Mesmo considerando que os indígenas tinham uma alma, do mesmo modo que os brancos, o autor sugere que eram almas a serem conquistadas para a civilização e o paraíso, portanto, preconizava em sua visão a necessidade de conversão dos Xokleng ao cristianismo como modo de atender a um projeto da Igreja Católica Romana, o aumento do número de fiéis, e por extensão como um modo de impor aos povos dos demais continentes a visão de mundo e de sociedade da civilização européia por meio de uma fórmula já consagrada neste continente. Os missionários, junto à sua pregação cristã introduziam junto aos indígenas os costumes e crenças do tipo de civilização da qual faziam parte[57].

Em meio às ponderações da escrita de seu texto, Marzano ao que se deixa entrever, coloca-se diante de um dilema: como sacerdote não poderia se colocar abertamente a favor dos que preconizavam a morte dos indígenas como solução para garantir a segurança nas colônias, em relação a este confronto pela posse do território em que se envolveram os imigrantes, seus descendentes e os Xokleng. Por outro lado, como italiano e na qualidade de um dos porta-vozes desta comunidade, compreendia que o problema não era possível de ser resolvido pela via da conversão deste grupo indígena ao cristianismo, uma vez que as tratativas encetadas neste sentido não surtiram o efeito desejado. Portanto, para este religioso a questão se colocava da seguinte maneira: moralmente, a prática de matar os indígenas era condenável, porém do ponto de vista da garantia da segurança aos colonos e da posse da terra que haviam passado a ocupar, esta prática era aceitável.

---

[57] O exemplo mais conhecido no Brasil deste modo de proceder dos missionários foi o desenvovlido pelos padres jesuítas. Conforme pode-se acompanhar em LEITE, Serafim S. J. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil 1549-1760.** Braga, Portugal: Livraria A. I., 1993.

Ao colocar a questão nas mãos da Divina Providência, Marzano procurava em certa medida justificar como italiano esta conduta de seus compatriotas, ao mesmo tempo em que pedia perdão por este ato na qualidade de sacerdote. Assim, ainda que de modo ambíguo, nas entrelinhas acaba por defender a posição dos ítalos, quando elogiava a colônia italiana fazendo referência aos sofrimentos, moléstias e mortes que os mesmos suportaram ao longo dos anos de implantação das colônias, conclamando o sentimento de honra as atitudes dos membros desta comunidade, consideradas dignas.

Se for verdade que os colonos imigrantes mantiveram uma atitude digna e civilizada praticando ataques e mortes na defesa do que julgava seu por direito, o mesmo valor se pode atribuir às ações praticadas pelos indígenas, pois nada mais fizeram do que defender com seus ataques aos colonos, o território e os recursos nele disponíveis, que julgavam seu por estarem a mais tempo ocupando o mesmo.

4.5 A representação na prática: a ação bugreira e a desintegração do modo de vida Xokleng.

Para garantir a segurança na colônia, os colonos apostaram na eficiência do trabalho do bugreiro. Um bom número deles é composto por brasileiros de origem lusa. Mas também haviam colonos imigrantes tidos como corajosos e destemidos, que partiam ao encalço dos índios, onde quer que estes se encontrassem. Muitos deles recebiam pagamentos pela execução do seu trabalho. Esta prática torna-se corrente, pois "o índio era considerado fora da lei, seu assassinato era não somente impune, mas estimulado e reverenciado como obra meritória".[58]. O trabalho do bugreiro consistia em localizar o acampamento dos índios e aguardar o melhor momento para atacá-los. Geralmente atuavam em grupos de oito a quinze homens. Tinham a preocupação de cortar os arcos para impedir a resistência dos índios aos seus ataques. Conforme o bugreiro Ireno Pinheiro, em depoimento a Silvio Coelho dos Santos, este dizia que:

> [...] o assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio.

[58] RIBEIRO, 1996, p.129.

> Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha de matar todos. Se não, algum sobrevivente fazia vingança.[59]

É interessante ressaltar que apesar de, muitas vezes, os entrevistados darem ênfase na questão das vinganças pessoais, havia estratégias por parte do governo e das companhias colonizadoras para afastar os Xokleng de suas terras. Como narra uma das filhas de Michele Nápoli[60]:

> Havia muito bugre. Por isso preparou (o Michele Nápoli) dois colonos para caçar bugres. Um deles era o Natal Coral, que foi contratado como agrimensor, muito bom homem. O outro era Luís Bordignon. (...) Contam que meu pai uma vez prometeu um conto de réis por cada orelha de bugre que lhe trouxessem. Quando foi um belo dia, os italianos de Urussanga e Belvedere levaram para ele uma mala cheia de orelhas. Ele não quis ver e pagou.[61]

Os bugreiros, por suas atuações, tornaram-se figuras públicas respeitadas em sua época pelos moradores das áreas que estiveram em contato com a população Xokleng. Agricultores, comerciantes, diretores de colônias e mesmo autoridades lhe devotavam respeito. Eram tratados como verdadeiros heróis e festejados como tal. Não raro eram solicitados a contar suas atividades em rodas familiares e mesmo em locais de reunião pública. Por vezes a imprensa dava cobertura as suas atividades informando os locais onde seriam feitas as expedições de perseguição aos indígenas, o resultado das mesmas, acontecimentos envolvendo os bugreiros e talvez o mais importante para os dirigentes da época, a justificativa moral para estas verdadeiras expedições de caça.

No Norte de Santa Catarina, ficaram célebres os debates na imprensa entre os defensores de uma solução violenta para a questão envolvendo os indígenas e os defensores de uma solução pacífica. Os primeiros procuravam argumentar a necessidade de exterminar uma raça inferior, de acabar com um perigo que rondava constantemente as áreas de colonização, pregando a necessidade de segurança ao patrimônio e a vida dos colonos e por fim como meio eficaz de evitar uma possível interrupção no fluxo de imigrantes para as colônias do vale do Itajaí. Os partidários da via pacífica defendiam a realização de uma catequese laica como forma de atrair estes grupos para uma relação de convivência com as

---

[59] SANTOS, S. C. 1997, p. 27-8.
[60] Michele Nápoli foi o primeiro Diretor da Companhia de Colonização Metropolitana. Foi o responsável pelos serviços de instalação da Colônia Nova Veneza.
[61] Luísa Nápoli Canella In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 307 e 309.

áreas coloniais, ainda que não integrados a mesma, mas que os conflitos pudessem cessar por meio do respeito mútuo, onde um grupo não avançaria sobre a área pertencente a outro[62].

A expectativa dos que defendiam uma solução pacífica foi em partes atendida com a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Indígenas) em 1910 e consolidada com a implantação de um posto de atração na região Blumenau que levou à "pacificação" entre os Xokleng e as áreas coloniais por meio do trabalho liderado por Eduardo Hoerman. Entretanto, a via que defendia uma solução violenta para com os indígenas predominou nas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX. Neste período era comum encontrar artigos defendendo e justificando a atitude dos bugreiros. Muitas notícias versam sobre ataques dos indígenas aos colonos e/ou suas propriedades, à reação dos colonos, aos pagamentos feitos aos bugreiros pelas companhias de colonização, casas comerciais e mesmo particulares. Os resultados destas expedições também ganharam destaque nesta época, pormenorizando os resultados das mesmas[63].

No Sul do Estado, a imprensa teve um papel importante, mas se comparada à região Norte teve um número menor de periódicos, com tiragem menor e também com período de funcionamento menor. No período em estudo, ao passo que no Norte do Estado havia o *Colonie Zeitung* de Joinvile, *Blumenauer Zeitung* e o *Immigrant* (depois *Der Urwaldsbote*) de Blumenau, *Novidades* de Itajaí e o *Hansabote* de Hansa-Hammônia, para citar os que tiveram importância no trato do problema indígena[64], o único periódico que teve vida longa no Sul Catarinense foi *O Albor* de Laguna, que era a principal cidade da região. Nas edições de *O Albor* encontramos um número pequeno de notícias sobre os indígenas se comparado à imprensa do Norte do Estado, mas não fugiu ao que comumente era noticiado sobre os mesmos.

Porém, ao contrário do que ocorreu no Norte, em que havia um debate público por meio de jornais rivais, no Sul O Albor transmitia as notícias sobre os indígenas de modo menos acalorado, colocando seu modo de entender a questão envolvendo os indígenas de modo mais sutil que seus congêneres do Norte do Estado. Na edição n.º 55 de 29 de outubro de 1903 sob o título Ataque de índios, relata um ataque ocorrido dentro do município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, onde afirma serem os indígenas responsáveis pela morte de dois

---

[62] KIESER, Daércio. **Um discurso para justificar a ação bugreira.** Florianópolis, 1994. Monografia (TCC em História) – Depto. de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. p. 27-35.
[63] KIESER, 1994. p. 27-35.
[64] KIESER, 1994. p. 27

homens. Na seqüência afirma que um destacamento de polícia se deslocou para a região aprisionando seis indígenas[65]. Do mesmo modo em 1912 o jornal transcreve telegrama recebido de Florianópolis em que se noticiam ataques de indígenas que resultaram na morte de bovinos em Curitibanos e Blumenau[66].

O jornal também noticiou uma batida realizada pelo bugreiro Luiz Nicolau Veríssimo da Rosa, conhecido popularmente como Nicolau Bugreiro, no ano de 1905:

> Bugres
> O Sr. Luiz Nicolau Veríssimo da Rosa, residente em Araranguá, que chefiou há alguns dias uma batida aos bugres entre o rio Turvo e a Boa Vista Grande, chegou anteontem à noite a esta cidade, trazendo consigo 4 bugrinhas, que hoje seguem para Florianópolis, no "Max", ao cuidado do Sr. Governador do Estado.
> As pequenas COROADAS (sic!), cuja idade calculamos em 2, 5, 6 e 7 anos, estão mais ou menos domesticados, dando-se com o Sr. Luiz Nicolau como se fossem suas filhas, ou com ele convivessem há muito tempo.
> Reparamos que não evitam as pessoas, mesmo à primeira vista, e que familiarizam-se com extrema facilidade. Hospedados em casa do Sr. Salustiano Soares da Silva, digno suplente do Juiz de Paz, em menos de meia hora procuravam-no sorrindo e sentavam-se-lhe nos joelhos!
> Amáveis crianças![67]

Sem fazer uma defesa velada da necessidade da morte dos indígenas para a garantia da segurança nas colônias ou para os núcleos populacionais do Sul Catarinense, o jornal por meio do elogio que fez as atitudes das crianças, deixa entrever nas entrelinhas o comportamento que se desejava dos adultos desse grupo. As crianças não evitavam as pessoas e se familiarizavam com facilidade, dando-se bem com o algoz de seu grupo, como se fosse um conhecido de tempos. Sorridentes, logo faziam amizades e pediam "proteção" dos brancos, o que uma criança geralmente busca ao procurar o colo de um adulto. O comportamento apresentado pelas crianças, segundo esta matéria do jornal é bastante diferente do que é apresentado pelos adultos do grupo Xokleng. Como vimos, este grupo não ficou parado frente à expansão da fronteira agrícola sobre suas terras, promovido pelo governo brasileiro, seja na época do império ou mesmo na república.

O fato das crianças serem enviadas para a capital do Estado aos cuidados do governador e ficarem hospedadas na casa do suplente do juiz de paz em Laguna demonstram o quanto às autoridades sabiam e eram "tolerantes" com a atividade dos bugreiros frente aos indígenas. Anterior a criação do SPI, e mesmo depois, os bugreiros continuaram a atuar em

---

[65] Ataque de índios. *O Albor*, nº 55, 29 de outubro de 1903, p. 3.
[66] Bugres. *O Albor*, nº 533, 01 de dezembro de 1912, p. 2.
[67] Bugres. *O Albor*, nº 128, 25 de março de 1905, p. 2.

toda região de mata atlântica, principalmente de Florianópolis até a divisa com o Rio Grande do Sul, onde a ausência de um posto de atração para promover contatos pacíficos e a conseqüente implantação de uma área indígena não se efetivou[68].

O avanço da fronteira agrícola, no Sul Estado, fez com que os membros do grupo Xokleng, que ainda sobreviviam nas primeiras décadas do século XX, fossem gradativamente migrando para os locais onde havia bolsões de floresta, geralmente em locais de difícil acesso, como nas serras isoladas próximas ao litoral ou nos paredões da Serra Geral. Nestes locais os Xokleng buscavam refúgio e alimentos, pois a caça em outras áreas também passou a ser depredada pelos brancos[69].

Os registros da presença dos indígenas nesta região continuavam a aparecer e o contato deste com os capatazes de fazenda e com os bugreiros também. Nos costões da Serra Geral os Xokleng passavam a ocupar abrigos diferentes dos que habitualmente utilizavam. Ao contrário das casas feitas com varas finas e folhas na cobertura, agora os remanescentes do grupo ocupavam furnas naturais ou mesmo furnas escavadas para tal fim, como os existentes no município de Morro Grande, Sul de Santa Catarina na fronteira com o município de São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul. Estes abrigos ficavam em locais de difícil acesso o que sugere a idéia de refúgio e defesa, o que nem sempre funcionou, pois no depoimento do bugreiro Ireno Pinheiro:

> [...] Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa já não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando. Ficaram só uns poucos homens, que iam em dois ou três pro mato, caçando e matando esses índios extraviados. Getúlio Vargas já era governo, quando eu fiz uma batida. Usei Winchester. Os índios tavam acampados num grotão. Gastei 24 tiros. Meu companheiro, não sei. Eu atirava bem[70].

Pela descrição de Pinheiro, as batidas continuaram ocorrendo muito tempo depois da criação do SPI e deste órgão estar instalado em Santa Catarina. Ainda que as condições de acesso aos indígenas tivessem piorado e os pagamentos não fossem tão vultosos como outrora, ainda era uma fonte de renda que os bugreiros não desprezavam. Por estas condições e pelo que significou para muitas colônias e núcleos urbanos, criou-se também uma

---

[68] SANTOS, Silvio Coelho. Sobre a existência de índios Xokleng não contactados na Serra do Tabuleiro, em Santa Catarina. In: **Anais do Museu de Antropologia.** Florianópolis, v. 5, n.º 5, 1972. p. 5.
[69] SANTOS, S. C. 1972. p. 6.
[70] Ireno Pinheiro In: SANTOS, S. C. 1997, p. 28.

representação sobre este personagem, que encarnava a bravura e a coragem, e era responsável pela garantia da segurança nas colônias. Comumente recebiam do governo as armas e munições necessárias para suas atividades de acabarem com o perigo que rondava as áreas coloniais.

Pela representação criada sobre o bugreiro, torna-se menos complexo entender a preocupação da sociedade com esta figura, seja nos momentos de "glória" ou mesmo em momentos menos ilustres, como podemos acompanhar pelo Albor no ano de 1908:

> NICOLAU, O BUGREIRO
> Nicolau Veríssimo da Rosa, tão conhecido como chefe das batidas contra os bugres do Araranguá, infelizmente sempre marcada por cenas, de desumanidade e frieza, acaba de apresentar sinais evidentes de alienação mental. Na noite de 20, estando a proceder de modo irregular, ameaçando pessoas, foi recolhido à cadeia pública, onde, alta noite, teve um acesso de loucura, rasgando suas vestes e arrebentando um dos ferros de uma das portas do corredor.
> Vimo-lo, ontem, fisionomia desfigurada, olhos inquietos, de uma magreza extrema, pronunciando frases desconexas, nunca lhe saindo do espírito doentio a figura dos bugres. Estava mais calmo que na noite anterior, mas se lhe notava perturbação mental, bem pronunciada[71].

O jornal, devido ao estado doentio apresentado por Nicolau Bugreiro, noticia sua passagem pela cidade de Laguna e os acontecimentos no qual se envolveu. Podemos inferir que a ida de um bugreiro às cidades maiores não era rara, pois o referido Nicolau acabou tornando-se notícia muito mais por seu comportamento inadequado, qual seja, estar incomodando as pessoas que passeavam ou residiam em Laguna do que por sua atividade de bugreiro. O que remete a uma naturalização das práticas que envolvem esta atividade, uma vez que nas edições do jornal, pouco, ou quase nada aparece justificando a necessidade do trabalho do bugreiro. O lamento acerca da violência que envolve esta atividade está muito mais ligado ao que o jornal narra na seqüência do artigo do que pela própria atividade.

Na edição seguinte, na capa, O Albor apresenta uma nota que Nicolau voltou para Araranguá no dia 25 de março acompanhado de dois filhos que vieram buscá-lo[72]. O que reforça nossa idéia de que o Sr. Nicolau tornou-se notícia nesta ocasião muito mais pelo comportamento irregular que apresentou do que pelas suas atividades. Por outro lado, é interessante a preocupação do jornal com a doença de Nicolau quando no último parágrafo descreve o estado em que o viram e a afirmação de que a figura dos indígenas não lhe saía da

---

[71] Nicolau, o Bugreiro. *O Albor*, nº 282, 22 de março de 1908, p. 2.
[72] Nicolau, o Bugreiro. *O Albor*, nº 283, 29 de março de 1908, capa.

mente. Provavelmente, Nicolau pudesse estar atormentado pelas sucessivas batidas chefiadas por ele que como aponta o jornal eram marcados pela violência. Outros bugreiros, de modo diferente também apresentaram este tipo de comportamento, carregando a imagem dos indígenas consigo até o fim da vida[73].

Entretanto, com todos os problemas que um bugreiro pudesse individualmente enfrentar com sua consciência nos últimos anos de sua vida, os mesmos suscitaram respeito e gratidão por parte das autoridades e da grande maioria dos moradores das colônias. Um dos entrevistados fala com admiração sobre as atividades dos bugreiros:

> Meu avô era o Natal Coral, o caçador de bugres. Muitos duvidavam das façanhas que contava. Diziam que mentia um pouco, que não era verdade... Então ele, com mais um capanga dele foram para o mato. Demoraram cinco dias. Voltou com uma meia de mulher, dessas grosseiras, cheia de orelhas de bugres. Trouxe. Reuniu na bodega os que duvidavam e espalhou no chão as orelhas: "Está aqui a prova!".
> De tempo mais antigo contava-se que trouxera um saquinho de sal de orelhas. Ele matou muito bugre. Não tem quantia.
> Aqui em São Bento Alto, houve uns colonos que fizeram uma derrubada de mato. Havia uma mulher trabalhando e os bugres a flecharam. Então chamaram meu avô, Natal Coral. Veio e matou uma porção de bugres. Não sei quantos. No Cedro Alto, encontraram um barraco deles. Um ficou dando uns tiros e outro ficou esperando com facão do outro lado e ia matando os que vinham escapando. Aí apareceu um bugre que duas pessoas não o teriam abraçado de tão grande que era. Quando recebeu uma punhalada, esse bugre deu um berro, igual a de um boi! Esse homem era alto. Uma barra de homem. Ali ele matou bastante. Matava tudo. Não ficava nada. Procuravam matar todos, porque eram bravos. Eram bravos! Não facilitavam. Camarada que escorregava o pé eles flechavam.
> Havia outros caçadores, mas não eram tão práticos, quanto ao Natal Coral. Aquele era o professor. Tinha um capanga que andava sempre com ele. Era o Baldessar. O pai sempre falava mas a gente se esquece. No São Bento Alto havia outro. O avô dizia que no máximo iam em três. Dois ele achava que era melhor, porque faziam menos barulho. (...) Meu avô abriu Nova Veneza[74].

Mesmo com a reconhecida atuação de bugreiros que se tornaram célebres, como Bartolomeu Rocha, Nicolau Veríssimo, Natal Coral, Ireno Pinheiro e outros que atuaram no Sul Catarinense, nenhum deles recebeu nenhum tipo de repreensão por parte dos órgãos judiciais, e o motivo não é tão complexo de se entender. Se as autoridades constituídas, principalmente o poder executivo, do governador do Estado ao subdelegado de polícia, se serviam dos serviços dos bugreiros para disponibilizar e/ou garantir a posse das terras aos colonos no processo de expansão da fronteira agrícola, e neste caso o mandante também é

---

[73] SANTOS, S. C. 1997, p. 28
[74] Ugo Coral In: DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias ...** p. 313-4.

autor, torna-se conveniente não mexer em questão que possa incriminar pessoas ocupantes de cargos públicos.

Esta "cumplicidade" entre o poder executivo e os bugreiros fica evidente nas correspondências enviadas pelos delegados de polícia ao presidente da província. Em outubro de 1883 o delegado de polícia de Araranguá envia uma correspondência nos seguintes termos: "Hoje as 4 horas da tarde recebi telegrama de V. Exª ordenando a esta Delegacia para fazer a batida nos selvagens; cumpre responder a V. Exª que tenho pessoal pronto, porem não querem seguir sem que lhes dê munição e sustento"[75]. Poucos dias depois, já no mês de novembro, o mesmo delegado envia outra correspondência com o seguinte teor:

> Cumpre-me responder o oficio de V. Exª, de 20 de outubro e fazer ciente, de que não se tem dado novas correrias, constatando porém, estarem alojados para mais de duzentos selvagens no lugar denominado Coqueiros, a curta distância do lugar onde se deu a ultima correria, e, sendo esse número de selvagens, não será possível batê-los com menos de quarenta homens bem municiados. Aguardo as ordens de V. Exª para poder cumpri-las quando se fizer preciso[76].

Pelo exposto nos dois documentos acima se pode deduzir que a prática de realizar as "batidas" aos indígenas era institucionalizada. Se no século XIX a política indigenista previa "guerra" aos botocudos, ainda nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a criação do SPI, na prática pouco havia mudado nesta situação. Portanto, dentro da lógica daquele momento, a morte dos botocudos era encarada como algo natural e mesmo necessário ao desenvolvimento da sociedade nacional nos moldes capitalistas. Assim, as atividades dos bugreiros passaram à margem do sistema legal constituído sem maiores constrangimentos.

Em que pese à liberdade de ação que os bugreiros tiveram desde o final do século XIX, impondo sucessivas baixas aos Xokleng, estes conseguiram resistir ainda por mais algum tempo. Mesmo que para tanto mudanças radicais no modo tradicional do grupo tivessem que ser feitas, os Xokleng conseguiram permanecer nas matas no Sul de Santa Catarina até 1949, quando os últimos três indivíduos deste grupo, um casal idoso e um jovem foram localizados e contatados na localidade de Três Barras, município de Orleans. Após este contato os três foram convencidos a vir morar próximo a um núcleo urbano. Devido às

[75] Ofício do Del. de Polícia de Araranguá João Gonçalves Perfeito ao Presidente da Província em 11 de outubro de 1883. In: **Índios. Série: Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao presidente da província (1842-1892)**. APESC, p. 112.

[76] Ofício do Del. de Polícia de Araranguá João Gonçalves Perfeito ao Presidente da Província em 04 de novembro de 1883. In: **Índios. Série: Ofícios dos delegados e subdelegados de polícia ao presidente da província (1842-1892)**. APESC, p. 113.

inúmeras visitas de curiosos, o casal faleceu meses depois vitimados por gripe. O jovem foi levado para uma área indígena onde morreu um ano depois vítima de pneumonia[77].

Como pudemos observar no decorrer do texto, a implantação e expansão das colônias, as representações construídas pelos colonos sobre os Xokleng e as sucessivas expedições de bugreiros, foram responsáveis, juntamente com outras questões não discutidas, pela desintegração do modo de vida tradicional do grupo Xokleng, que em face da diminuição de sua população e pela necessidade de defesa modificou comportamentos e práticas culturais até o dia em que se tornou impossível viver como grupo nas florestas do extremo sul catarinense.

Da maneira como se consolidou a implantação de colônias no Sul de Santa Catarina, condenado o grupo Xokleng a total desintegração, podemos entender melhor, porque o modo como as obras de história local concebem a imigração e os fatos a ela relacionados, criaram raízes e influenciam a forma como as pessoas entendem o processo histórico de implantação de colônias na região. Um processo de construção e reconstrução que perpassa cem anos e que não alterou até aqui, na sua essência, o modo de entender esta temática, nos leva a refletir que as relações interétnicas ainda continuam muito ruins nos tempos atuais. Dentro deste quadro é emblemática a posição de José Pimentel e Mário Belolli, descendentes de imigrantes italianos, considerados os primeiros moradores de Criciúma a se interessar e efetivamente registrar algo escrito sobre a história do município, quando narram um ataque Xokleng:

> Numa manhã de 1882 encontravam-se na serraria improvisada de Giácomo Sônego, ele e seu irmão Domingos. O trabalho estava sendo executado, também, por dois amigos da família: Casimiro Miliolli e Antônio Meller, mutirão a que foram convidados especialmente para essa espécie de tarefa.
> As tábuas que estavam sendo serradas serviriam para o reparo e construção de seus casebres.
> Uma flecha, arremeçada por indígena que, silenciosamente se achava postado atrás de uma árvore, observando atentamente os movimentos dos serradores, impediu o prosseguimento do trabalho. A traiçoeira flecha certeira e mortífera penetrara no corpo de Domingos, pondo em pânico seu irmão e os amigos presentes que, embora amedrontados, não mediam esforços para salvá-lo.
> Domingos vendo-se gravemente ferido, antes de tombar, tentara arrancar com suas próprias mãos trêmulas e empalidecidas, a flecha do seu corpo inerte e ensangüentado. O corpo já sem forças, caiu irremediavelmente nos braços de Giácomo, que, imediatamente lhe prestara os socorros, que foram inúteis, pois, o bravo Domingos ao chegar ao regaço da sua pobre progenitora veio a falecer dias

[77] SANTOS, S. C. 1972, p. 18.

> depois. A morte do seu irmão não enlutou somente seus familiares, mas toda população que perdera um valoroso e decidido desbravador.[78]

O livro de Pimentel e Belolli silencia sobre os fatos que seguiram após a morte de Domênico Sônego. O mesmo silêncio a que o grupo Xokleng foi condenado na historiografia local e regional, aparecendo nos momentos em que seu comportamento era apontado como indesejável e em nenhum momento apresentando os reais motivos deste, apenas um grupo humano que lutou para defender seu modo de vida frente à expansão do capitalismo no mundo, representado no Sul Catarinense pela expansão da fronteira agrícola por meio da implantação das colônias com imigrantes europeus.

[78] PIMENTEL, José e BELOLLI, Mário. **Tímido Ensaio Biográfico: Giácomo Sônego.** Criciúma: Ed. do Autor, 1972. p. 11.

5 CONCLUSÃO

Como desdobramento da mentalidade predominante nas esferas governamentais da nação brasileira no período imperial e início do período republicano, correspondentes ao século XIX e início do século XX, preparou-se uma política de atração de imigrantes europeus para o país, com a intenção de formar um mercado de mão-de-obra livre e assalariada e também constituir núcleos produtores de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno. Outra questão presente na racionalidade daquele momento era a do "branqueamento" da população brasileira, uma vez que o país possuía uma grande percentual de população de origem africana, e países com este perfil populacional eram considerados atrasados em relação aos países industrializados onde predominava a população de origem européia. Por este raciocínio também se condenava a população indígena, que era vista como inferior a população de origem européia.

Para concretizar a formação de uma corrente imigratória da Europa para o Brasil, era necessário, entre outros fatores, facilitar aos imigrantes o acesso a terra. Isto se fez de duas formas: uma que os colocava como assalariados nas fazendas de café e outra pela formação de núcleos coloniais com pequenos proprietários. A primeira foi implementada principalmente no Estado de São Paulo, enquanto a segunda predominou no Espírito Santo e no sul do Brasil.

Dentro desta perspectiva, o governo imperial promoveu o estudo das regiões brasileiras que ofereciam as condições apropriadas para o estabelecimento destes núcleos com pequenos proprietários. Assim, em 1824 se iniciam as sondagens e levantamentos no Sul Catarinense visando à implantação destes núcleos. Porém, somente na década de 1860, com a criação de uma comissão de medições, chefiada pelo engenheiro Manoel da Cunha Sampaio, é que a região será efetivamente estudada e pesquisada para a implantação de colônias. Assim, em meados da década de 1870, o Sul Catarinense, com destaque para o vale do Tubarão e parte do vale do Araranguá, foram devidamente estudados para gradativamente abrigarem estabelecimentos coloniais, tanto do Estado como particulares.

A pesquisa revelou que o Sul Catarinense foi enquadrado dentro das áreas passíveis de receberem imigrantes e formar núcleos coloniais com base na lei de terras de 1850 e também no regulamento de 1854 sobre a lei anteriormente citada. Porém, da mesma forma que em outras regiões brasileiras, os artigos referentes aos direitos dos indígenas sobre as terras, ou sobre parte delas, não foram respeitados, começando desde o momento dos

primeiros estudos para implantar núcleos coloniais, uma condenação à perda da terra por parte do grupo indígena, caracterizando o começo da espoliação das terras historicamente ocupadas pelo grupo Xokleng.

Nos relatórios dos engenheiros aparecem menções a presença do grupo indígena Xokleng nesta região, que vivia com base em um nomadismo estacional, deslocando-se entre as bordas do planalto serrano e a mata atlântica até próximo à faixa litorânea, coletando frutos e aproveitando-se da caça oportunizada por estes frutos. Em função da política indigenista do século XIX não considerar este grupo entre os que eram passíveis de serem reunidos em aldeamentos e desenvolver um contato pacífico entre estes e a sociedade nacional a tônica do governo foi a de ignorar qualquer direito que este grupo pudesse ter sobre o território historicamente ocupado na região, o que na prática representou a declaração de uma verdadeira "guerra".

À revelia da presença Xokleng, o governo autorizou a implantação de colônias e em 1877 era fundada a primeira delas, Azambuja, colônia oficial que reunia os povoados de Urusanga, Criciúma, Cocal e Treze de Maio, chamados, à época, de núcleos coloniais. Em 1882, no patrimônio dotal da princesa Isabel funda-se a Colônia Grão Pará, de iniciativa privada, organizando um empreendimento colonial que representou a ocupação territorial de boa parte dos atuais municípios de Orleans, Lauro Muller, Braço do Norte, São Ludgero e Grão Pará. Já no período republicano era fundada a Colônia Nova Veneza, em 1891, que foi a responsável por colonizar parte das terras do atual município de Criciúma, além do município de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso.

Ao nos propormos entender os motivos que levaram aos conflitos entre os imigrantes e os indígenas no Sul Catarinense, identificamos que um destes motivos foi a ocupação do território histórico do grupo Xokleng pelas colônias. Portanto, para entendermos um dos condicionantes do conflito, estudamos também, a forma como o solo Sul Catarinense foi ocupado pelas colônias, sejam as de iniciativa governamental, ou, também as de iniciativa privada. Ao pesquisar as fontes percebemos que o processo de implantação das colônias também suscitou debates entre os que defendiam o modelo de colonização privada e o modelo de colonização oficial (do Estado).

Podemos identificar que a maior parte da produção histórica local, feita em geral por amadores, teve uma forte tendência a criticar os núcleos coloniais implantados pelo governo, afirmando a falta de planejamento e de acompanhamento dos imigrantes, deixando-os ao abandono. Estes autores, também propalavam a eficiência, o planejamento e a presença

constante dos diretores das empresas de colonização, como um sinal de que as colônias privadas eram melhores que as colônias oficiais.

Entretanto, os documentos oficiais e mesmo documentos das empresas privadas de colonização apontaram para a realidade do momento. Nem as colônias oficiais eram mal planejadas como preferiam seus críticos, nem as colônias privadas foram excelentes como queriam seus defensores. As empresas privadas nem sempre cumpriam com todo o prometido ao imigrante e se por um lado seu sistema de auxílio dava a impressão de que o imigrante estava mais bem amparado, por outro, na hora de reembolsar à empresa os auxílios tomados, o colono percebia que havia contraído uma enorme dívida.

Por sua vez, nas colônias oficiais, os imigrantes, aparentemente, recebiam menos acompanhamento e auxílios por parte do governo, mas a dívida contraída era menor, e as condições de negociação também eram melhores, de modo que o colono tinha a possibilidade de se livrar das dívidas em menor tempo. Com base na documentação podemos afirmar que o Estado assumiu na região Sul Catarinense a função de explorar todo o território e de preparar as bases para a implantação de núcleos coloniais. Mesmo as terras em que se fundaram colônias privadas, as explorações iniciais foram feitas pelo governo. Nas colônias oficiais, houve um planejamento e uma organização, que ia desde a construção das casas provisórias dos imigrantes, passando pela instrução dos gêneros a serem plantados, o planejamento das estradas até o estabelecimento e construção das sedes dos núcleos coloniais, contrariando o discurso do abandono, por muito tempo defendido na produção histórica local.

A forma como se processou a colonização no Sul Catarinense, fez com que, em 15 anos, onde antes estava a mata atlântica, várias derrubadas dessem lugar aos núcleos urbanos das colônias, aos pastos e roças dos colonos e as estradas. A diminuição da mata, para a reprodução do modo de vida camponês, como podemos acompanhar ao longo do trabalho, representou uma diminuição significativa nos recursos alimentares disponíveis ao grupo Xokleng, que além da derrubada da mata, também teve que passar a disputar as caças com os imigrantes que utilizavam deste recurso para completar a alimentação de suas famílias.

A implantação das colônias representou uma invasão ao território histórico do grupo Xokleng que procurou reagir com os recursos que dispunha. Assim, ataques aos colonos e as propriedades dos mesmos começam a acontecer como forma de obterem alimentos e ferramentas que depois de beneficiadas eram adaptadas às armas tradicionais do grupo ampliando seu poder de defesa. O governo, quando se deram os primeiros confrontos, garantiu auxílio aos colonos ajudando-os na sua pretensão de espantar os indígenas. Muitas vezes foram enviados soldados para os núcleos coloniais, em outras ocasiões se providenciou

munições e mantimentos aos grupos de homens que por conta própria iam à floresta e por fim, patrocinou a ação dos bugreiros como forma de garantir a posse das terras aos colonos e a segurança nas áreas coloniais.

As famílias européias que decidiram migrar para o Brasil, eram em sua maioria camponesas, fugindo do processo de expansão capitalista que na segunda metade do século XIX atingiu diversas regiões, como por exemplo, o Norte da Itália. Também fugiam das guerras de unificação que deram origem a formação do estado nacional italiano. A condição de vida destas famílias era muito precária e junto com a decisão e o ato de migrar, trouxeram consigo os elementos constitutivos de seu mundo, como a propriedade privada, a família patriarcal, a crença na fé católica e a idéia de que a população européia se constituía em um exemplo de trabalho e acumulação de riquezas para o restante do planeta.

A chegada desta população migrante ao Brasil, e sua instalação em uma região que embora guardasse semelhança com a de origem, apresentava outros elementos desconhecidos, como a densa floresta, contribuíram para que os imigrantes reforçassem seu discurso de homens trabalhadores, que com sua força e bravura construíam a civilização. Porém, a floresta era o local em que vivia a população indígena Xokleng, concebida inicialmente pelos imigrantes, apenas de modo idealizado.

O avanço das colônias em direção a floresta, para ampliar as áreas de cultivo e pastagens, colocaram estes grupos em confronto. A partir deste momento, diante das informações que já haviam disponíveis no Brasil e associando-as aos princípios trazidos consigo ao migrar o colono elabora uma representação sobre os Xokleng por meio do termo bugre, que remete a um ser inferior e bárbaro saqueador de propriedades e matador de colonos. O “bugre” é considerado incapaz de conviver com a civilização o que justifica uma ação violenta contra os mesmos.

As ações violentas desenvolvidas contra os indígenas ganharam gradativamente apoio de diversos setores da sociedade, entre eles alguns membros do governo, autoridades, as companhias de colonização, sociedade civil organizada, setores da igreja católica, entre outros. No Sul Catarinense desde os documentos oficiais até matérias publicadas em jornais, não encontramos na amostra pesquisada nenhuma voz em defesa dos Xokleng. Diferente de outros locais, como no Norte de Santa Catarina, em que houve um debate publico sobre a questão indígena, no Sul a imprensa publicou artigos espaçados, em que condenavam o comportamento dos indígenas e matérias sobre a ação os bugreiros. Este silêncio nos remete a idéia de um verdadeiro consenso sobre a “necessidade” de exterminar os indígenas e liberar as terras para a colonização.

Entre outras fontes, os relatos de religiosos também se colocaram entre os que defendiam uma solução em favor dos imigrantes e seus descendentes. O sacerdote era um membro que liderava as comunidades nas regiões camponesas na Itália, e no Brasil, nas localidades compostas por imigrantes italianos, o padre além de líder, também se tornou muitas vezes um intérprete entre os colonos e as autoridades. Deste modo, a opinião dos padres era sempre ouvida, ainda que nem sempre seguida.

Em especial a orientação do padre Marzano ganhou destaque pelo modo como influenciou o pensamento na área colonial do Sul Catarinense. Na condição de sacerdote cristão, a prática de matar os indígenas era condenável, porém, como representante dos imigrantes e porta-voz deste grupo Marzano este tipo de ação como forma de garantir a segurança aos colonos e a posse da terra que haviam passado a ocupar, esta prática era aceitável. Assim, nas entrelinhas de seus relatos, Marzano contribuiu por legitimar as atitudes e ações violentas contra os indígenas.

Esta ação foi desenvolvida principalmente pelos bugreiros, profissionais pagos para exterminar os indígenas e garantir a segurança nas colônias. Quase sempre promoviam verdadeiras chacinas nos locais onde encontravam os indígenas acampados. Pelo que representaram em seu tempo, eram considerados como heróis e muitos lhes devotavam respeito e admiração. No Sul Catarinense não se tem registro de uma voz que se levantado na defesa dos indígenas. Assim, este personagem ficou consagrado e atuou muito tempo depois de criado o SPI em 1910. Em virtude desta atuação, os Xokleng viram seu território cada vez mais reduzido tendo que se retirar e ficar espremido nos paredões da Serra Geral. Ainda assim continuaram sendo perseguidos pelos bugreiros até o dia em que se tornou impossível viver como grupo autônomo nas florestas da região. Os poucos que sobreviviam necessitavam fazer adaptações nas tradições do grupo, fugindo, se esquivando até 1949, quando os últimos representantes, em número de três, foram localizados em Três Barras, município de Orleans.

Aos Xokleng, restou, além da luta pela defesa do território que por longo tempo foi pelo grupo controlado, a condenação por parte do grupo que ocupou suas terras como ser inferior, bárbaro, matador de colonos, praticante de furtos, quer de alimentos quer de ferramentas. Enfim, um ser incapaz de conviver com a civilização, portanto digno de morte, para garantir a segurança aos que na civilização viviam. Procuramos, neste trabalho, demonstrar que esta visão preconceituosa dos imigrantes, juntamente com a determinação do governo imperial de expandir a área de povoamento do solo brasileiro com indivíduos que faziam ou estavam dispostos a fazer parte da sociedade nacional, patrocinando inclusive a ação de homens armados para a destruição dos grupos Xokleng, foram responsáveis pela

desintegração deste grupo, que lutou e resistiu até o dia em que foi impossível continuar a viver como grupo autônomo na região Sul Catarinense.

Cientes de que as relações interétnicas ainda são muito ruins nos tempos atuais, compreendemos o processo de desintegração do modo de vida Xokleng, no Sul Catarinense, via expansão da fronteira agrícola com a implantação de colônias com imigrantes europeus uma das etapas de intolerância cultural que a humanidade passou e passa, pois atualmente, outros povos passam a mesma situação frente à expansão capitalista no mundo e mesmo via expansão da fronteira agrícola em outras regiões brasileiras. Após as reflexões deste trabalho, esperamos que na produção de conhecimentos sobre esta temática fique registrado que para a expansão do modelo de civilização européia aqui se implantar, foi preciso antes um ato de barbárie.

6 FONTES CONSULTADAS

6.1 ESCRITAS

6.1.1 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC

Correspondências da Presidência da Província para as Câmaras Municipais 1872-1889
Correspondências das Câmaras Municipais para a Presidência da Província 1873-1889
Correspondências dos Engenheiros para o Presidente da Província. 1864 a 1867
Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1868
Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. 1869
Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. Janeiro a Junho de 1877
Correspondencias dos Engenheiros para o Presidente da Provincia. Julho a Dezembro de1877
Correspondencias da Inspectoria Especial das Terras e Colonização para a Presidência da Província. 1884-1887
Memoriais de medições da Inspectoria Especial das Terras e Colonização 1879 a 1896
Ofícios da Comissão de terras e colonização do Tubarão 1887 a 1894
Repertório sobre os municípios de Tubarão e Laguna 1824/1889. Fonte: Camara Municipal para Presidente da Província. Maio 1997
Repertório sobre o município de Tubarão 1837/1890. Fonte: Arciprestes e Vigários.

6.1.2 Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1835 a 1889
Leis Estaduais de Santa Cataarina, promulgadas nas sessões legislativas de 1907 a 1927.
Ofícios Recebidos pela Assembléia Legislativa 1861/1862
Livro de Pareceres das Commissões 1835-43
Projetos de Lei e Resoluções 1886-1888.

6.1.3 Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Collecção das Leis do Império do Brasil 1848-1889

6.1.4 Arquivo Histórico do Município de Laguna – SC

Jornal O Albor, 1901 a 1930.

6.2 ICONOGRÁFICAS

6.2.1 Arquivo Histórico de Criciúma “Pedro Milanez”, Criciúma/SC
6.2.2 Museu Augusto Casagrande, Criciúma/SC
6.2.3 Acervo particular Sr. Venícius Búrigo, Cocal do Sul/SC

6.3 ORAIS

6.3.1 Arquivo Histórico de Criciúma “Pedro Milanez”, Criciúma/SC
6.3.2 DALL’ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. 519p

6.4 CARTOGRÁFICAS

6.4.1 Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
6.4.2 Arquivo da Diretoria de Assuntos Fundiários da Secretária de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

6.5 BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, Ivan. **Brasil. 500 anos em documentos.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ALVES, Rosilene Maria. **“Se mostram de novo os Bugres”. Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914).** Florianópolis, 2000. Dissertação de Mestrado em História - UFSC.

ANDREAZZA, Maria Luiza e NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes no Brasil: Colonos e Povoadores.** Curitiba: Nova Didática, 2000. 53p.

ARNS, Otília. **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: IOESC, 1985. 266p.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1980.

BACK, Adolfo. **História de Forquilhinha**. Forquilhinha: UNESC, 1995. 135p.

BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes: sua história, seus costumes e tradições**. [Nova Veneza] 1991. 276p.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 29-42.

BIFF, Claudino. **Morro da Fumaça e sua divina e humana comédia.** Morro da Fumaça: Ed. do Autor, 19[...] 99p.

BORTOLOTTO, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza : Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 1992. 339p.

BRUNELLO, Piero. Índios e colonos italianos no Sul do Brasil**.** In: FLEURI, Reinaldo Matias. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: NUP/MOVER/UFSC, 1998.

CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: um Estudo da Historiografia sobre o Índio. IN: **Estudos Leopoldenses – Série História – Vol. 1 n.º 1** Ed. UNISINOS, 1997 p. 49-64.

CÂMARA, Lourival. **Estrangeiros em Santa Catarina.** Florianópolis: Dep. Estadual de Estatística, 1940. 48p.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.) **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000. 288p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 244p.

CONZEN, Katheleen Nehls et al. Forum – The Invention of Ethnicity: A perspective from the U.S.A. In: **Journal of American History**. Fall, 1992. (traduzido)

COSTA, Marli de Oliveira. **Tudo isso eles contavam...: Memórias dos moradores dp Bairro Santo Antônio – Criciúma – SC – 1880/2000.** Criciúma: Secretaria Municipal de Educação, 2000. 130p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil 2ªed.** São Paulo: Cia. das Letras/Secetaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 133-54.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 97-103.

DAGOSTIN, Altamiro Domingos. **Içara da palmeira aos frutos: ensaio histórico**. Içara : Prefeitura Municipal de Içara, 1981. 39p.

DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos Condes. História de Orleans I**. Orleans: Editora do Autor, 1971. 225p.

_____. **Laguna antes de 1880: documentário**. Florianópolis: Lunardelli/UDESC, 1976. 174p.

_____. **Imigração Italiana em Santa Catarina: documentário**. Florianópolis : Lunardelli, 1983. 182p

_____. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá : Gráfica Orion Editora, 1997. 519p.

DAMÁZIO, Moacir José. **O indígena, sua vida e extermínio**. Tubarão, 1996. Monografia (Pós-graduação em História) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

DE FÁVERI, Hilário; SOUZA, João Carlos Pelegrin de. **Cocal do Sul: um mergulho em sua história**. No prelo.

DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul. 2ª ed.** Porto Alegre/Caxias: EST/UCS/VOZES, 1982

DE LORENZI, Zeide Carminati e GHISLAND. Pe. Izidoro. **Treviso Ano 100: 1891-1991.** Siderópolis: Ed. do Autor, 1991. 137p.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 319p.

DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio e TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.) **Imigração e Imprensa.** Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. 584p..

ESCARAVACO, Arnaldo. **Urussanga: as imagens da história**. Urussanga: Tribuna Municipal, 1984. V. 1 – Da colonização à última década do século XIX. V. 2 – Da 1ª a 3ª década do século XX. V. 3 – Da 4ª a 6ª década do século XX.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: Ediupf, 1998. 104p.

FERNANDES, Elza de Mello. **Içara: nossa terra, nossa gente**. Içara : Ed. do Autor, 1998. 169p.

FORQUILHINA HOJE. Forquilhinha: Prefeitura Municipal de Forquilhinha, 1991-1992

FERREIRA, Desembargador Vieira. **Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de um colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina**. Niterói: Oficinas Gráficas do Diário Oficial, 1939. 107p.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 31-54.

GILLIS, John. Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John (ed.) **Commemorations: the politics of national identity.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

GUINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.1, n.º 21, 2000. p. 09-20.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930.** Porto Alegre: PALMARINCA/EST, 1994. 255p.

KIESER, Daércio. **Um discurso para justificar a ação bugreira**. Florianópolis, 1994. Monografia (TCC em História) – Depto. de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos.** São Leopoldo, 1994. Dissertação de Mestrado em História - UNISINOS.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e Ideologia. Reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. 1850-1875.** Porto Alegre: EST/UCS, 1980. 134p.

LEITE, Serafim S. J. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil 1549-1760.** Braga, Portugal: Livraria A. I., 1993

LITLLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. In: **Textos de História**. Brasília, v. 2, nº 4, 1994

LOCH, Brenno. **Da lâmpada de querosene ao computador: uma saga de labuta de pioneiros**. Atlanta: Ed. do Autor, 1997. 331p.

LOCH, Cenilde. **Ação Colonizadora de Joaquim Caetano Pinto Júnior e a Colônia Grão-Pará.** Porto Alegre, 1978. Dissertação de Mestrado em História – PUC-RS.

LOVISOLO, Hugo. A Memória e a Formação dos Homens. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 16-28.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização no Império.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999

MARQUES, Monsenhor Agenor Neves. **Imigração Italiana. Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga. 1878-1978.** Urussanga: Gráfica Ribeiro, 1978. 265p.

_____. **História de Urussanga**. Urussanga : Prefeitura Municipal de Urussanga. [19--], 305p.

MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1985. 200p.

MATTOS, Jacintho Antonio de. **Colonisação do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916).** Gab. Typ. "O DIA" Florianópolis, 1917

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil 5ª ed.** São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1986. 220p.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor/IOESC, 1991. 312p.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.22, n.º 43, p. 153-69. 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaigang no Paraná (1769-1924).** Maringá: EDUEM, 1994. 275p.

NASCIMENTO, Dorval. **As Curvas do Trem: A presença da Estrada de Ferro em Criciúma (1919-1975) Cidade, Modernidade e Vida Urbana.** Florianópolis, 2000. Dissertação de Mestrado em Geografia - UFSC.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920.** São Paulo: Annablume, 1998. 160p.

NORRA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo: PUC/SP, n.º 10, 1993. p. 7-28.

PAGLIARINI, Waldenice Fábia Mello. **Nas Tramas da Lei: A ambigüidade histórica do Estado perante o índio**. Florianópolis, 2000. Monografia (TCC em História) – Depto. de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina. 3ª ed.** Florianópolis: Lunardelli, 1994. 376p.

PIMENTEL, José; BELOLLI, Mário. **Tímido ensaio biográfico: Giácomo Sônego**. Criciúma : Ed. do Autor, 1972. 23p.

_____; _____. **Criciúma – Amor, apontamentos para uma história de Criciúma**. Itajaí: Virapuru, 1974. 72p.

_____; _____. **Mini biografia de um pioneiro: Marcos Rovaris**. Edição Comemorativa do Centenário da Colonização de Criciúma. Criciúma: Impressão Tipo Arte, 1980. 129p.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945).** Passo Fundo: UPF, 2005

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. 250p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. **Criciúma: amor e trabalho**. Criciúma : Musulan, [197-] 62p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. **História de Criciúma**. Criciúma : Base Editora, [199-] 15p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índidos e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

RONCHI, Fanir Alexandre. **Meleiro: seu povo, seus costumes e suas histórias**. Meleiro: Ed. do Autor. 2001. 199p.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Imagem do índio: o selvagem americano na visão do homem branco.** São Paulo: IBRASA, 2000. 97p.

SANTOS, Presalindo Lery. **A Colonia Azambuja desde a sua fundação.** Typ. e LyTh. De Alex Margarida. Cidade do Desterro, 1882.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil.** São Paulo: Scipione, 1994, 70p.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida. Emigração Italiana: Mito e Realidade.** 2ª ed. Itajaí: Ed. Da UNIVALI, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Sobre a existência de índios Xokleng não contactados na Serra do Taboleiro, em Santa Catarina. In: **Anais do Museu de Antropologia.** Florianópolis: UFSC, n. 5, 1971, p. 5-22.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil.** Florianópolis: Lunardelli/EDEME, 1973.

______. **Nova História de Santa Catarina.** Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995, 128p.

______. **Os índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: Ed. Ufsc/ Ed. Univali, 1997 152p.

______. Encontro de Estranhos além do “Mar Oceano”. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História.** Florianópolis: UFSC, n. 8, 2000

Siderópolis (Nova Belluno). Uma grande aventura. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1963. 191p.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 373p.

SILVA, Dr. Simões da. **A Tribu Caingang. (Indios Bugres-Botocudos) Estado de Santa Catharina – Sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Alba, 1930. 36p.

SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX.** Florianópolis: 2003. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão : Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. 430p.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; e KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História 4ª ed.** São Paulo: Ática, 2000. 80p.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2.ed São Paulo: Ed. Pioneira, 2001

ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1987. 181p.